

inSitu

Revista do Programa de Mestrado Profissional
em Projeto, Produção, e Gestão do Espaço Urbano

FIAMFAAM

2

Apresentação

A Revista **InSitu** é uma publicação semestral (julho e dezembro) ligada ao Programa de pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Urbanismo do FIAMFAAM Centro Universitário.

É voltada aos estudos de projeto, gestão e produção do espaço urbano, dando ênfase às intervenções urbanas regionais e locais, incentivando processos sustentáveis de grandes interesses das políticas de desenvolvimento urbano.

Trata-se de um canal de comunicação da produção que pretende contemplar as diversas questões abordadas pela comunidade acadêmica e que estão vinculadas às áreas de gestão em projetos de urbanismo, de paisagismo, da legislação ambiental, do direito urbanístico; patrimônio arquitetônico, urbano e da paisagem, planejamento do espaço construído, do território e do ambiente, direito e regulamentação urbana, mobilidade e acessibilidade do ambiente construído e design do objeto, produto e espaço, enfim, dos temas ligados às transformações do espaço urbano e da paisagem; numa aproximação integradora entre o conhecimento técnico e a atividade profissional e o setor acadêmico.

1. PLANEJAMENTO, PROJETO E GESTÃO DA CIDADE

Descrição: estudo e análise das políticas públicas, suas diretrizes e ações, voltadas ao desenvolvimento urbano, com ênfase na infraestrutura intraurbana, refletindo sobre a concepção e execução das teorias, práticas e metodologias empregadas.

2. TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO: PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE.

Descrição: estudo e análise, a partir das perspectivas históricas, das dinâmicas socioeconômicas das sociedades capitalistas, os processos e projetos de produção e transformação do espaço urbano, especialmente das cidades brasileiras, bem como o impacto desses processos na transformação do espaço das cidades.

Por este motivo, a **InSitu** tem como proposta uma discussão que toma a experiência profissional e os mais variados relatos sobre a cidade como princípio - acadêmico, prático e epistemológico - para a sua existência.

A **InSitu** – arquitetura e urbanismo tem como intuito a legitimação de novos campos de estudo, como forma de ampliação de espaços de conhecimento, considerando prática e teoria como fases complementares, portanto sem rupturas epistêmicas, da análise dos fatos urbanos. Trata-se de um novo espaço para publicações de pesquisas e de diálogo entre pesquisadores, propondo um espaço transdisciplinar para a compreensão da cidade.

FICHA CATALOGRÁFICA

InSitu: revista do Mestrado Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. FIAMFAAM Centro Universitário. Programa de Pós-graduação do Curso de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. – Ano 1 Vol. 1, n. 2 (2015) -. – São Paulo: FIAMFAAM, 2015-

Semestral

Resumo em português, inglês e espanhol

Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/situs>

ISSN: 2446-9696

1. Arquitetura – Periódicos. 2. Urbanismo – Periódicos. 3. Paisagismo – Periódicos. 4. Planejamento urbano, – Periódicos. 5. Patrimônio arquitetônico – Periódicos. I. FIAM-FAAM Centro Universitário.

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Antonio Soukef Júnior, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo.

Comissão Editorial

Antonio Busnardo Filho, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Helena Napoleon Degreas, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Paula Katakura, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Francisco Segnini Junior, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Conselho Científico

Antonio Carlos Zani, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil.

Cristiane Aun Bertoldi, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fabio Mariz Gonçalves, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Jorge Marão Carnielo Miguel, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil.

Juan Camilo Escobar, Universidad EAFIT, Medellín, Colômbia.

Luiz Renato Bezerra Pequeno, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil.

Myrla Fonsi, Universidade de Girona, Girona, Espanha.

Marco Tabet, Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça.

Paulo Tormenta Pinto, Instituto Universitário de Lisboa-ISCITE, Lisboa, Portugal.

Tania da Rocha Pitta, Agences Elizabeth et Christian de Portzamparc - A/ECDP, Paris, França.

Teresa Valsassina Heitor, Instituto Superior Técnico-DECivil, Lisboa, Portugal.

Tomás Antônio Moreira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Avaliadores

Alejandra Maria Devecchi, Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, São Paulo.

Antonio Carlos Zani, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil.

Cristiane Aun Bertoldi, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Fabio Mariz Gonçalves, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

José Eduardo Baravelli, Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado-USINA, São Paulo, Brasil.

Jorge Marão Carnielo Miguel, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil.

Juan Camilo Escobar, Universidad EAFIT, Medellín, Colômbia.

Luiz Renato Bezerra Pequeno, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil.

Marco Tabet, Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça.

Maria Isabel Imbronito, FIAMFAAM Centro Universitário. Myrla Fonsi, Universidade de Girona, Girona, Espanha.

Nisimar Martinez Pérez Caldas, FMU Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Paulo Tormenta Pinto, Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE, Lisboa, Portugal.
Rogério Akamine, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU-USP, São Paula, Brasil.
Tania da Rocha Pitta, Agences Elizabeth et Christian de Portzamparc - A/ECDP, Paris, França.
Teresa Valsassina Heitor, Instituto Superior Técnico-DECivil, Lisboa, Portugal.
Tomás Antônio Moreira, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Valéria de Souza Ferraz, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Capa: Fotografia e Projeto Gráfico

Paula Katakura, FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, Brasil.

Projeto Gráfico e Diagramação

Gerson Victor dos Santos, Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, Brasil.

SUMÁRIO

Editorial <i>Antonio Soukef Júnior</i>	7
Patrimônio, cidade contemporânea, cidade de Pelotas: Toda ação é uma intervenção <i>Celia Gonsales</i>	9
Edifícios Institucionais Modernos em Florianópolis <i>Rafaela Regina de Souza, Gilberto Sarkis Yunes, Rafaela Regina de Souza</i>	23
Os usos do precedente: A construção do repertório arquitetônico no ambiente pedagógico do atelier de projetos <i>Rogério de Castro Oliveira</i>	41
Por Unidades Habitacionais ou pela Moradia Urbana? Avaliação de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro <i>Maria Paula Goncalves Lysandro de Albernaz, Luciana da Silva Andrade</i>	55
Respostas da Concepção atual de regulação urbanística aos Desafios socioambientais de Belém (PA). <i>Ana Cláudia Duarte Cardoso, Taynara do Vale Gomes, Ana Carolina Campos De Melo</i>	68
Ora bolas, era uma vez triângulos: reflexão sobre o espaço residencial na obra de Eduardo Longo – 1964/1980. <i>Marcelo Augusto Felicetti</i>	87
O uso de métodos criativos visando a inovação no ensino de projeto arquitetônico <i>Angelica Paiva Ponzio, Andrea Soler Machado</i>	109
Modalidades de gestão social no Brasil <i>Maria Tereza Gonçalves, Samira Kauchakje, Tomás Antônio Moreira</i>	131

EDITORIAL

A revista InSitu, do mestrado profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano, do FIAM-FAAM Centro Universitário, tem o propósito de ser um veículo de discussão dos assuntos referentes às cidades, descritos nas suas linhas de pesquisa – Planejamento, Projeto e Gestão da Cidade, que trata das políticas públicas, suas diretrizes e ações, analisando o desenvolvimento urbano, dando ênfase à infraestrutura intraurbana; e Transformações do Território: patrimônio, cultura e sociedade, que avalia os processos e projetos de transformações do espaço urbano, pela perspectiva histórica e socioeconômica das sociedades capitalistas.

Os artigos publicados neste segundo número abordam, sob vários aspectos, questões urbanas e arquitetônicas atuais. É o caso do primeiro, que reflete sobre a preservação, por meio de estratégias de valorização patrimonial estendida a toda a cidade, tendo como exemplo a nova legislação urbana de Pelotas no Rio Grande do Sul. No segundo, é analisado o impacto das edificações modernistas em cinco setores de Florianópolis entre as décadas de 1930 e 1980.

A prática pedagógica da arquitetura e a construção do conhecimento arquitetônico no projeto são discutidas no terceiro artigo, por meio de uma reflexão que pode ser ampliada para o ensino da arquitetura e do urbanismo como um todo, com a utilização de uma metodologia hermenêutica, capaz de tornar as gestões dos cursos mais dinâmicas, didáticas e reflexivas.

Um conjunto do programa Minha Casa, Minha Vida no Rio De Janeiro é abordado no quarto artigo, sob a ótica da confrontação entre os espaços criados pelo projeto arquitetônico-urbanístico e o perfil e as necessidades reais dos residentes, mostrando quão necessário e urgente é o debate sobre as qualidades físico-espaciais das habitações de interesse social.

A insuficiência dos instrumentos urbanísticos tradicionais no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais é estudado no quinto artigo, tomando como exemplo dois bairros da cidade de Belém. Neles é evidenciado que um conjunto maior de variáveis deveria ser considerado de modo a diminuir a dependência energética e controlar com mais eficiência o microclima.

Uma reflexão sobre a obra residencial do arquiteto Eduardo Longo é o tema do sexto artigo. De forma criativa e oportuna, o autor resgata e analisa um trabalho, cujo valor simbólico, reflete e, de certo modo se contrapõe, a um conturbado momento da história do país.

O sétimo artigo mostra os desafios do ensino de Projeto sob a ótica da utilização de métodos criativos que estimulem a criatividade como resposta aos problemas enfrentados pela disciplina.

O texto que encerra este número aborda os dilemas da gestão social no Brasil diante da assimetria das políticas econômica e ambiental, que se mostram insuficientes, dada a complexidade do quadro atual, o que torna imprescindível a busca de novos conceitos e paradigmas.

Ao incluir temas e abordagens de autores de diferentes regiões do país, a revista InSitu, cumpre seu papel na divulgação da produção científica contemporânea, contribuindo para a discussão de questões de interesse da área.

Uma boa leitura a todos.

Antonio Soukef Júnior
Editor Científico

Patrimônio, cidade contemporânea, cidade de Pelotas: Toda ação é uma intervenção

Celia Gonsales *

Resumo:

Ainda que seja bastante usual pensar o objeto de preservação como monumento, há muito já se reconhece que é também sobre o conjunto da “arquitetura de tecido” que se formam os valores culturais. Somado a isso, a ideia atual de “continuação” de certas características da cidade existente, em oposição à anterior visão modernista de “contraposição”, conduz a estratégias de valorização patrimonial estendidas a toda a cidade. A nova legislação urbana de Pelotas estabelece dois conceitos em relação à preservação patrimonial: 1. Algumas porções da cidade devem ser preservadas como exceção; 2. “o restante da cidade” deve servir como modelo, mantendo dada conformação urbana ou certo caráter dos “ambientes”. Esses dois olhares, com interfaces em muitos pontos, incorporam diferentes aspectos do conceito geral de preservação: “patrimônio como exceção” e “patrimônio como modelo”. Uma reflexão sobre o equacionamento destes temas na cidade de Pelotas, é o que este trabalho pretende introduzir.

Palavras-Chave: patrimônio em Pelotas; intervenção; exceção e modelo.

Abstract: Heritage, contemporary city, city of Pelotas: every action is an intervention.

Even though it is quite usual to consider the object of preservation as a monument, it has already been acknowledged that on the set of the “tissue architecture” cultural values are formed. Added to this, the present idea of “continuation” concerning certain characteristics of the existing city, opposing a previous modernist view of “opposition”, leads to strategies of patrimonial increase extended throughout the city. The new urban legislation of Pelotas

* Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1987) e doutorado em arquitetura pela Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politecnica de Cataluña (2000). Atualmente é Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas na área de projeto e teoria e história. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel (PROGRAU-UFPel), é professora de teoria, história e crítica da arquitetura e tem como temas de interesse: arquitetura e cidade moderna e contemporânea, teoria da arquitetura, teoria do projeto, ensino de arquitetura, arquitetura e arte.

Contato: celia.gonsales@gmail.com

establishes two concepts about patrimonial preservation: 1. some parts of the city should be preserved as an exception; 2. "the rest of the city" should serve as a model in order to maintain a given urban configuration or a certain character of the "environments". These two looks, with interfaces in several points, incorporate different aspects of the general concept of preservation: "heritage as an exception" and "heritage as a model". A thought on the solution of these themes in the city of Pelotas, is what the present paper aims to introduce.

Key Words: heritage in Pelotas; intervention; exception and model.

Resumen: Patrimonio, ciudad contemporánea, ciudad de Pelotas: toda acción es una intervención.

Aunque sea bastante usual pensar el objeto de preservación como monumento, hace mucho ya se reconoce que es también sobre el conjunto de la "arquitectura de tejido" que se forman los valores culturales. Sumado a eso, la idea actual de "continuación" de ciertas características de la ciudad existente, en oposición a la anterior visión modernista de "contraposición", conduce a estrategias de valorización patrimonial extendida a toda la ciudad. La nueva legislación urbana de Pelotas establece dos conceptos en relación a la preservación patrimonial: 1. algunas porciones de ciudad deben ser preservados como excepción; 2. "el resto de la ciudad" debe servir como modelo manteniendo dada conformación urbana o cierto carácter de los "ambientes". Esas dos miradas, con interfaces in muchos puntos, incorporan diferentes aspectos del concepto general de preservación: "patrimonio como excepción" y "patrimonio como modelo". Una reflexión sobre la apreciación de estos temas, en la ciudad de Pelotas, es lo que este trabajo pretende introducir.

Palabras-Clave: patrimonio en Pelotas; intervención; excepción y modelo.

1. INTRODUÇÃO: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

A ideia de "continuação" com relação a certas características da cidade já construída, em oposição a uma anterior visão modernista de "contraposição" ao modelo de cidade tradicional, permeou grande parte das propostas para a cidade contemporânea nas últimas décadas. Nas cidades brasileiras onde se esteve refletindo sobre o planejamento urbano, essa direção, de aceitação da vigência da cidade existente, fortaleceu as proposições de preservação daqueles objetos ou lugares urbanos mais reconhecidos como portadores de uma importância histórica e cultural.

O “Estatuto da Cidade”, lei federal de 2001, foi documento fundamental como referência para esse tipo de planejamento, consolidando uma posição que já aparecia bastante madura no país: praticamente toda legislação urbana no Brasil das últimas décadas estabelece algum tipo de política de proteção do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Desse modo, o patrimônio deixa de ser uma disciplina à parte e passa a ser considerado como integrante das estratégias gerais de planejamento urbano.

Por outro lado, ainda que seja bastante usual pensar o objeto de preservação como monumento, há muito já se reconhece que é também sobre o conjunto da “arquitetura de tecido”, representação da vida social e cotidiana da população na cidade, que se formam os valores culturais.

A consciência crescente nos últimos anos, da importância da valorização e conservação desses conjuntos, começa a despertar no século XIX. Com John Ruskin, há uma ampliação dos parâmetros de escolha dos episódios culturalmente importantes e assim dignos de conservação:

As ideias de Ruskin enriqueceram o conceito de monumento histórico, fazendo que nele entrasse de pleno direito, a arquitetura doméstica. Além disso, criticando aqueles que se interessassem exclusivamente pela “riqueza isolada dos palácios”, sonha também com a continuidade da malha formada pelas residências mais humildes: ele é o primeiro, logo seguido por Morris, a incluir os “conjuntos urbanos”, da mesma forma que os edifícios isolados, no campo da herança histórica a ser preservada. (Choay, 2001, p.141)

Quatremère de Quincy já havia enaltecido o papel da simples moradia no espaço da cidade:

Você nunca se imaginou entrando em qualquer dessas cidades que foram construídas com arte e liberdade? Como todas as casas feitas com correção, comodidade e solidez, parecem estar reconciliadas sob um nível de modesta abstinência! Que feliz uniformidade, em seus aspectos, parecem anunciar para vocês cidadãos, igualdade entre si, como tudo parece anunciar as mesmas necessidades, os mesmos meios, a mesma suficiência, sem luxúria, e sem superficialidade! Mas ao mesmo tempo, quão vastos são os monumentos públicos, quão pomposamente esses templos se erguem sobre as casas que os rodeiam, quão majestosamente esse teatro domina a cidade! (Quincy, 1980, p. 35).

Já no século XX, em 1913, Gustavo Giovannoni, estabelece o conceito de “arquitetura menor” e, logo depois, Marcelo Piacentini desenvolve parte de seu pensamento urbanístico pautado no valor dessa arquitetura:

(...) devemos hoje procurar a fonte de estudo na totalidade da fisionomia da cidade, nas inúmeras construções alinhadas nas ruas que até hoje nos parecem cinzentas, em uma palavra na arquitetura menor. (...) Assim e só assim, nós, do

passado, poderemos aprender não apenas as formas já perfeitas, não apenas os particulares decorativos já amadurecidos e indissolúveis, mas o senso da cidade e dos ambientes, quero dizer o seu temperamento, a sua atmosfera estética. (...) De fora dos grandes monumentos, as construções respondiam a um método construtivo, não ao sonho abstrato de um artista. (...) Uma ausência de pretensão que ressaltava por contraste a beleza dos monumentos, sendo essa a maior razão de seu fascínio. (Piacentini, como citado em Anelli, 1995, p. 46).

Camilo Sitte, por sua vez, já havia declarado a necessidade de alguns elementos da cidade serem apresentados com “roupas de trabalho” e outros com “trajes domingueiros”:

(...) que a grande massa de moradias seja consagrada à labuta - nesta esfera a cidade pode apresentar-se com roupas de trabalho - mas as poucas praças e ruas principais deveriam poder apresentar-se em trajes domingueiros, para alegria e orgulho dos cidadãos, para o despertar do espírito cívico, para nutrir a juventude que aí vive o seu crescimento de sentimentos grandes e nobres. (Sitte, 1992, p. 101)

O Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em 1931, em seu documento final, a “Carta de Atenas”, já aponta a necessidade de conservação não somente do monumento, mas também de seu entorno. Tecido urbano, então, começa a ser “oficialmente” considerado patrimônio: *“a conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”* (Carta de Atenas, 1931).

A “Carta de Veneza”, documento extraído do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos mais de trinta anos depois, reafirma esses princípios:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964).

A partir dessas ideias discutidas em ambientes de especialistas, a atitude de preservação das obras que configuram o tecido da cidade como importantes repositórios de cultura, tem se fortalecido nas cidades brasileiras. Na cidade de Pelotas, por exemplo, no ano de 2000, a lei 4.568/00 (Lei n. 4.568, 07/07/2000) vem proteger as fachadas públicas e a volumetria de mais de 1500 imóveis por meio do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural. As Áreas Especiais de Interesse Cultural, criadas em alguns municípios brasileiros como constituintes dos planos diretores realizados a partir dos anos noventa e, em Pelotas, implantadas a partir de do plano de 2008, vem incrementar esse procedimento.

2. PLANO DIRETOR DE PELOTAS: EXCEÇÃO E CONTINUIDADE

A execução do III Plano Diretor da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul (Lei n. 5.502, 11/09/2008), contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Programa Monumenta¹. Assim, o tema do patrimônio cultural foi base fundamental de grande parte de suas proposições.

No texto da lei, as questões relativas à “proteção e preservação do patrimônio cultural”, fazem parte das estratégias de “cumprimento da função social” da propriedade imobiliária urbana (Lei n. 5.502/2008, p. 4), exigida pelo Estatuto da Cidade, demonstrando a importância fundamental da preservação como instrumento de planejamento geral.

Por outro lado, o conceito de “cidade histórica” faz parte do “Sistema de Ideais” que configura o modelo urbano e assim potencializa um “desenvolvimento adequado e sustentável da cidade” (Lei n. 5.502, 2008, p. 7), traduzindo-se na indicação de “manejo do patrimônio urbano, oferecendo dimensões urbanas e não exclusivamente arquitetônicas ao patrimônio construído, com vistas a aportar a conservação e preservação das edificações com valor histórico” (Lei n. 5.502, 2008, p. 8).

De uma maneira geral, o sistema de Planejamento do Espaço Municipal exposto no plano diretor de Pelotas, propõe a implementação das diretrizes através da seguinte estrutura: “Modelo Espacial” e “Normas de Uso e Ocupação”: o primeiro item estabelece, entre outras coisas, as Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural - as AEIACs; o segundo item determina as regras gerais de ocupação do solo, os gabaritos, os recuos, etc. Embora no primeiro aconteça de maneira mais explícita, ambos elementos da estrutura são pautados em estratégias de conservação e preservação patrimonial. O primeiro item determina que algumas porções da cidade devem ser preservadas como algo especial, de exceção; o segundo indica que “o restante da cidade” deve servir como modelo a fim de manter uma conformação urbana ou certo caráter dos “ambientes” da cidade, em uma clara ideia de continuação - seguir a altura ou implantação da zona, por exemplo. Esses dois olhares, com interfaces em muitos pontos, incorporam diferentes aspectos do conceito geral de preservação: “patrimônio como exceção” e “patrimônio como modelo”.

¹ O Monumenta é um programa do Ministério da Cultura implantado em algumas cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

2.1. Patrimônio como exceção - Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural

O primeiro conceito indicado acima aponta para aquelas áreas e objetos urbanos que se destacam do contexto mais geral por motivos tanto históricos, como culturais, sociais, arquitetônicos e urbanísticos. Sua delimitação e seu contorno – e também seu valor – é definido por contraste em relação a outras áreas.

Seguindo o modelo de algumas cidades brasileiras² e inspirado na proposta do Estatuto da Cidade de instituição de Zonas Especiais de Interesse Social, o plano diretor define na zona urbana de Pelotas onze áreas com planos especiais de desenvolvimento, as Áreas Especiais de Interesse do Ambiente Cultural – AEIACs (Figura 1).

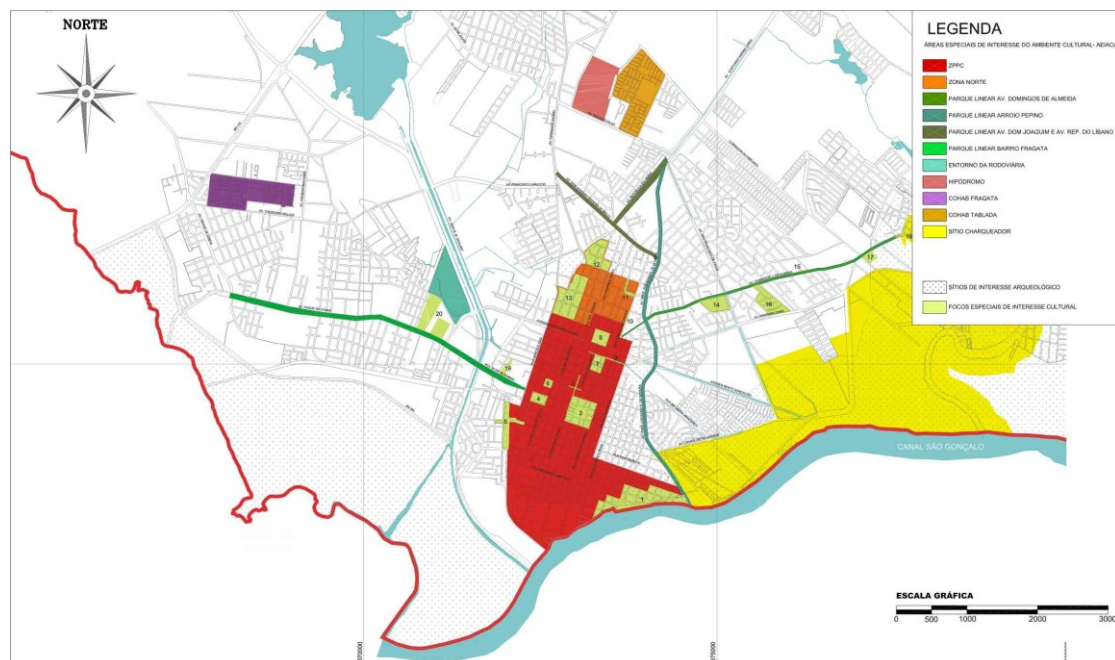


Figura 1 - Mapa de Pelotas. Em cores, as AEIACs; em cinza, o “restante da cidade”. Fonte: adaptado de <http://goo.gl/UPpE58>. Acesso em: 24 fev. 2011.

O texto do III Plano Diretor define assim as AEIACs:

São áreas especiais de interesse do ambiente cultural, aquelas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica, que deva ser preservado, a fim de evitar perda, perecimento, deterioração ou desaparecimento das características, das substâncias ou das ambiências culturais e históricas que lhe

² Porto Alegre - RS - define as AEICs em 1999 com a formulação do Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre - PDDUA. Santo André - SP - implanta as ZEIPs em 2004, na instituição do Plano Diretor no Município.

determinem a especialidade, visando a recuperação dos marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população (Lei n. 5.502, 2008, p. 19).

O plano ainda prevê Focos Especiais de Interesse Cultural – FEICs - que são

(...) pontos específicos localizados nas AEIACs, com características peculiares que denotam maior relevância sob o aspecto cultural, e cujo entorno compõe uma área de abrangência, na qual as novas inserções e intervenções devem obedecer às diretrizes gerais da AEIAC e também às regras específicas de composição arquitetônica e controle urbanístico estabelecidos, buscando manutenção e incremento das características específicas de cada foco da área (Lei n. 5.502, 2008, p. 20).

Ainda são especificados dentro das AEIACs, os Eixos de Ligação entre os diversos FEICs, importantes vias que conectam os monumentos e as áreas de exceção.

A legislação aponta diferentes instâncias de definição das Áreas e do Focos em geral:

(...) históricos, quando estão relacionadas a fatos ou períodos representativos da formação e desenvolvimento da cidade; arquitetônicos, quando apresentam espaços construídos com características representativas da arquitetura tradicional de Pelotas; urbanísticos – quando apresentam configurações de caráter urbano relevantes por suas características morfológicas diferenciadas ou de relação com a formação urbana; paisagísticos, quando apresentam paisagem peculiar, caracterizada por espaços abertos com potencial de sociabilidade através de atividades de lazer ativo e passivo; relativos às práticas sociais, quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade (Lei n. 5.502, 2008, p. 19-20).

A criação dessas áreas especiais e com legislação diferenciada que abrangem todo o território da cidade é uma iniciativa que aponta uma peculiaridade de estratégia metodológica de planejamento. Esse novo conceito permite uma expansão do olhar conservacionista que considera não somente os lugares urbanos já bastante consolidados como patrimônio da cidade - o centro histórico, por exemplo -, mas também amplia a ideia de preservação para áreas ainda não amplamente reconhecidas pelos habitantes como é o caso das áreas de patrimônio mais recente.

Intervenções nessas porções urbanas devem ser realizadas a partir de regramento especial, próprio de cada zona, com o fim de manter as características do ambiente. O Plano de Preservação contém “projetos e ações” que incluem a elaboração das “guias de desenho” para os focos e eixos de ligação; elaboração de projetos de desenho urbano específico para cada foco de interesse; e de uma maneira mais global, “revisão do inventário” incluindo as AEIACs – Zona Norte e

Sítio Charqueador, assim como os exemplares da arquitetura pré-moderna existentes na AEIAC – ZPPC (Lei n. 5.502, 2008, p. 9) (Figura 2).



Figura 2 - Pelotas. a) Charqueada São João. 1810. Exemplar do Sítio Charqueador; b) conjunto de casas na Zona do Porto, década de 1930, patrimônio pré-moderno; c) Colégio Santa Margarida, 1934, patrimônio pré-moderno. Fonte: a) <http://goo.gl/lohTh3>; b e c) arquivo da autora.

2.2. Patrimônio como modelo – o “restante da cidade”

Pelotas está dividida em “duas zonas básicas”. A primeira, a zona central formada a partir de quatro sucessivos “loteamentos” de fundação, configura um traçado em tabuleiro ou em retícula³. Os quarteirões são divididos em lotes estreitos e profundos cuja tipologia edilícia geradora é a casa também estreita e profunda localizada na divisa frontal com raízes medievais europeias⁴. A segunda zona, envolvendo esse centro, está conformada pelas áreas de expansão desenhadas na

³ Modelo idealizado pelos espanhóis no século XVI para traçar as novas cidades da América Central e Meridional e largamente aplicado posteriormente na zona fronteira do Rio Grande do Sul.

⁴ As primeiras manifestações completas desse tipo são produzidas na época gótica: casa unifamiliar, em geral de um só vão, implantada em fileira sobre lote estreito e profundo e com pátio posterior. O essencial desse tipo é sua relação com a rua a partir do fato de que a rua é pensada como lugar de intercâmbio e de trabalho.

periferia do tabuleiro a partir de loteamentos com traçados menos rígidos onde o conceito de cidade-jardim com casas isoladas nos lotes é a referência fundamental (Figura 3).

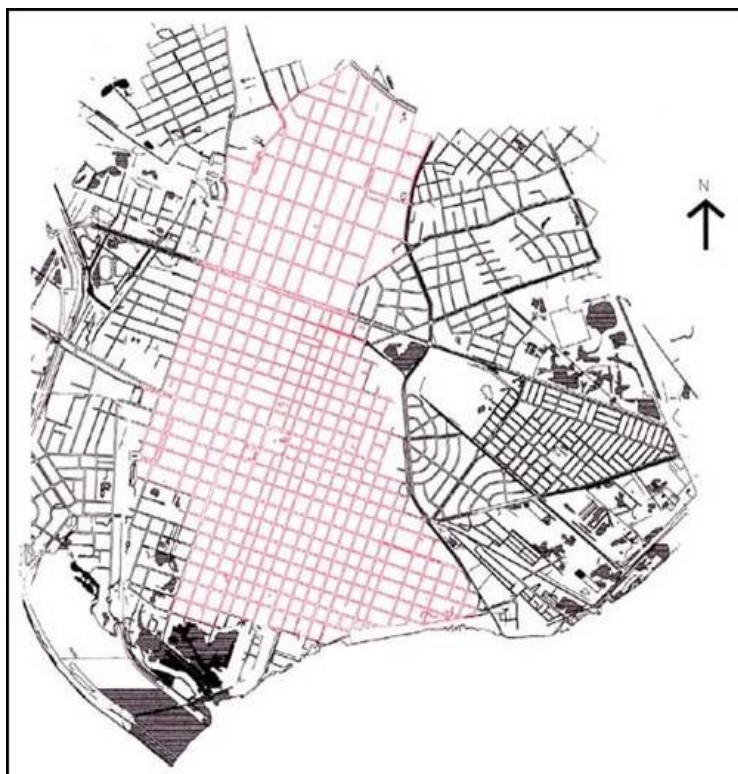


Figura 3 - Mapa de parte da zona urbana de Pelotas. Em vermelho, tecido tradicional; em cinza, "cidade-jardim". Fonte: adaptado de <http://goo.gl/OyPpWv>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Nas duas zonas da cidade, foram trabalhados conceitos de espaço urbano essencialmente diferenciados. Não somente os traçados em geral são diferentes, mas a relação casa-lote-quadra/quarteirão é outra. Na zona fundacional a arquitetura conforma o quarteirão, ou seja, a fachada da edificação também é fachada da quadra e plano lateral da rua-corredor. Na zona periférica, seguindo um modelo próximo ao da "cidade-jardim" com recuos frontais e às vezes também laterais, a quadra - não é mais quarteirão - é definida a partir da infraestrutura urbana ou traçado de rua e não por meio da arquitetura que se apresenta como "objeto isolado" no meio do espaço verde (Figura 4).



Figura 4 - Pelotas. a) Exemplo de via na zona fundacional com espaço urbano tradicional; b) Exemplo de via na zona periférica com espaço urbano seguindo conceito de cidade-jardim.
Fonte: arquivo da autora.

As primeiras legislações do século XX já começam de alguma forma a alterar - a intervir - na zona mais antiga da cidade. O incentivo do uso de recuos de ajardinamento do Código de Construções e Reconstruções de 1915 aponta, ainda que timidamente, para o destino posterior do espaço urbano da cidade.

Bem mais tarde, o Plano Diretor de Pelotas de 1968 seguindo as pautas do modernismo - ratificado, depois, pelo 2º Plano Diretor, de 1981 - estabelece, em parte, para a zona fundacional, os mesmos preceitos da cidade-jardim e da Carta de Atenas.

Apesar das "intervenções modernas" no tecido tradicional, este se manteve bastante íntegro, principalmente no centro da cidade. Assim, tecido tradicional e cidade-jardim são os dois tipos morfológicos essenciais presentes em Pelotas e desse modo, considerados como patrimônio e herança que devem ser conservados e continuados no momento em que servem de referência geral de ação/intervenção.

As ações edificatórias então, segundo o plano, deverão manter uma altura de dez metros, seguindo a média da cidade, e estabelecer

recuo de ajardinamento de 4,00 m (quatro metros), o qual poderá⁵ ser dispensado através de estudo prévio do entorno imediato no caso de evidenciar-se, no raio de 100,00 m (cem metros), a partir do centro da testada do lote, a existência de mais de 60% (sessenta por cento) das edificações no alinhamento predial (Lei n. 5.502, 2008, p. 48).

⁵ Esse termo "poderá" aparece mais como um erro de redação, já que o espírito de todo o plano - confirmado pelos técnicos que o elaboraram - aponta no sentido que daria o termo "deverá".

Em Pelotas, as novas legislações que conduzem o desenvolvimento da cidade, apontam para uma direção segundo a qual a produção da cidade deve considerar praticamente todos seus espaços como objeto de um olhar atento no sentido de avaliar seu potencial de preservação e continuidade. Nas zonas onde predomina o espaço tradicional da rua-corredor, as novas edificações devem seguir esse padrão, o mesmo acontecendo em relação às zonas de cidade-jardim. Todos os espaços são explorados como referência, lugar de memória e identidade e por isso devem ter seu caráter preservado ainda que às vezes em alguns poucos aspectos: implantação alturas das edificações urbana e por exemplo. Toda a área urbana de alguma maneira vira patrimônio. Toda a ação na cidade é, de algum modo, uma intervenção em um patrimônio cultural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERVENÇÃO EM PELOTAS

Intervenção, termo vago, impreciso, que relaciona passado e presente. Essa ação do presente sobre ações do passado pode significar desde a estrita conservação a uma transformação profunda.

No Renascimento – quando a intervenção é posta pela primeira vez como um problema que exige uma reflexão e teorização – a relação com os edifícios e com a cidade é abordada com a segurança de um projeto claro e prestabelecido a partir da interpretação da antiguidade clássica e que pretende unificar a totalidade do espaço urbano.

Com Viollet-le-Duc no século XIX a intervenção se converte em restauração. A relação com os monumentos não se dá a partir de uma ideia previa do que deve ser a arquitetura, mas de uma atitude neutra, onde todo o juízo está suspenso, onde deve-se “ouvir” o discurso do edifício, sua lógica intrínseca deixando em suspenso toda interpretação (Solà-Morales, 2006).

Quase simultaneamente a le-Duc, John Ruskin se afasta ainda mais de uma possível intervenção ativa no edifício. Em uma negação de qualquer ação, o monumento deve apenas ser conservado.

Ao longo do século XX se estabelece uma série de normas que devem conduzir a atuação em centros históricos. Como destaca Xavier Costa (2006, como citado em Sola-Morales, 2006, p. 8)

Esta sequência foi desde uma visão próxima à catalogação museográfica, que contemplava a arquitetura como um artefato cujos valores estéticos ou históricos deviam ser elucidados de acordo com critérios objetivos, para progredir em direção a uma compreensão mais ampla e inclusiva dos entornos espaciais e

urbanos, na qual se tornaria impossível isolar uma construção de seus contextos físicos e culturais.

Sola-Morales (2006, p.35), ainda aponta:

A relação entre uma intervenção de nova arquitetura e a arquitetura previamente existente é um fenômeno cambiante em função dos valores culturais atribuídos tanto à significação da arquitetura histórica como às intenções da nova intervenção (...) por isso não se pode estabelecer uma doutrina permanente ou uma definição científica da intervenção arquitetônica ou urbana.

No entanto, se no passado recente a cidade modernista ou a intervenção por meio do contraste gerou uma ideia geral – às vezes equivocada – de ruptura com o passado, a partir da década de 1960, com a crise dos modelos universais, passa a haver certo consenso, principalmente nos meios especializados e oficiais, em torno de um urbanismo “contextualista”, com uma intervenção que busca a analogia na relação com cada “lugar”.

Por outro lado, se no Renascimento se dá uma atitude ativa e no século XIX uma intervenção bastante passiva na cidade, atualmente as duas formas de atuação aparecem e geram polêmica. Por um lado, vemos obras de arquitetos internacionais com atuações individuais e projetos de objetos “estranhos” aos contextos que irrompem de tecidos históricos. Por outro lado, uma sociedade angustiada, insegura, com dificuldade de escolher o que guardar na memória e assim o que esquecer, quer, obsessivamente, guardar tudo, conservar tudo.

Necessitamos esquecer, afirmava o psiquiatra Carlos Castilla del Pino (1995, p. 76), realizando analogia entre a relação memória/sujeito e a memória/identidade coletiva, “esquecer, é absolutamente imprescindível para a economia da mente”. Porque, continua o autor, deve haver um pacto com o agora, com o contexto encontrado hoje e deve-se deixar espaço também para o futuro, para os contextos ou situações por vir.

A insegurança diante da história desde o positivismo de Violet-le-Duc, nos leva a uma atuação de neutralidade. Guardamos tudo e não temos que fazer escolhas, apresentamos tudo no presente e o presente se torna eterno.

Em Pelotas, a legislação expressa um equacionamento desses temas que parece ter encontrado um caminho intermediário. A questão da identidade se dá como um projeto em construção que tenta conter, apenas sob alguns aspectos – deixando então lugar para uma intervenção ativa – a fragmentação crescente da cidade contemporânea. Apresenta o “patrimônio em duas faces: por um lado é

herança, dotado de valor histórico⁶, por outro, é referência e modelo, carregado de valor de contemporaneidade⁷.

Adota por um lado a intervenção/preservação como uma série de ações cujo objetivo é garantir a integridade e permanência de obras de arquitetura e urbanismo e, por outro, uma intervenção/continuidade que se manifesta em uma vontade, antes de tudo, de reapropriação – e assim re-semantização – a partir de uma tentativa apenas de “resgatar um sentido, às vezes ininteligível, que nos amarra ao mundo, um fio de Ariadne no labirinto” (FREIRE, 1997, p. 304).

REFERÊNCIAS:

Anelli R. (1995). **Arquitetura e cidade na obra de Rino Levi**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Carta de Atenas (1931). Recuperado em 1 abril, 2014, de < <http://goo.gl/OVoKR3>>.

Carta de Veneza (1964). Recuperado em 1 abril, 2014, de < <http://goo.gl/L6DbPF>>.

Castilla de Pino, C. (1995). **La memoria y la piedra**. In Gonzales Moreno-Navarro, C. Castilla del Pino, A. Fernández Alba. *Patrimonio: memoria o pesadilla? Memoria 1990-1992* (pp. 9-12). Barcelona: Instituto de Ediciones de la Diputación de Barcelona.

Choay, F. (2001). **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp.

Freire, C. (1997). **Além dos mapas: os monumentos no imaginário contemporâneo**. São Paulo: SESC/Annablume: FAPESP.

Lei n. 4.568, de 7 de julho de 2000 (2000). **Declara área da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas - ZPPCs**. Recuperado em 21 de outubro, 2015, de <<http://goo.gl/1KpQmt>>.

⁶ Representa uma etapa determinada, em certo modo individual, na evolução de algum dos campos criativos da humanidade (Riegl, A. (2008). *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Machado Libros S.A.)

⁷ Valor artístico de contemporaneidade relaciona, segundo Riegl (2008) a sintonia da “vontade de arte” de uma época passada com a contemporânea.

Lei n. 5.502, de 11 de setembro de 2008 (2008). **III Plano Diretor de Pelotas**. Pelotas. 2008. Recuperado em 24 janeiro, 2013, de <<http://goo.gl/RTRpI5>>.

Quincy, Q. (1980). *De l'imitation*. Bruxelles: AAM.

Sitte, C. (1992). **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo, Ática.

Solà-Morales, I. (2006). *Teorías de la intervención arquitectónica*. In Solà-Morales, I. *Intervenciones* (pp. 13-32). Barcelona: Gustavo Gili.

Artigo Recebido em: 07/08/2015

Aceito para publicação em: 03/12/2015

Edifícios Institucionais Modernos em Florianópolis

Luiz Eduardo Fontoura Teixeira^{*}

Gilberto Sarkis Yunes^{**}

Rafaela Regina de Souza^{***}

Resumo:

O artigo analisa as edificações institucionais do período moderno em Florianópolis, identificando suas manifestações e impactos na época de sua produção, entre 1930 e 1980. Estas obras encontram-se distribuídas em três ciclos temporais: o primeiro definido pela inserção do ideário modernista e de coexistência de diversas linguagens arquitetônicas; o segundo pela difusão do modernismo, influenciado por outras experiências brasileiras; e o terceiro pela verticalização e sofisticação tecnológica, com a expansão do uso do concreto armado.

A pesquisa define espacialmente cinco setores do município onde os exemplares estão situados. Estes configuram centralidades urbanas, demonstrando que o investimento público claramente condicionou a ocupação. Constata-se ainda a presença de 32 edifícios, sendo 7 originários de instituições federais, 18 do poder estadual, 2 municipais e 5 de outras categorias. Suas novas tipologias, resultantes formais e espaciais, inseridas na paisagem e no contexto dos diferentes tempos da cidade marcam atualmente regiões e lugares, proporcionando a leitura destes exemplares como artefatos remanescentes de um período em que a cidade teve um grande ideal: modernizar-se e adotar espaços e serviços públicos como imagem da nova qualidade pretendida para a capital.

Palavras-chave: modernidade, arquitetura institucional, concreto armado, Florianópolis.

* Arquiteto e Urbanista pela UFRGS (1978). Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UFSC (2002). Doutor em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pela USP, São Carlos (2009). Professor do Núcleo de Teoria e História (ARQ/UFSC). Atua no Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Urbanismo e História da Cidade (PGAU-Cidade). Coordenador do Grupo de Pesquisa da Modernidade em Arquitetura e Urbanismo (ARQ/UFSC). Membro de Grupos de Pesquisa NUCOMO e SITUS (ARQ/UFSC) e do ICOMOS/BR/UNESCO. Contato: fontourateixeira@gmail.com

** Arquiteto e Urbanista pela UFPel (1977). Graduação em Pintura EBA/UFPel (1972). Mestre em Arquitetura pela USP, São Carlos (1987). Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP (1995). Master em Paisagens Culturais pela Università degli Studi di Napoli Federico II (2010). Professor do Núcleo de Projeto (ARQ/UFSC). Atua na Pós-Graduação PGAU-Cidade. Membro do Grupo de Pesquisa da Modernidade em Arquitetura e Urbanismo e NUCOMO (ARQ/UFSC). Membro INEP/SINAES.

*** Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa da Modernidade em Arquitetura e Urbanismo e NUCOMO (ARQ/UFSC).

Abstract: Modern Institutional buildings in Florianopolis

The article analyses institutional buildings of the modern period in Florianopolis, identifying its manifestations and impacts at the time of its production, between 1930 and 1980. These works are divided into three temporal cycles: the first defined by the insertion of modernist ideas and coexistence of different architectural languages; the second by the spread of modernism, influenced by other Brazilian experiences; and the third by vertical growth and technological sophistication, with the expansion of the use of reinforced concrete. The research spatially defines five city areas where the buildings are located. These configure urban centers, showing that public investment clearly conditioned the occupation. We also noted the presence of 32 buildings, 7 originated from federal institutions, 18 from the state power, 2 municipal and 5 from other categories. Its new typologies, spatial and form results inserted in the landscape and in the context of different times of the city currently mark regions and locations, promoting reading these buildings as remaining artifacts of a time when the city had a great ideal: modernize itself and adopt public spaces and services as the new image quality planned for the capital.

Key words: modernity, institutional architecture, reinforced concrete, Florianópolis.

Resumen:

El artículo analiza los edificios institucionales de la época moderna en Florianópolis, identificándolo de manifestaciones e impactos en el momento de su producción, entre 1930 y 1980. Estas obras se dividen en tres ciclos temporales: el primero definido por la inserción de las ideas modernistas y coexistencia de diferentes lenguajes arquitectónicos; la segunda por la difusión del modernismo, influido por otras experiencias brasileñas; y la tercera por el crecimiento vertical y sofisticación tecnológica, con la expansión del uso del hormigón armado. La investigación define espacialmente cinco zonas de la ciudad donde se encuentran las edificaciones. Estos configuran los centros urbanos, lo que demuestra que la inversión pública condicionada claramente la ocupación. Hemos observado también la presencia de 32 edificios, 7 se originó en las instituciones federales, 18 desde el poder del Estado, 2 municipal y 5 de otras categorías. Es nuevas tipologías, resultados espaciales y forma, insertadas en el paisaje y en el contexto de las diferentes épocas de la ciudad en la actualidad marcan las regiones y localidades, promoviendo la lectura de estos edificios tan restantes artefactos de una época en que la ciudad tenía un gran ideal: modernizarse y adoptar espacios y servicios públicos como la nueva calidad de imagen prevista para el capital.

Palabras-clave: la modernidad, la arquitectura institucional, hormigón armado, Florianópolis.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do estudo das edificações institucionais do período moderno em Florianópolis, identificando suas manifestações e impactos dentro do ideário da época de sua produção, entre os anos de 1930 e 1980. Este se insere na pesquisa “Itinerários da Arquitetura Moderna em Florianópolis” que tem por objetivo principal reconhecer e documentar a produção de edificações e espaços de linguagem moderna na capital catarinense. O patrimônio moderno de Florianópolis tem sido sensivelmente descaracterizado e recentemente sofreu grandes perdas, num quadro de desvalorização e abandono que não corresponde ao seu real valor como documento dos ciclos históricos da cidade.

Dentro desta perspectiva, a abordagem da pesquisa parte do estudo da obra inserida em seu contexto. No levantamento, observaram-se características das manifestações da modernidade que identificam as obras em três períodos ou ciclos temporais em Florianópolis, conforme Teixeira (2009). O primeiro ciclo, que abrange dos anos de 1920 a 1940, incluindo o período Vargasista, é um intervalo marcado pela inserção do ideário modernista na cidade e de coexistência de diversas linguagens arquitetônicas. No segundo ciclo, dos anos de 1950 a 1970, observa-se a difusão do modernismo, influenciado por outras experiências modernas brasileiras, como o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, e a construção de Brasília. O terceiro e último ciclo, a partir dos anos de 1970 até os finais dos anos de 1980, foi um período de verticalização e sofisticação tecnológica, com a expansão do uso do concreto armado.

A pesquisa também é categorizada espacialmente por cinco regiões ou setores do município de Florianópolis (Figura 1). O Setor 1 compreende o núcleo insular formador central, o Setor 2 abrange toda a região continental, o Setor 3 a bacia do Itacorubi, incluindo o Campus da UFSC, o Setor 4 o Loteamento Praia do Forte, projeto de Oscar Niemeyer em Jurerê no norte da Ilha, e o Setor 5 o Lagoa late Clube, localizado no leste da ilha.

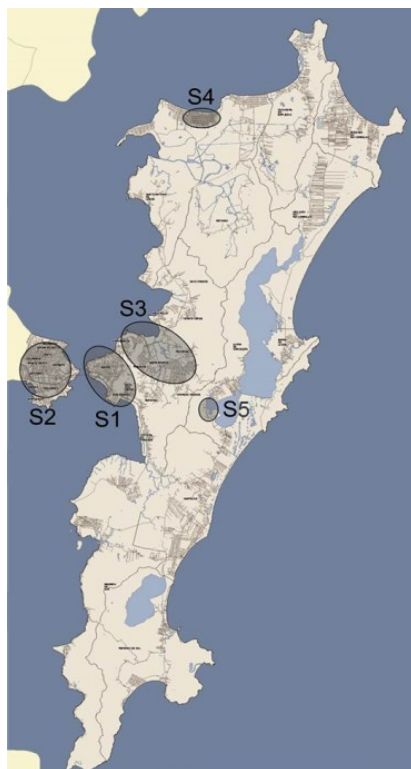


Figura 1 - Mapa com divisão de setores da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna em Florianópolis. Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2013.

Os exemplares institucionais encontram-se nos Setores 1, 2, 3 e 5, que configuram verdadeiras centralidades em Florianópolis, cidade onde o direcionamento do investimento público condicionou a ocupação. Esse fenômeno do desenvolvimento da cidade pode ser demonstrado pelos objetos de estudo abordados neste trabalho.

2. ARQUITETURA INSTITUCIONAL EM FLORIANÓPOLIS

Durante o século XX, Florianópolis passou de cidade que se firmava como capital estadual para uma cidade com urbanização crescente, consolidada como núcleo central de uma complexa conurbação urbana. O “milagre econômico” que proporcionou o desenvolvimento nacional refletiu no município, manifestando-se no desenvolvimento que se insere sob a influência do ideário moderno. A manutenção da cidade como capital propiciou um aporte de dinheiro público condizente com essa representação e a arquitetura institucional desta cidade que se adequava à busca de uma modernidade se torna um verdadeiro documento desse processo histórico. Constata-se a presença de 32 edifícios, sendo 7 de instituições federais, 18 do poder estadual e 2 municipais. Em outras categorias, observa-se os 3 clubes sociais e 2 concessionárias de eletricidade (Tabela 1).

Tabela 1 - Exemplares em estudo conforme ciclos e esferas institucionais.

	Edifício	Ano	Federal	Estadual	Municipal	Outros
Primeiro Ciclo	Correios e Telégrafos	1934	X			
	Dep. de Saúde Pública	1938		X		
	Hospital Nereu Ramos	1938		X		
	Colégio Dias Velho	1941		X		
	IPASE	1944	X			
	Faculdade de Direito	194X		X		
Segundo Ciclo	Clube do Penhasco	1954				X
	Ed. Secretarias	1955			X	
	Clube 12 de Agosto	1956				X
	IAPC	1958		X		
	Hospital Celso Ramos	1959		X		
	Biblioteca UFSC	1959	X			
	Reitoria UFSC	1959	X			
	Ed. Diretorias	1961		X		
	FATMA	1961		X		
	IPESC	1962		X		
	Instituto Estadual de Educação	1963		X		
	Assembleia Legislativa SC	1964		X		
	Palácio Santa Catarina	1967		X		
	Lagoa late Clube	1969				X
	Convivência UFSC	196X	X			
	CCE UFSC	196X	X			
Terceiro	Secretaria Educação SC	1972		X		
	Tribunal de Contas	1973		X		

CELES (atual Banco Safra)	1974				X
Tribunal de Justiça	1975		X		
TELESC	1976		X		
CREA	1978		X		
Eletrosul	1978	X			
Tractebel (atual Unisul)	1984				X
CELESC	1988		X		
Biblioteca Barreiros Filho	1988			X	

Fonte: Itinerários da Arquitetura Moderna em Florianópolis, 2014.

2.1. Primeiro ciclo: o desejo do moderno. Marcos iniciais.

Florianópolis nos anos de 1920 era uma cidade com atividades econômicas baseadas na subsistência, em seu pequeno porto localizado na região insular central e no serviço público. Nesse período, houve a manifestação do interesse de alguns grupos que buscavam transferir o centro administrativo do Estado para outros municípios, tornando-se crucial a inserção de Florianópolis no contexto nacional para a manutenção de sua posição como capital. Buscava-se a consolidação e o crescimento para além de sua conformação provinciana, tornando-se cidade polarizadora regional. Grandes marcos iniciais deste processo são a primeira ligação ilha-continente, a Ponte Hercílio Luz, em 1926, e a intervenção sanitária que criou a Avenida Hercílio Luz em 1918, inserindo a cidade no debate e nas práticas urbanas correntes.

No âmbito da arquitetura, o primeiro marco foi o edifício dos Correios e Telégrafos de 1934 (Figura 2 e 3). Localizado em frente à praça fundadora, representou a presença efetiva do poder federal em Florianópolis, dentro do projeto de ligação telegráfica do Governo Vargas. Essa edificação foi implantada na Praça XV adotando uma tipologia pré-definida de agência dos correios (PEREIRA, 1999). O edifício representou "um marco urbano, em função inclusive de sua implantação em plena praça fundadora, junto a outros símbolos estatais de tempos anteriores" (TEIXEIRA, 2009). Sua inserção configurou uma grande ruptura na imagem da cidade à época, transcendendo a estrutura fundiária colonial com uma escala monumental para os padrões, cuja implantação ocupa duas esquinas e apresenta três fachadas estabelecendo relação com as vias lindeiras.



Figura 2 - Edifício dos Correios e Telégrafos no ano de 1934.
Fonte: Cartão postal. Acervo do Arquivo da Casa da Memória, FFC.



Figura 3 - Edifício dos Correios e Telégrafos em foto atual.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

Outra marca do período varguista foram os investimentos em saúde e educação, sendo estes setores os mais atendidos com novas arquiteturas institucionais modernas neste ciclo. Edifícios como o Departamento de Saúde Pública de 1938 (Figura 4) e o Colégio Dias Velho de 1941 (Figura 5), representam uma corrente da arquitetura da época, com uma linguagem com características modernizantes do Art Dèco, de linhas mais simples e sem adorno, mas ainda no que pode se considerar um momento de transição para a arquitetura moderna de fato.



Figura 4 - Edifício do Departamento de Saúde Pública em foto atual.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.



Figura 5 - Edifício do Colégio Estadual Dias Velho em foto atual.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

O Edifício do IPASE (Figura 6), construído em 1944 como sede da instituição previdenciária à época, merece destaque por representar uma concepção mais próxima do estilo moderno de fato, já utilizando recursos preconizados pelo movimento. Em maior altura, já com 6 pavimentos, o elemento dos pilotis foi empregado de forma a compor uma galeria que amplia o passeio público no pavimento térreo. O layout em planta (Figura 7) é simétrico e totalmente clássico, bem como a entrada, com uma escadaria de acesso central comum às tipologias mais tradicionais. Outros elementos modernistas, como a janela em fita, embora sensivelmente insinuada na fachada, não são contemplados em sua totalidade, principalmente devido à tecnologia de construção e ao tipo de aberturas disponível no município neste momento. Nesta edificação delineia-se uma arquitetura híbrida que anuncia novos ares à produção da capital.



Figura 6 - Edifício do IPASE em foto atual.
Fonte: Foto de Dario de Almeida Prado, 2008.

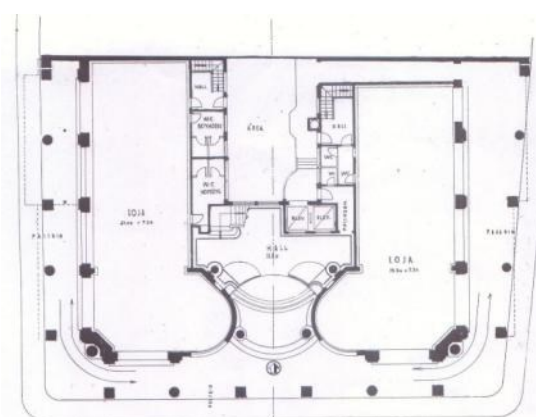


Figura 7 - Planta Baixa do pavimento térreo do edifício IPASE. Fonte: O Construtor, N° 59, jan-fev, 1944. In: TEIXEIRA, 2009.

2.2. Segundo Ciclo: difusão do moderno. Investimentos na esfera Estadual e a inserção da UFSC

Até os anos de 1950, Florianópolis ainda era uma cidade que conservava sua conformação colonial quase que na totalidade, não comportando o crescente número de veículos motorizados e mantendo as áreas do Norte da ilha e Leste da Praça XV em condição de isolamento (TEIXEIRA, 2009). O município necessitava de intervenções modernizantes em seu centro para vencer a estagnação viária frente a uma população em crescimento. A malha construída se densificava juntamente com a consolidação da vida social e a construção de sedes para os principais clubes recreativos e esportivos da cidade. Outra questão importante na época foi a fundação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Assim, a arquitetura e a cidade em vias de consolidação do moderno são as marcas do período.

Partindo de diretrizes federais que associam o aporte de recursos financeiros à existência de um plano de desenvolvimento urbano (MATTOS, 2009, p. 52), as propostas para a cidade são oficializadas na criação de um Plano Diretor em 1952, inspirado na Carta de Atenas, mas não executado. A implantação da UFSC

também passava por grande discussão, tentando-se uma locação no aterro central, cujas obras foram iniciadas na década de 1940 e foram complementadas ampliando a extensão do aterramento ao longo das décadas seguintes. Ambas as propostas, porém, não foram levadas à cabo, sendo o Plano substituído em 1967 e a Universidade implantada no fim da década de 1960 em área rural localizada no limite do bairro Trindade, ao norte do Centro, graças à pressão das elites locais (TEIXEIRA, 2009). A instalação da Universidade criou um novo vetor de ocupação, ligado ao centro através da construção de uma grande avenida sobre a praia da Baía Norte, a Avenida Rubens de Arruda Ramos ou Beira Mar Norte. De acordo com Sugai (1994, p. 70), este investimento do Estado marcou um novo padrão residencial de verticalização, com edifícios multifamiliares de até 12 andares e uma valorização da área norte da península.

Segundo Castro (2002, p. 135), a partir da década de 1960, Florianópolis tem seu processo de expansão acelerado, sofrendo alterações sensíveis em sua conformação. Até então esquecida pelos Planos de Desenvolvimento Nacional, que privilegiavam cidades com atividade industrial, a cidade foi finalmente ligada de forma efetiva ao país pela construção da BR-101. Esse processo possibilitou o início de sua consolidação como região metropolitana, estabelecida essencialmente pela ação estatal (MATTOS, 2009). O Plano Diretor de 1967 foi a grande referência que norteou esse desenvolvimento e foi implementado já prevendo a construção da segunda ligação ilha-continente e a ocupação e ampliação do aterro da Baía Sul, rompendo a tradicional relação do centro histórico com o mar. Este desenvolvimento, que modifica profundamente a imagem da cidade, está dentro da concepção rodoviarista de crescimento, conforme o ideário estabelecido no país que vivia o período do "milagre econômico".

Desta forma, a solução urbana para a necessidade de modernização da Ilha foi encontrada principalmente por meio de intervenções viárias, como o alargamento de ruas tradicionais e criação de novas vias. O aterro foi executado com o claro intuito de dar vazão ao trânsito contornando os custos de readequar a malha viária colonial em sua totalidade, além de também ter sido destinado a ser o centro cívico, administrativo e financeiro da cidade (MATTOS, 2009). Nele foi construída em 1964 a nova sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina ou Palácio Barriga Verde, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas em 1976 e em 1970 a sede da CELESC, que passou a abrigar em 1983 o Palácio do Governo do Estado (hoje Fórum Eduardo Luz), cumprindo o projeto de reunir todos os poderes administrativos no mesmo local. Tais edifícios foram implantados ladeando a esplanada que ficou conhecida como Praça Tancredo Neves ou Praça da Bandeira, cuja conformação emana a ideia de lugar do poder, como ocorre na tipologia de praça adotada no projeto de Brasília. Esses edifícios de concepção eminentemente moderna trazem uma atualização da linguagem arquitetônica a

capital e usam com mais propriedade as tecnologias construtivas que agora já se tornam acessíveis à cidade.



Figura 8 - O Clube do Penhasco, 1954, projeto de Walmy Bittencourt.
Fonte: Foto de Dario de Almeida Prado, 2008.

Grande marco deste ciclo foi a construção de sedes para os clubes sociais, recreativos e esportivos, cujos projetos introduzem uma nova função e experiências espaciais e estruturais na região. Entre estes, o Clube Penhasco, o Clube Doze e o Lagoa late Clube, (Figuras 8, 9 e 10) tornam-se marcos da modernização da arquitetura local, pois têm suas concepções desenvolvidas e possibilitadas pelas novas perspectivas técnicas do concreto armado, exploradas pelos escritórios em diferentes soluções. Estes edifícios são configurados por um programa inédito, abrigando bailes e funções sociais e esportivas, e os espaços resultantes são marcados pelos salões amplos e fluidos, emblema introduzido pelo moderno, que caracteriza também os edifícios administrativos e de escritórios do período. Esses espaços proporcionados pelas novas tecnologias de construção são representativos do convívio social, disseminando o espírito da modernidade à população. Atualmente verifica-se uma gradual perda destes clubes como instituições de cunho social provocando sua decadência financeira, o que os coloca em risco de perda.



Figura 9 - Clube Doze de Agosto, 1956, projeto de Rui Ramos Soares.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.



Figura 10 - O Lagoa late Clube, 1969, projeto de Oscar Niemeyer.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

Dentro destas arquiteturas destaca-se o Palácio Santa Catarina (Figura 11), obra do arquiteto austríaco Hans Broos. Como era de sua característica, o projeto é um edifício que utiliza a linguagem estética do concreto armado, deixando-o aparente, fato incomum na região. Este projeto, bastante funcionalista, apresenta o partido moderno da planta livre e sua estrutura tem grande destaque, mostrando-se nas fachadas com uma grelha que cobre todas as aberturas em vidro, à semelhança de um *brise soleil*. Hoje está bastante descaracterizado devido à remoção de elementos de concreto da fachada e a construção da casa de máquinas anexa à cobertura, em volume composto por blocos vazados de concreto (MATTOS, 2009).



Figura 11 - Edifício do Palácio de Santa Catarina atualmente.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

Neste mesmo período é inaugurado outro edifício institucional para abrigar funções da esfera estadual que se torna marco moderno por excelência em Florianópolis. O Edifício das Diretorias, de 1961 (Figura 12), foi projetado pelo engenheiro Domingos Trindade com clara inspiração no edifício do Ministério de Educação e Saúde (1945). O projeto tem uma concepção dentro das características modernas interna e externamente. Utiliza os pilotis para ampliar o passeio urbano, marcando a esquina com uma marquise de forma orgânica que articula o espaço público e o privado, *brises* de concreto e janelas em fita (TEIXEIRA, 2009). Segundo Castro (2002), recursos como os espaços de maior dimensão, a utilização de materiais com maior durabilidade e a introdução de novas técnicas e linguagens conferem ao conjunto da obra um caráter de monumento que configura uma das marcadas edificações do Poder. Essa condição monumental e sua conformação diferenciada definem a imagem do edifício na cidade, influenciando e modificando a maneira de se relacionar com o urbano. O edifício hoje continua com sua função original e é notável a apropriação urbana dos espaços criados pela sua marquise, que se tornou abrigo para os que passam ou esperam o transporte público, e para pequenos vendedores ambulantes já tradicionais no local.



Figura12 - Edifício das Diretorias em foto atual.

Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

2.3. Terceiro Ciclo: a modernidade consolidada.

Neste ciclo totalmente inserido no contexto das ditaduras, aprofundando as transformações das médias e grandes cidades brasileiras em geral, identifica-se uma modernidade consolidada e difundida em locais afastados do centro, com uso do concreto e um processo de verticalização já tomando parte da imagem urbana local. No campo urbano, busca-se a centralização do planejamento pela criação de regiões metropolitanas, na tentativa de implantação de um novo método de atuação sobre as questões consideradas primordiais no desenvolvimento nacional (MATTOS, 2009). Como se destacou anteriormente, Florianópolis foi uma cidade transformada em polo regional pela ação política e seu crescimento evidenciou-se especialmente pelo setor imobiliário.

Exemplo desta disseminação da arquitetura de concreto aparente na cidade é a edificação da Telesc (Figura 13), localizada no bairro do Itacorubi, seguindo na direção norte da ilha. Projeto de Moyses Liz e Odilon Monteiro, inaugurado em 1976, possui seus pavimentos organizados em planta livre com formato Y e serviços em seu núcleo central. Sua estrutura periférica garante a ocupação flexível e apresenta *brises* pré-moldados que são presença marcante na fachada.



Figura 13 - Edifício da Telesc atualmente.

Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

O Palácio da Justiça Ministro Luiz Galotti (Figura 14), construído em 1975, localizado na Praça Tancredo Neves, na região central, é um exemplar que demonstra a verticalização. A sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina é um projeto de Pedro Paulo de Melo Saraiva - também planejador urbano da área em questão - juntamente com Francisco Petracco e Sami Bussab. No edifício em concreto, com planta livre em formato de cruz, é forte a presença do vão central em certos pavimentos, elemento recorrente em outras arquiteturas da época. Observa-se uma hierarquia funcional dos espaços, com áreas de serviço e circulação bem identificadas, especialmente nas escadas que se projetam em cilindros de concreto aparente nas fachadas. Seu volume prismático com o elemento *brise* em evidência destacava-se sensivelmente na paisagem urbana à época de sua construção, sendo a primeira edificação em altura no aterro. Atualmente, o Palácio da Justiça já passou por diversas reformas, contando hoje com uma segunda torre anexa.



Figura 14 - Tribunal de Justiça de Santa Catarina atualmente, em frente à sua torre anexa. O volume menor à frente é o anexo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
Fonte: Acervo da Pesquisa Itinerários da Arquitetura Moderna, 2014.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo aporte de dinheiro público, é a arquitetura institucional que apresenta primeiramente condições para a criação de edifícios com projetos arquitetônicos regulamentados seguindo novos padrões de linguagem e se configurando como protótipos da arquitetura que viria a ser construída posteriormente na cidade. Identifica-se uma tendência que perpassa todos os ciclos: o pioneirismo da arquitetura institucional na inserção de linguagens, tipologias e novas tecnologias da construção, bem como sua influência cultural na população. Cabe destacar que a arquitetura pública institucional assume em Florianópolis o papel de precursora da modernidade em relação à esfera privada.

Da mesma maneira, a arquitetura institucional promovida pelo estado de Santa Catarina foi também pioneira no processo de verticalização, modificando a malha urbana, rompendo com a estrutura fundiária original e introduzindo de maneira geral uma mudança nas relações urbanas com novos usos e costumes em espaços públicos e privados. As introduções de características inovadoras, como os espaços amplos e abertos para o exterior, eram objeto de verdadeiro encantamento para o cidadão comum, tornando-se marca do moderno e da arquitetura oficial representada por estas instituições. Conclui-se que o Estado, em suas três esferas, desempenhou o papel de fomentador da cultura e incentivador da arquitetura de viés erudito local, em consonância com o movimento nacional, principalmente a partir do 2º ciclo, no qual a arquitetura moderna brasileira expressa seus princípios de linguagem de forma mais significativa.

Constata-se, enfim, a relação constante entre a produção do edifício e da cidade, como projetos de inserção do pensamento moderno nos três ciclos temporais observados em Florianópolis. Notadamente, a instalação desses equipamentos institucionais introduz espacialidades fluidas provenientes das possibilidades técnicas e das necessidades funcionais, como os salões de baile dos clubes. Além disso, são incorporadas novas relações interior e exterior que mudam o cotidiano urbano, como as galerias. Em áreas de implantação recentes como a do Aterro Sul e Trindade, a arquitetura que se instala assume forte papel urbano, delimitando e atraindo novas ocupações consequentes dos projetos de cidade formalizados em planos de desenvolvimento.

A arquitetura produzida neste período de 1930 a 1980 demonstra a busca e capacidade de introdução de novas tecnologias construtivas no estado, principalmente com o uso do concreto armado, cuja responsabilidade é assumida pelos escritórios e empresas de engenharia e arquitetura formados por importantes profissionais que se estabelecem na região. Com suas novas tipologias, resultantes formais e espaciais, esta arquitetura apresenta-se atualmente na paisagem inserida no contexto dos diferentes tempos da cidade. Visualmente ela se impõe, marcando regiões e lugares pela leitura de seus exemplares como remanescentes históricos, numa arquitetura que demonstra um desejo de impressionar e criar um imaginário de cidade moderna e premente no cenário nacional. Este patrimônio recente, no entanto, sofre com a falta de reconhecimento, manutenção e conservação, bem como com a especulação imobiliária e a falta de critérios de intervenção. A segurança legal dessa herança dentro de suas peculiaridades é um debate em que a contemporaneidade ainda está em dívida com o moderno.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, E. J. F. **Hospital Governador Celso Ramos**. In: AMORA, Ana Albano (org.). *História da saúde em Santa Catarina: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri: Fiocruz/Manole, 2012 (1 CD-ROM).

CASTRO, E. R. M. **Jogo de formas híbridas: Arquitetura e modernidade em Florianópolis na década de 50**. Florianópolis, SC, 2002. I, 143 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

MATTOS, M. L. **Arquitetura institucional em concreto aparente e suas repercussões no espaço urbano de Florianópolis entre 1970 e 1985**. 237 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro

Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2009.

PEREIRA, M. S. **Os Correios e Telégrafos no Brasil**; um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MSP / Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio espacial na área conurbada de Florianópolis**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, L. E. F. **Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina - 1930-1960**. 377 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, L. E. F.; GRAD, G. F.; MUNARIM, U. **Moderno, mas não eterno**: Algumas reflexões sobre um Patrimônio ameaçado de Florianópolis, SC. 3º Encontro de Pesquisadores do Modernismo na Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina. Blumenau, FURB, 2011.

TEIXEIRA, L. E. F.; YUNES, G. S.; MENEGON, B. S., BATTISTI, L. **Itinerário da arquitetura moderna no aglomerado urbano de Florianópolis, SC**. In: GNOATO, Salvador; MAGALHÃES, Leandro Henrique (orgs.). *Arquitetura Moderna em cidades de porte médio, 1940-70*. - Londrina, Unifil, 2012, p. 79-88.

YUNES, G. S.; ASSEN DE OLIVEIRA, L. **Verticalização em Florianópolis**. In: *Oficina de verticalização das cidades brasileiras*. CD. FAU/Mackenzie. São Paulo: dezembro, 2006.

YUNES, G. S. **Ícones modernos nos clubes sociais de Florianópolis**. 2º Encontro de Pesquisadores do Modernismo na Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 2009.

Artigo Recebido em: 10/08/2015

Aceito para publicação em: 03/12/2015

Os usos do precedente: A construção do repertório arquitetônico no ambiente pedagógico do atelier de projetos

Rogério de Castro Oliveira*

Resumo:

Esta comunicação discute o uso de soluções exemplares como critério de projeto, focalizando a prática pedagógica da arquitetura que tem lugar nos ateliers dos cursos de graduação. A construção de conhecimento arquitetônico no projeto implica o uso de precedentes, quer como ponto de partida (aberto a manipulações adaptativas), quer como ferramentas de comparação aplicadas *a posteriori* a verificações tipológicas e à correção de decisões projetuais que conduzem às configurações do partido. A descrição, interpretação e transformação dos tipos como parte de uma abordagem "imitativa" do projeto arquitetônico é o tema central de uma epistemologia da prática, tal como sugerida por Donald Schön, e fundamenta o exercício da invenção compositiva. Nesta perspectiva, a imaginação figurativa interage com um catálogo coletivo de obras de arquitetura paradigmáticas, constituindo um conjunto de requerimentos eletivos progressivamente incorporados ao repertório do projetista.

Palavras-chave: arquitetura; projeto; repertório; aprendizado.

Abstract: The uses of precedent: the construction of architectural repertoire inside the pedagogical environment of the design studio.

This paper discusses the use of exemplary solutions as design criteria, focusing the pedagogical practice of architecture in undergraduate design studios. The construction of architectural knowledge through design implies the use of precedents both as models to be adopted as a starting point (open to adaptive manipulations), and as comparative tools for a posteriori typological verification and correction of design decisions leading to parti configurations. The description, interpretation and transformation of types as part of an "imitative" approach to the architectural project is the main subject of an epistemology of practice as suggested by Donald Schön, and supports the exercise of compositional

* Docente permanente, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter. Docente colaborador, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: rco@ufrgs.br

invention. In this perspective, figurative imagination is intertwined with a collective catalogue of paradigmatic works of architecture, which becomes a set of elective constraints progressively incorporated to the practitioner's repertoire.

Key words: architecture; project; repertoire; learning.

Resumen: Los usos del precedente: la construcción del repertorio arquitectónico en el ambiente pedagógico del taller de proyectos.

Esta comunicación discute el uso de soluciones ejemplares como criterio de diseño, focalizando la práctica pedagógica de la arquitectura que ocurre en los talleres de los cursos de grado. La construcción del conocimiento arquitectónico en el proyecto implica el empleo de precedentes, sea como punto de partida (abierto a manipulaciones adaptativas), sea como herramientas de comparación aplicadas a posteriori a verificaciones tipológicas y a la corrección de decisiones proyectuales que conducen a las configuraciones del partido. La descripción, interpretación y transformación de los tipos como parte de una aproximación "imitativa" del diseño arquitectónico es el tema central de una epistemología da práctica, sugerida por Donald Schön, y fundamenta el ejercicio de la invención compositiva. En esta perspectiva, la imaginación figurativa se conecta a un catálogo colectivo de obras de arquitectura paradigmáticas, las cuales componen un conjunto de requerimientos electivos que se incorporan progresivamente al repertorio del diseñador.

Palabras-clave: arquitectura; proyecto; repertorio; aprendizaje.

1. PRECEDENTES: PRESCRIÇÃO OU CRITÉRIO

Os projetos arquitetônicos, quando exemplares, configuram obras singulares e atemporais. Tais obras, tomadas em sua autonomia documental, podem ser objeto de manipulação compositiva, como se o momento de sua concepção ainda estivesse em aberto, sujeito a transformações e atualizações. Não se trata, porém, de recompor o percurso original de seu autor, encapsulado em uma subjetividade à qual não temos acesso, mas de construirmos um novo itinerário, mapeando operações que não sabemos se realmente ocorreram na mente do autor, mas que, em uma reconstituição verossímil, bem poderiam ter ocorrido. Esta dimensão criativa da interpretação se incorpora a novos projetos, a novas arquiteturas.

Interpretar é "reprojetar". O papel operativo assumido pela referência a uma produção arquitetônica preexistente guarda, contudo, uma certa ambiguidade, situada entre a simples reprodução de um modelo e a recomposição transformadora de uma solução paradigmática que pode ser prolongada, por sua vez, em sistematizações tipológicas. Poucos duvidam que a formação de um

repertório¹ coletivo (no qual se recortarão repertórios pessoais) é parte essencial da educação do arquiteto. A convergência de pontos de vista, porém, não se mantém no que diz respeito ao uso que se fará desse repertório.

O trabalho no *atelier* de projetos, ao debruçar-se sobre um problema de arquitetura, não pode deixar de levar em consideração o universo das realizações arquitetônicas que o precederam. As tentativas fracassadas de isolar a produção arquitetônica desse imenso conjunto de soluções exemplares que a história põe à nossa disposição, preconizando o projeto como "criação" a partir de *tabula rasa*, já foram denunciadas por Colin Rowe em seu magnífico *Collage City*². Desde então, as metodologias mecanicistas foram geralmente substituídas pelo trabalho sobre precedentes, entendido, porém, de muitas maneiras, mais ou menos compatíveis, mais ou menos opostas.

Em alguns casos, as referências arquitetônicas assumem um estatuto metodológico que se poderia chamar de transdutivo: de uma solução exemplar previamente fixada, se extrairia uma outra, que permaneceria fiel à primeira, passando diretamente de uma solução particular a outra, sem levar em conta uma organização mais ampla (um tipo) que as englobe. Esta "filiação" arquitetônica é proposta com maior ou menor atenção ao original. Frequentemente se contenta com uma certa semelhança fisionômica, sem uma adequação intrínseca da solução preexistente ao partido arquitetônico efetivamente adotado.

Contrariamente a esses procedimentos, o precedente pode ser adotado como critério de comparação, não como modelo a ser seguido. O critério entra em jogo quando as circunstâncias e a estrutura interna da composição arquitetônica descobrem ou inventam correspondências — analogias — entre o projeto em elaboração e outros projetos, edifícios ou figuras (nem sempre arquitetônicas). O precedente fica, então, aberto a transgressões: ele existe para ser aceito ou rejeitado, adaptado ou refeito, mas sempre transformado, por decomposição e recomposição.

Uma consequência desta inclusão do trabalho sobre o precedente na própria concepção do projeto, utilizando os recursos operatórios que sua prática oferece, é o vínculo imediato que surge entre investigação projetual e pesquisa tipológica. O repertório de soluções exemplares não é um conjunto fechado de referências que antecedem o projeto, mas se constitui abertamente no projeto, ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Desde o ponto de vista pedagógico, o progresso do estudante situa-se no âmbito da compreensão e da sistematização do repertório de métodos, técnicas e paradigmas por ele construído na sua prática projetual. O problema da condução e

¹ Cf. CASTRO OLIVEIRA, Rogério de. A formação de repertório para o projeto arquitetônico: algumas implicações didáticas. In: COMAS, C. E. *Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação*. São Paulo: Projeto, 1986. p. 69-84.

² Cf. ROWE, Colin, KOETER, Fred. *Collage city*. Cambridge, Mass.: MIT, s.d.

avaliação das atividades do *atelier*, e de seus resultados, centraliza-se, portanto, na necessária dimensão crítica a ser incorporada ao aprendizado e compartilhada, tendo como foco o projeto e, por extensão, o repertório.

No ensino-aprendizagem, em particular, assoma o problema de como lidar com o inevitável dilema da escolha entre caminhos possíveis, isto é, entre diferentes partidos, associados a diferentes recortes de repertório. Nessa relação, a construção do repertório assume o caráter de um "metaprojeto" indissociável da prática projetual, cuja execução envolve algum "talento artístico". Embora vaga, esta expressão descreve tacitamente um conjunto de operações concretas não inteiramente especificáveis *a priori*, que capacitam o sujeito a fazer frente a situações imprevistas e desconhecidas. Donald Schön chama de *epistemologia da prática* esta mútua organização do saber e do fazer.³

A epistemologia da prática se opõe à postura determinista da "racionalidade técnica" quando ela, cedendo à pretensão normativa de uma cientificidade fundada em prescrições, quer impor ao universo do saber um critério absoluto de validade. O conforto oferecido pelo horizonte demasiado próximo da certeza fabricada tem como preço a perda da visão em profundidade. Mais adiante dessa linha estão os saberes que se situam no campo da incerteza, aplicando-se a problemas abertos, onde é impossível tomar como ponto de partida um número finito de variáveis conhecidas, combináveis por meio do uso de algoritmos. Neste panorama se insere a formação do repertório e se problematiza os usos de precedentes integrados ao processo de projeto.

Para Habermas⁴, o saber técnico é externo, depende da informação que nos é trazida de fora, o que faz com que nos esqueçamos das regras técnicas no momento em que deixamos de usá-las. A aquisição do conhecimento técnico ou científico pretende ser neutra, desligada da experiência prévia do sujeito. Em outras palavras, o saber técnico oferece ao praticante um caminho previamente traçado — uma *metodologia* — capaz de guiá-lo na execução de tarefas previstas de antemão. O saber prático, por sua vez, remete a outro campo de ação, distinto da ciência e da técnica: trata-se de um saber hermenêutico, interpretativo, um saber que exige do sujeito uma postura reflexiva. O saber prático se internaliza na experiência oferecida pela prática continuada e, portanto, reconhece suas próprias potencialidades e limitações diante da novidade e do imprevisto.

A distinção entre saber prático e saber técnico não é excludente. É claro que a ação projetual comporta momentos em que a técnica intervém, até mesmo decisivamente. A questão aqui levantada é a insuficiência da técnica diante da dimensão do saber implicada na prática. A sabedoria popular intui esta limitação quando reza que "a teoria, na prática, é outra...". O que o argumento coloca é,

³ SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Trad. de *Educating the reflexive practitioner*, 1998.

⁴ Cf. HABERMAS, Jürgen. *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Tecnos, 1990. p. 248-249.

portanto, não a exclusão, mas a subordinação da técnica à prática. As regras interiorizadas no exercício do saber prático devem ser, assim, interpretadas em cada caso, sendo desenvolvidas e transformadas no próprio fazer, o que não ocorre no saber técnico, onde as regras são apresentadas previamente, como norma a ser seguida e repetida até que uma outra, elaborada em outro momento que não o de sua aplicação, venha substituí-la.

2. REFERÊNCIAS: UM CAMPO HETEROGÊNEO

Em sua tese de doutorado⁵, Fernando Díez demonstrou como a diversificação das formas de produção da arquitetura vem alterando a própria definição do campo de atuação do arquiteto a partir da última década do século vinte. A tese distingue uma *arquitetura de produção*, ligada a um "mercado" que já não se confunde, porém, com a clientela tradicional dos profissionais liberais, de uma *arquitetura de proposição*, aquela dos arquitetos que são apresentados pela *media* e pela maioria dos que praticam a arquitetura como pertencendo a uma vanguarda artística, cujas obras alimentam o imaginário da profissão. As categorias assim descritas são, evidentemente, aproximações; contudo, o que interessa na tese é a constatação de que a prática contemporânea da arquitetura não pode mais ser reconhecida como um campo profissional unitário, capaz de gerar uma produção homogênea de "soluções exemplares" que atenderiam tanto ao fazer cotidiano como a um ideal de qualificação artística da obra. Ser arquiteto, agora, implica inserir-se em âmbitos de uma prática variável. Em cada um desses âmbitos, por sua vez, multiplicam-se condutas e regras de ação cujo domínio somente pode ser obtido pela experiência direta. Como um todo, constituem uma dispersão de saberes mutuamente influenciáveis, mutáveis e com limites indefinidos entre si, diante da qual torna-se impossível pensar em uma formação profissional monolítica, voltada para atribuições inteiramente previsíveis, previamente definidas.⁶ Uma tentativa dessa ordem conduziria a uma fragmentação do ensino em "treinamentos" desconexos e, por extensão, à própria anulação da noção de arquitetura como ofício.⁷

⁵ DÍEZ, Fernando. *Crise de autenticidade: mudanças na produção da arquitetura argentina 1990-2002*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS, 2005.

⁶ Na maioria dos cursos de arquitetura, privilegia-se uma produção do que Díez chama de "arquitetura de proposição", sem dar-se conta de que o que menos se pode esperar de aprendizes de arquiteto seja produzir obras exemplares. Ironicamente, nesses mesmos cursos, manifesta-se com frequência o chamado a uma capacitação do estudante para uma atuação profissional inserida no "mercado", o que demonstra, no mínimo, uma visão embaçada — ou anacrônica — do que seja, de fato, essa prática.

⁷ É sintomático que o uso da palavra *arquitetura* esteja se tornando cada vez mais difuso, apropriada por práticas tão diversas como a informática, a medicina e a administração.

Retornando ao trabalho de Díez, nos deparamos, porém, com uma terceira categoria, a *arquitetura de investigação*, que tem lugar nas escolas e nos centros de pesquisa. Se prolongarmos a argumentação ali desenvolvida, é possível encontrar nessa "terceira via" uma importante abertura para a redefinição do papel da formação profissional do arquiteto e, nela, da docência do projeto arquitetônico, envolvendo simultaneamente prática do ensino e prática da arquitetura. Esta categoria ambígua, por muito tempo pensada como simples subproduto da prática profissional do arquiteto, redefine o papel do projeto didático, atribuindo-lhe um potencial de formação de repertório "autóctone", surgido do próprio contexto pedagógico. Sites na internet e publicações acadêmicas afirmam-se mais e mais como veículo de difusão de uma produção saída das escolas. Juntamente com as realizações do contexto profissional, esta última retroage sobre o universo de referências que se incorporam ao cotidiano do atelier pedagógico. Deste processo surge um repertório híbrido, no qual uma produção "escolar", envolvendo professores e estudantes, poderá encontrar seu lugar junto às obras "de ofício".

Para caracterizar o trabalho docente no *atelier*, realizado a partir de uma atitude investigativa, é preciso buscar um quadro de referência teórico-prático que dê conta dos aspectos operativos do projeto arquitetônico comuns às diversas formas de produção da arquitetura. O projeto, como saber prático, no sentido de Habermas, é interiorizado pelo praticante como uma habilidade que não depende, para ser exercida, de estímulos externos (embora seja a eles sensível), mas sustenta-se em ações prospectivas, construindo estratégias e critérios particulares de aplicação a diferentes contextos exploratórios de uma realidade existente ou antecipada. Secundariamente, mas com não menos importância, a elaboração do projeto e sua finalização como documento acabado assume um interesse adicional: o repertório que vai se formando assume autonomia operativa em relação ao que é produzido fora da escola, isto é, vai constituindo o conjunto de realizações da *arquitetura de investigação*. Essa duplicidade implica considerar, no ensino de projeto (na graduação e na pós-graduação), tanto os procedimentos de produção do objeto quanto a sua concretização. Assim, o projeto didático deve ser simultaneamente abordado como meio e como fim.

A complexidade do ensino de projeto se evidencia no duplo significado assumido pela ação pedagógica: de um lado, tem sentido generalizador, voltando-se para a constituição de uma disciplina de trabalho e de um modo de pensar; de outro, persegue objetivos locais, construindo artefatos — projetos — que se inserem em um contexto produtivo particular. No primeiro caso, trabalham-se as condições de sua fabricação, sua *poética*; no segundo, formaliza-se o projeto como obra documental, procurando traduzir, em sua individualidade, a poética em poesia. Desde o ponto de vista da construção do saber prático, uma não existe sem a outra.⁸ O reconhecimento de que o projeto de arquitetura pode remeter a um

⁸ Quatremère-de-Quincy já insistia, no *Essai sur l'imitation* (Paris, 1823) que tanto a construção de uma poética como a escrita de um trecho de poesia são, ambas, obras de arte.

contexto heterogêneo de procedimentos e teorias nem sempre compatíveis entre si implica aceitar, dentro de uma escola, o conflito de interpretações acerca do que seja ensinar a projetar. Uma confluência somente pode ser tentada se os olhares, mesmo vindo de lugares diferentes, sejam dirigidos para um mesmo ponto de referência, centralizado nos projetos produzidos pelos estudantes e nos projetos apresentados pelos professores como exemplares.

Confrontar criticamente esse *corpus* delimitador de um repertório, discutir sua formação no âmbito de uma teoria do projeto, enunciada pelos professores, de uma forma ou de outra, na própria elaboração dos programas didáticos de suas disciplinas, é parte da tarefa assumida pela docência. Não incluí-la no cotidiano do ensino leva à perda da dimensão reflexiva tão crucial na educação do arquiteto. Instaurar um ambiente de debate isento de contenciosidade tem se mostrado, em um meio acadêmico contemporâneo cada vez mais competitivo, um anseio muitas vezes distante. Nas escolas de arquitetura, o ambiente cooperativo do *atelier* representa, contudo, uma oportunidade de superação de tais dificuldades, se considerarmos o trabalho nele realizado como investigação teórico-prática. O ponto de partida dessa investigação é, muito plausivelmente, a formação do repertório de soluções exemplares, quando objeto de uma *escolha* consciente, cujos critérios possam ser explicitados e postos à prova na produção discente.

A construção de critérios reguladores se internaliza na prática, fazendo com que a discussão sobre a sua maior ou menor propriedade remeta, necessariamente, à discussão sobre a própria prática. Dessa relação dialógica emerge a reflexão teórica sobre o projeto, que poderá, ou não, ser progressivamente explicitada e enunciada no plano da pesquisa formal. Dessa forma, conforme sugere Schön, a reflexão-na-ação seria seguida de uma reflexão-sobre-a-ação, que retroage sobre a primeira. Nessa circularidade evidencia-se outra característica da atividade docente no *atelier* de projetos: a complementaridade entre inscrição gráfica e enunciado discursivo.⁹

O projeto que se pratica no *atelier* não é equivalente ao que se faz fora da escola, embora pretenda-se que o primeiro prepare o segundo. Da mesma forma, contra o universo da produção arquitetônica, em suas diversas possibilidades e manifestações, recorta-se o repertório de realizações capazes de sustentar a atividade didática. Se o repertório de soluções exemplares é fruto de uma sucessão de escolhas que têm lugar no desenrolar da prática educativa, admite-se, implicitamente, que nem todo projeto ou obra de arquitetura possa ser incluído, sem mais nem menos, nesse repertório. Não estamos diante de uma questão de gosto (que segundo alguns não se discute, embora façamos isto, legitimamente, o tempo todo), mas de uma discriminação que, para não abdicar de

⁹ Muito poderia ser dito sobre a especificidade da prática docente do arquiteto frente à prática profissional fora da escola; embora elas se reforcem mutuamente, certamente esta última, por mais competente que seja, não habilita, por si só, ao exercício da docência.

qualquer responsabilidade pedagógica, precisa buscar suas razões, mesmo se desencadeada por uma aproximação afetiva aos objetos. A razoabilidade da escolha é buscada interrogando, por assim dizer, o objeto quanto à sua organização, em estrutura, forma, conteúdo e uso. A possibilidade de se obter respostas que possam traduzir-se em um conjunto de explicações acessíveis à crítica arquitetônica e ao grau de formação dos interlocutores — os alunos — delimita o alcance e a amplitude do repertório. Há arquiteturas que são didáticas, conclui-se, outras, não.

Franco Purini, ao referir-se à noção de *arquitectura didáctica*, dá uma importante definição: "a arquitectura didáctica faz de sua própria poética a descrição exata de seu construir-se".¹⁰ A *poética*, a maneira de fazer, de fabricar o artefato (o projeto-documento, na sua condição de modelo espacial e narrativo), pode deixar-se entrever com certa transparência, deixando em sua configuração as marcas das operações que o constituíram, ou pode permanecer opaca, mostrando-se apenas na superfície da coisa acabada. Essas condições nada dizem da qualidade intrínseca da obra, mas remetem sua apreciação para âmbitos diferentes. O primeiro é coletivo, o segundo, individual.

A arquitectura didáctica, diz Purini, permanece sempre na esfera do estudante, que tem nela primazia.¹¹ Por estudante entende-se aqui aquele que estuda arquitectura, quer na condição de aluno, quer na de professor. Na arquitectura didáctica, portanto, ambos se encontram; nela se situa o campo comum de um saber a ser compartilhado no projeto, e pelo projeto. Nessa reunião, embora cada um desempenhe papéis que lhe são próprios, a aproximação ao trabalho se dá no exercício convergente de uma dupla prática projetual. Para o aluno, ela é exercício, momento único de construção de um saber prático (engana-se quem pensa que o projeto é tão somente aplicação de conhecimento, dirigida por um talento que apenas espera ser despertado). Para o professor, ela é igualmente construção de conhecimento, amplificada pela dimensão didáctica que recompõe o saber prático em um saber teórico indissociável da prática.

A construção de um ambiente reflexivo fundado e interiorizado na prática do *atelier*, na manipulação direta das técnicas de projeto (técnicas de *invenção*, observa Purini), dá forma ao *projeto didático* que catalisa a elaboração do projeto de arquitectura. O carácter arquitetônico desse metaprojeto didático manifesta-se, essencialmente, na seleção e configuração do repertório de soluções exemplares que baliza, no diálogo professor-aluno, a reflexão crítica. Assim, na crítica que o professor dirige ao trabalho do aluno está sempre presente, ainda que implícita,

¹⁰ PURINI, Franco. *La arquitectura didáctica*. Valencia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Murcia, 1984. p. 182.

¹¹ "La arquitectura didáctica plantea el problema de la 'primacía del estudiante'. Esto no es un dato de hecho, sino un principio. En el estudiante, oficio e ingenuidad no se plantean, como ocurre en cambio en los arquitectos 'crecidos', como una experiencia vital, sino como una condición natural del aprendizaje, destinada desafortunadamente a perderse casi siempre en las prácticas profesionales." PURINI, op. cit. p. 180.

mas preferentemente explícita, a crítica projetual, operativa, compositiva, do repertório. A partir desse conjunto de considerações, é possível buscar uma caracterização mais clara do significado assumido pela referência arquitetônica — o "precedente" — na didática do projeto.

3. REPERTÓRIO: UM CATÁLOGO OPERATIVO

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer o próprio significado que a palavra *precedente* assume quando adotada no contexto operatório do projeto. Numa acepção corrente, o precedente constitui o modelo a partir do qual se dá forma, por adaptação, ao projeto. O precedente é visto como aquilo que *gera* o projeto, como um objeto indutor do projeto. Estaria, portanto, na base de um método de trabalho no qual, acredita-se, o novo é sempre consequência direta de uma série mais ou menos controlável de adaptações tipológicas. A invenção arquitetônica estaria, então, subordinada a um processo evolutivo. Esperar-se-ia, em suma, que todo projeto, deva ser justificado por uma *história* que o conecte, na condição de objeto produzido no curso dessa evolução, a uma produção que, do passado, conforma, ou modela, a produção no presente. Essa versão mostra-se, contudo, fonte de equívocos que é preciso desfazer.

A concepção evolutiva mostra-se, de acordo com as circunstâncias em que é enunciada, mais ou menos determinista. Em muitos casos, é adotada implicitamente, sem uma tomada de consciência de suas repercussões no âmbito de uma teoria do projeto. Como sempre, porém, ela é fruto da escolha de um ponto de vista, a partir do qual olha-se para a linha do horizonte em um quadro perspectivo que, longe de ser o único, é apenas uma possibilidade. A partir dele, contudo, não se vê a mesma coisa que se veria em outras construções: a escolha não é soberana, nem autônoma. Para ser consequente com o que se quer, o quadro de referência deve encontrar correspondência em nossas ações, a partir das quais, simultaneamente, propomos também nossas escolhas, em uma mútua constituição. A escolha deve ser posta à prova pela comparação judiciosa com as que com ela concorrem para construir um campo de possibilidades (de co-possíveis, isto é, de possibilidades coordenadas entre si). Poderá mostrar-se, então, mais ou menos pertinente, mais ou menos válida. Nesta descrição epistemológica, o repertório é um conjunto aberto de co-possíveis.

A formação de um repertório de soluções exemplares para a prática e o ensino do projeto arquitetônico cumpre sempre um papel transformador em relação aos exemplos concretos. Uma solução exemplar não é um modelo fechado, mas um conjunto de relações compositivas, esquemas espaciais, estratégias, métodos, técnicas, etc., que pode ser identificado em determinadas obras ou artefatos, mas

capaz de constituir um sistema de referências abrangente e generalizável a outras situações e a outros objetos.

Postas em relação, as referências perdem a arbitrariedade da escolha individual para inserir-se em uma ampla matriz que estabelece conexões entre o que antes estava disperso. Neste caso, o conjunto é sempre maior do que o somatório das partes: o repertório é uma *composição*, com efeito multiplicador. A formação do repertório, em sentido lato, é por si mesma um projeto, ou seja, uma construção do sujeito que descobre e inventa correspondências (analogias, metáforas) entre objetos, inserindo-os em uma totalidade organizada. Em suma, o repertório não é um mero acúmulo de referências: seu caráter essencialmente seletivo exige a adoção de critérios de escolha. Para que se mostrem operativos, isto é, atuem como catalisadores — não como causa — da prática projetual, tais critérios devem, evidentemente, emergir do domínio das operações projetuais. Caso contrário, desfaz-se qualquer pretensão didática que a eles se quisesse atribuir. Na concepção do repertório não nos situamos diante de um quadro de inteira liberdade. Seu enraizamento no contexto da produção arquitetônica do *atelier* recusa, de alguma forma, o uso arbitrário do "precedente", quando se quer encará-lo como uma questão de "gosto", independentemente de sua adequação operativa ao projeto.

Um desvio frequente no entendimento do que seja o precedente arquitetônico é tomá-lo como imposição de uma figuratividade adotada como norma, ou mesmo como fetiche. O repertório de soluções exemplares, no projeto, configura-se internamente como um sistema de transformações, aberto a novas possibilidades. A realização de um projeto não é obrigatória, não eclode inexoravelmente movida por uma necessidade externa. Ao contrário, o projeto nasce de uma vontade deliberada de realização, a qual permanece sempre uma possibilidade. Assim, todo projeto incorpora uma novidade, na medida em que as diferentes situações em que ocorre trazem, forçosamente, uma maior ou menor abertura para mudanças ainda não antecipadas. Essa indeterminação tem consequências epistemológicas que se incorporam à própria concepção que se possa ter do que seja o projeto arquitetônico.

A epistemologia construtivista de Jean Piaget, em particular, insiste seguidamente na resistência que os objetos exercem sobre o impulso de transformação, quando sua presença se impõe na ausência da tomada de consciência dos possíveis. Nessas circunstâncias, as referências podem assumir o caráter de pseudonecessidades, aceitas pelo sujeito não porque ele encontre razões para a sua adoção como necessárias, mas simplesmente porque ele não discerne alternativas válidas.

Embora, em um primeiro momento, a fixação de pseudonecessidades figurativas possa ser considerada inerente a toda abordagem de novos problemas, especialmente no aprendiz, a incapacidade de superá-las acarreta uma apreensão

limitada das possibilidades de sua resolução e conduz a falsas generalizações. Desde o ponto de vista didático, isso significa que tais formalizações permanecem presas a um problema específico, mostrando-se inadequadas ou inoperantes na sua transposição para outros projetos, em outro momento e lugar. A compreensão do aluno acerca do próprio resultado de suas ações fica, então, truncada, e a experiência será levada para outra situação de forma incompleta, distorcida ou, muitas vezes, errônea.¹² A superação da pseudonecessidade, por sua vez, não se dá pela ativação de capacidades inatas, mas requer uma construção laboriosa, progressivamente refinada pela prática.

Nos momentos iniciais da formação de um repertório, quer no sentido do aprendizado pessoal, quer no do domínio progressivo que se passa a ter das referências que nos remetem a um determinado projeto, os possíveis se formam passo a passo, "por sucessões analógicas fundadas nas qualidades dos predecessores"¹³: chega-se a uma possibilidade, daí a outra, e assim por diante. Não há, na analogia, o domínio de um universo de variações no qual é possível a escolha de uma delas por comparação simultânea com outras igualmente plausíveis, embora diferentes. A analogia procede de A a B, então de B a C, de C a D, etc., sem deixar lacunas entre os termos. É importante como "estopim" que desencadeia o movimento em direção aos possíveis, mas permanece presa a uma linearidade ou sequência que se desenrola sem finalidade¹⁴. Em termos arquitetônicos, falta a antecipação reguladora do partido; o processo avança cegamente, sem discernir o horizonte da chegada.

Em um segundo patamar de organização do repertório, obtido a partir da exercitação contínua da analogia, a ampliação do conjunto de soluções exemplares e a compreensão mais extensa de suas qualidades permite estabelecer entre elas múltiplas relações, liberando-se da ordem linear para compor uma matriz, um sistema de encaixes das partes em um todo. Em tal matriz, a possibilidade do projeto não deriva, por analogia simples, apenas de algo que o precede, mas abre-se em um leque de possibilidades concorrentes — os co-possíveis — mutuamente relacionadas por correspondências cruzadas. Piaget e García enfatizam que "se assiste a uma modificação notável, que consiste em que a partir de então o sujeito antecipa muitos 'possíveis' de uma vez, que se tornam co-possíveis pelo fato de sustentar entre si relações explícitas".¹⁵ Este passo caracteriza amplamente o dilema do lançamento do partido arquitetônico: a decisão sobre que alternativa de configuração tomar como base para o

¹² Os professores de projeto arquitetônico queixam-se com frequência da "amnésia" dos alunos que, a cada novo projeto, "esquecem" o que antes fizeram com aparente sucesso. Sem uma generalização construtiva da experiência, que fica restrita ao que foi realizado, a cada nova situação é preciso começar de novo.

¹³ Piaget, Jean e García, Rolando. *Psicogénesis y historia de la ciencia*. México: Siglo Veintiuno, 1982. p. 83.

¹⁴ Cf. Piaget et al., *Le possible et le nécessaire*. Paris: PUF, 1981.

¹⁵ [...se assiste a una modificación notable que consiste en que a partir de entonces el sujeto anticipa muchos «posibles» a la vez, que se tornan coposibles por el hecho de sostener entre sí relaciones explícitas.] Piaget e García, op. cit.

desenvolvimento do projeto. A partir da formação de um repertório de exemplos concretos (imagens, projetos, edifícios, etc.), na configuração de soluções exemplares o *possível* torna-se uma possibilidade "qualquer" entre outras tantas, que ocorre em um universo indefinido de alternativas.

Em um terceiro patamar de complexidade situa-se, então, a passagem do repertório composto por exemplos concretos, imediatos, para a constituição de um repertório abstrato de *tipos*. Nesse caso, não se faz mais referência a projetos, ou edificações, mas a sistemas de relações arquitetônicas (espaciais, programáticas) capazes de servir de suporte a muitas possibilidades alternativas de concretização.

O ensino do projeto arquitetônico, ao fundamentar-se na própria prática projetual, parte de um conjunto de referências simultaneamente operativas e figurativas que se constituem na confluência do conhecimento prévio do aluno com o aporte do professor. Sua meta, porém, é a produção de projetos que, diante dos precedentes, surge sempre como algo novo. Desde o ponto de vista pedagógico, para que faça sentido, o novo precisa ser integrado ao patamar anterior de organização do repertório, reconfigurando-o. Recompõe-se, então, em mais uma passagem do concreto ao abstrato, as relações de forma e conteúdo que caracterizam os tipos em transformação.

4. CONCLUSÃO

O projeto anuncia o advento de algo novo, de um objeto que não existia e que, uma vez concebido, constrói novas possibilidades de ação sobre a realidade, alterando as condições originais que o motivaram. O projeto demarca, portanto, uma vontade de reconstrução do real. O vínculo com as marcas materiais do mundo dos objetos, necessário para dar ao projeto plausibilidade e garantir sua construtibilidade, pareceria situar a atividade projetual no plano da reorganização dos quadros perceptivos, não fosse o problema da interpretação dos dados observáveis. Para que reconheçamos neles qualidades, é preciso inseri-los em um universo de possibilidades emergentes, entre o real a ficção. Aquilo que se percebe, por si só, não tem sentido; cabe a nós atribuímos significados aos objetos percebidos. Se eles não existem em outros contextos, dos quais poderiam ser transpostos a novo objeto, teremos, então, que inventá-los. Nesse sentido, entende-se porque Franco Purini se refere ao projeto como o domínio das *técnicas de invenção*. No repertório, estas técnicas adquirem uma certa sistematização, uma estabilidade explicativa que se manifesta concretamente naquilo que chamamos de soluções exemplares, ou paradigmáticas.

O projeto reconstrói o real configurando novas arquiteturas. O quadro epistemológico em que se insere o ensino de projeto é complexo, e a ele pareceria ter sido dirigida a observação de Piaget e García (loc. cit.) acerca da constituição da ciência, na qual é preciso "ultrapassar o real e imaginar outros possíveis e, por conseguinte, inventar problemas ali onde pareceria que não há nenhum". Se o projeto pode ser visto, em sua superfície, como a resolução de um problema de arquitetura, é igualmente verdade que o que comumente chamamos de "solução arquitetônica" se refere a uma pergunta que não antecede o projeto, mas está nele contida. O projeto inventa a solução e o problema. Tinha razão Le Corbusier quando dizia que o trabalho do arquiteto começa pela "questão bem colocada" (*la question bien posée*). Antes disso, não se pode falar propriamente de projeto, mas tão somente de tentativas ao acaso, mais ou menos bem-sucedidas, mas sem direção, sem objetivo. Uma possibilidade voltada para um objetivo torna-se um "possível instrumental" (ibidem, p. 59). O bom andamento do projeto passa a depender, então, da adequação de tais instrumentos à consecução do objetivo: produzir novas arquiteturas em um certo contexto, espacial, programático e simbólico. O arquiteto deve mostrar-se capaz de anunciar e perseguir seus projetos sem descartá-los diante de qualquer dificuldade inicial.

Mais uma vez a argumentação retorna à questão da formação do repertório, reforçando a centralidade de sua presença na prática do projeto. De fato, o repertório associa experiências individuais e coletivas, para ele confluindo, progressivamente, o conjunto de possibilidades que, na sua contingência, podem oferecer a quem projeta, se não garantias, ao menos boas expectativas de êxito. A qualidade essencialmente figural das soluções exemplares incorporadas ao repertório institui o *corpus* de um conhecimento arquitetônico fundado na figuratividade da composição arquitetônica. Os elementos do repertório, na sua inter-relação em um sistema de significações de ordem espacial, enunciam na sua exemplaridade, quando fruto de escolhas conscientes, princípios, critérios e estratégias de composição. A enunciação de suas qualidades comuns, ou de suas oposições, sustenta igualmente enunciados discursivos, situados na base de uma teoria do projeto. Tais enunciados permanecem ligados à dimensão figurativa do projeto, na medida em que o repertório, na sua configuração mais acabada, associa figuralidade gráfica e figuralidade narrativa.

REFERÊNCIAS

CASTRO OLIVEIRA, Rogério de. **A formação de repertório para o projeto arquitetônico: algumas implicações didáticas.** In: COMAS, C. E. Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação. São Paulo: Projeto, 1986. p. 69-84.

DÍEZ, Fernando. *Crisis de autenticidad*. Cambios en los modos de producción de la arquitectura argentina. Buenos Aires: Summa+, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Tecnos, 1990.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 2009.

LADRIÈRE, Jean. *A articulação do sentido*. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1977. Traduzido de: *L'articulation du sens*, 1970.

PIAGET et al., *Le possible et le nécessaire*. Paris: PUF, 1981.

PIAGET, Jean; GARCÍA, Rolando. *Psicogénesis y historia de la ciencia*. México: Siglo Veintiuno, 1982.

PURINI, Franco. *La arquitectura didáctica*. Valencia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos de Murcia, 1984.

ROWE, Colin; KOETER, Fred. *Collage city*. Cambridge, Mass.: MIT, s.d.

SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo : um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Traduzido de: *Educating the reflexive practitioner*, 1998.

Artigo Recebido em: 15/08/2015

Aceito para publicação em: 28/10/2015

Por Unidades Habitacionais ou pela Moradia Urbana?

Avaliação de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro

Maria Paula Gonçalves Lisandro de Albernaz*
Luciana da Silva Andrade**

Resumo:

Este artigo apresenta uma análise sobre um complexo de condomínios situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, implantado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, voltado à faixa de renda mais baixa da população. O foco são os espaços criados pelo projeto arquitetônico-urbanístico confrontados com perfil e necessidades dos residentes. A pesquisa tem como premissa perceber o espaço habitacional da população pobre como um espaço com potencialidades e dificuldades, avaliando que independente das questões de localização há inaceitáveis problemas associados às opções projetuais, incluindo escolha de modelo e tipologia que constroem uma cidade mais segregada e fragmentada. Impõe-se um debate sobre qualidades físico-espaciais na habitação de interesse social e a importância da moradia que proporcione abertura para inclusão social e urbana. A expectativa é fornecer subsídios para políticas de reabilitação dos empreendimentos já executados, e aumentar as chances para produção mais consequente da moradia popular.

Palavras-chave: habitação; direito à cidade; Programa Minha, Casa Minha Vida; cidade do Rio de Janeiro.

* Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, leciona em disciplina de ateliê integrado em Projeto Urbano; desenvolve pesquisa sobre morfologia urbana no Rio de Janeiro financiada pela FAPERJ e projeto de extensão voltado à regularização de favela carioca financiado pelo MEC (PROEXT 2015). Contato: mpaula.albernaz@gmail.com

** Professora associada da FAU-UFRJ e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Urbanismo PROURB, da mesma unidade, coordenou pesquisa-extensão intitulada "Para além da unidade Habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da [minha] casa e da [minha] vida", desenvolvida em rede nacional coordenada pelo Observatório das Metrópoles/IPPUR, financiado pelo Ministério das Cidades e CNPq, sendo autora do livro "Reverso de um Espetáculo Urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular", além de vários artigos publicados no Brasil e no exterior sobre a mesma temática.

Abstract: For Housing Units or Urban Housing? Assessment of Minha Casa Minha Vida programme developments in Rio de Janeiro.

This article presents an analysis of the condominium complex situated in the West zone of the city of Rio de Janeiro, established in the realm of the Minha Casa, Minha Vida programme, aimed at the low-income population. The focus is the spaces created by the architectural and urban project confronted by the profile and needs of the inhabitants. The premise of the research is the perception of the housing for the poor as a space with potentialities and difficulties. Regardless of the serious location problems, there are unacceptable difficulties related to project options, including a housing typology that aggravate the segregated and fragmented city, generating a debate on the physical and spatial qualities of housing for the underprivileged population. The expectation is to offer arguments to propose policies for rehabilitation of the developments already executed and increase the chances for the production of a more reasonable popular housing.

Key words: housing; rights to the city; Minha Casa, Minha Vida programme; city of Rio de Janeiro.

Resumen:

En este artículo se presenta un análisis del complejo de condominios en Zona Oeste de la ciudad de Rio de Janeiro, dentro del programa Minha Casa, Minha Vida, dirigido a un menor nivel de ingreso de la población. El foco son los espacios creados por el diseño arquitectónico y urbano enfrentado con el perfil y necesidades de los residentes. La investigación tiene como premisa la percepción de la vivienda para los pobres como un espacio con potencialidad y dificultad. Independientemente de los graves problemas de la ubicación, hay una carga excesiva relacionada con opciones proyectivas, imponiendo una discusión sobre las cualidades físicas y espaciales de la vivienda para la población más desfavorecida, que constituye una abertura en la inclusión social. Se espera que el trabajo proporcione una base para políticas para la rehabilitación de los proyectos ya ejecutados, y aumente las posibilidades de la consiguiente producción de la vivienda asequible.

Palabras-Clave: vivienda; derecho a la ciudad; Minha Casa, Minha Vida; ciudad de Río de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

Um mar de edificações erguidas nesses últimos anos ocupa vastas áreas, na grande maioria são empreendimentos construídos no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, para faixas de renda mais baixa da população. De acordo com levantamento realizado pelo Observatório das Metrôpoles, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)¹, mais da metade das cerca de 66 mil unidades habitacionais contratadas junto à Caixa Econômica Federal, pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro², estão localizadas na Zona Oeste, sendo 53% destinadas à faixa de renda mais baixa - de zero a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Nesse universo de unidades na faixa de renda mais baixa, 95% situam-se nessa porção urbana.

Enquadrada como Área de Planejamento 5 pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a Zona Oeste é a parte da cidade com o menor índice de desenvolvimento social, caracterizada pela inadequada instalação de infraestrutura e serviços urbanos. No Plano Diretor Municipal vigente³, é identificada como a macrozona na qual deve ocorrer assistência ao crescimento populacional com investimentos públicos em infraestrutura.

Em termos morfológicos, a variação entre o parque edificado é pequena. Configuram-se como conjuntos de blocos compactos de quatro a cinco andares, isolados nos amplos terrenos que raramente comportam qualquer tipo de composição paisagística. A diversidade restringe-se às cores nas fachadas dos edifícios e à posição da ordem de alguns poucos. De certo modo, os novos prédios repetem, depois de mais de quarenta anos, a lógica de produção muito criticada do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH⁴: conjuntos de grande escala, espaços indiferenciados e monótonos, carentes de vida e animação. Mesmo com limitação do número de unidades nos recentes empreendimentos pela legislação municipal⁵, verifica-se um verdadeiro mosaico de condomínios em áreas contíguas, contribuindo para constituir um tecido urbano até mais fragmentado do que os antigos conjuntos habitacionais do BNH.

Justamente pela localização tão desfavorável de tantos empreendimentos do Programa, surpreende o descuido dos órgãos governamentais envolvidos com o seu projeto arquitetônico-urbanístico. Nos meios políticos considera-se a nova produção um ganho por oferecer moradias em situação regular aos segmentos

¹ Apresentado em Colóquio do grupo de estudos Cidade, Habitação e Educação – CiHabE/ PROURB/ FAU/ UFRJ, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ em 17/03/2014.

² <http://rio.gov.br/web/smh/minha-casa-minha-vida> acesso em 29/03/2014.

³ Lei Complementar municipal nº 111 de 01/02/2011.

⁴ Extinto em 1986.

⁵ Lei municipal nº.97 de 10/07/2009.

mais desfavorecidos, havendo total descaso pela opção por modelos e tipologias inadequados às exigências socioespaciais dos moradores. Esses problemas estão diretamente afetos a nós, arquitetos-urbanistas, cabendo a nós denunciar. Revertê-los depende certamente de maior conhecimento do contexto social e espacial, mais habilidade profissional, e provavelmente, representa custos semelhantes nos gastos totais na produção.

Eventualmente, com o passar dos anos, alguns dos equívocos relativos ao projeto vão sendo resolvidos, com a conta paga pela população supostamente atendida nos seus direitos à habitação. Mas nem todos os problemas são possíveis de serem solucionados e crescem no lado da balança dos prejuízos gerados pela inabilidade da política habitacional nacional e municipal. É necessário também ressaltar que o modelo usualmente adotado nesses empreendimentos acaba transformando o espaço público em espaço residual, com perda para toda cidade.

Há precedentes internacionais e nacionais de complexos habitacionais de baixa renda, que apresentam qualidade projetual. No Brasil, eles foram realizados tanto antes quanto depois do BNH, merecendo citar a produção autogestionária da habitação em São Paulo, iniciada na administração da prefeita Luiza Erundina (1989-1993), quando se investiu, também, na qualidade arquitetônica dos conjuntos, embora não generalizada para toda produção - e ressaltando-se a lógica excludente, presente em parte da produção mais recente. Cabe também atentar para o trabalho feito pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUSP que comprova ser possível erguer habitação para segmento econômico com mais qualidade espacial a um custo semelhante (Ferreira, 2012).

A proposta deste artigo é traçar considerações preliminares sobre um complexo de condomínios, baseadas em levantamentos físicos feitos em campo e depoimentos de residentes, com foco nos problemas relativos ao projeto arquitetônico-urbanístico e nas alternativas encontradas pelos moradores para confrontá-los. A premissa básica para a pesquisa foi perceber o espaço habitacional da população pobre como um espaço de vida, com potencialidades e dificuldades, e não apenas como espaço de carências. A crítica ao projeto construído se deu a partir do confronto da qualidade dos espaços físicos existentes com as condições minimamente adequadas para efetivar a vida cotidiana dos moradores, observando-se três escalas: a do bairro (relacionada ao contexto urbano de alcance local), a do conjunto (relacionada ao terreno das edificações e entorno imediato) e a da moradia (relativa ao espaço privado). A partir daí apontam-se questões afetas ao projeto, alertando para o fato do equacionamento do acesso à moradia no contexto urbano exigir uma reflexão que supere a preocupação com o quantitativo de moradias (Andrade, 2012).

A intenção é contribuir na reflexão acerca de uma distinta produção da moradia popular, mais coerente, que amenize inevitáveis perdas decorrentes da localização. Neste sentido, se inclui entre estudos com abordagens distintas que

analisam intervenções promovidas pela população nas moradias e espaços públicos de conjuntos habitacionais (Santos, 1981; Ornstein, 1992; Medvedovski, 1994; Souza, 1994; Andrade & Leitão, 2006).

2. O COMPLEXO RESIDENCIAL

Os empreendimentos analisados constituem um conjunto de seis condomínios, erguidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, situados em área muito distanciada do Centro, no bairro e Região Administrativa de Santa Cruz, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Pela contiguidade configuram um único complexo residencial, como mostra a Figura 1, totalizando 2.712 unidades habitacionais que se distribuem quase que uniformemente nos distintos condomínios. Como mais três outros empreendimentos com porte semelhante, contíguos aos demais, estão sendo concluídos; em breve a área concentrará cerca de 4.000 unidades habitacionais, com uma população de quase 15.000 moradores.

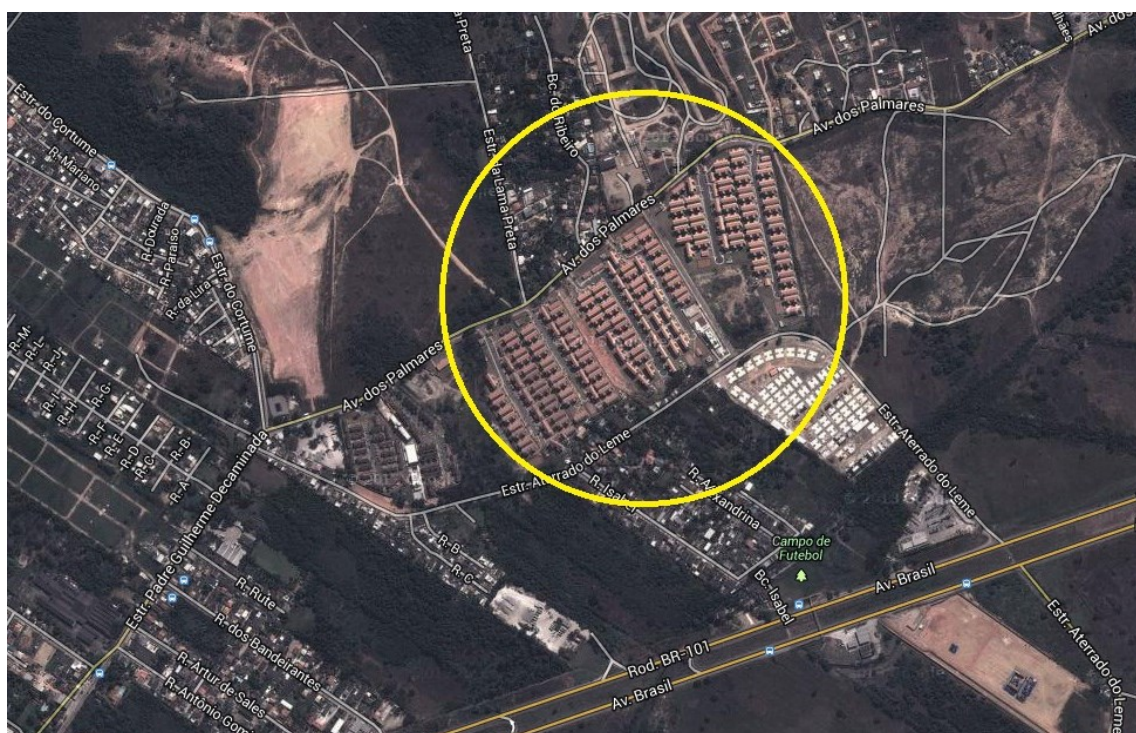


Figura 1 - Complexo de condomínios residenciais analisados. Fonte: Google Maps, 2013.

Em termos mercadológico, arquitetônico e administrativo, os condomínios não se diferenciam. Trata-se de habitações destinadas a famílias com renda de zero a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Cada um dos condomínios é cercado, apresenta acesso único controlado por guarita e portaria, uma edificação

projetada como depósito de lixo, mas utilizada como sala de administração, de 26 a 30 blocos de edifícios residenciais de quatro pavimentos, soltos no terreno, duas edificações térreas com moradias para pessoas com necessidades especiais, uma quadra de futebol e um telheiro aberto utilizado como salão de festas, além de vagas externas para veículos ao longo do caminho interno principal. A estrutura administrativa em todos é condominial regida por um estatuto formulado pela Caixa Econômica Federal e exigência de pagamento de taxa mensal condominial.

Em todos os empreendimentos verifica-se uma variedade na proveniência geográfica de seus moradores, havendo uma distinção significativa apenas referente ao processo de ocupação. Três deles originalmente foram entregues a famílias sorteadas do cadastro social da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e três destinaram-se a famílias removidas de favelas do Município. No primeiro caso se enquadra um dos condomínios cujos moradores pagam uma parcela mínima da prestação da unidade habitacional equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais), além da taxa condominial. No segundo caso se encontra outro condomínio cujos moradores - em grande parte removidos pela precariedade das suas casas ou por estarem em áreas onde obras foram realizadas - tiveram, com a mudança de endereço, as suas condições de moradia muito modificadas. Essas populações, depois de manifestações de resistência à cobrança das prestações, tiveram suas residências subsidiadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, não tendo obrigatoriedade de pagamento de parcelas a título de aquisição da casa própria, permanecendo, entretanto, a despesa mensal com a taxa condominial.

A diferença no processo de ocupação dos condomínios repercute no aspecto físico geral dos conjuntos e na apropriação dos espaços coletivos ou privados. O compromisso com a aquisição da casa própria parece criar um vínculo maior com a nova habitação, além de gerar uma, aparente, maior coesão entre os residentes e uma tendência a seguir com mais rigor as regras ditadas pela Caixa Econômica Federal. Certamente, por esse motivo, nos condomínios da população sorteadas, o cuidado com a manutenção e conservação dos espaços é mais evidenciado. No caso dos condomínios ocupados pela população removida, há uma insatisfação maior não só com a localização, mas também com a imposição de regras. Observamos também, mais resistência em arcar com novas despesas, como a taxa condominial. Em decorrência, situações conflituosas são maiores e a vida em condomínio mais dificultada. Suspeitamos, ainda, que há uma transferência informal de titularidade mais alta da moradia no caso dos condomínios de famílias reassentadas. De acordo com um dos síndicos desse bloco de condomínios⁶, apenas metade dos residentes são os que originalmente foram reassentados, a

⁶ Em depoimento no Colóquio organizado pelo grupo de pesquisas Cidade, Habitação e Educação – CiHabE/ PROURB/ FAU/ UFRJ, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ em 17/03/2014.

outra metade alterou-se. Dentre os que “passaram a sua casa”⁷, muitos viviam da coleta de material reciclável, atividade impossível de ser realizada na localidade da nova residência.

Essas diferenças, no entanto, não são empecilho para que haja um grau satisfatório de entrosamento entre todos os condomínios, tendo sido criada uma associação de síndicos para fortalecer as lutas comuns reivindicatórias. Do mesmo modo se equalizam em todos os condomínios, além da insatisfação com os problemas relativos aos equipamentos urbanos e infraestrutura de transportes e lazer, a mesma problemática relacionada ao projeto arquitetônico-urbanístico dos empreendimentos, e à má qualidade construtiva.

3. ANÁLISE NA ESCALA DO BAIRRO

A imagem que traduz o complexo de condomínios analisados na escala do bairro é a do isolamento, ainda que a localidade onde tenham sido implantados tivesse alguma ocupação anterior. Encontram-se afastados em relação às áreas de comércio e serviços, postos de trabalho, rotas de transporte, equipamentos de cultura e entretenimento, saúde e educação, locais de informação e núcleos de poder. Para o Centro da cidade leva-se mais de quatro horas em transporte público; para o centro de Santa Cruz - centralidade mais próxima, a 8 km de distância - cerca de 40 minutos de ônibus. Para abastecimento o equipamento mais próximo é o Supermercado Extra, distante dois quilômetros, exigindo meia hora de caminhada.

A não ser por uma creche contígua ao complexo, com número insuficiente de vagas para as crianças dos condomínios, os equipamentos de alcance local se encontram a distâncias superiores às recomendáveis. A outra creche nas redondezas encontra-se a 9km de distância. A escola municipal de ensino fundamental situada mais próxima, distante em média 800m, tem capacidade para 150 crianças, sendo alvo de disputa por um número maior de crianças e adolescentes do que comporta. A outra opção mais próxima é uma escola municipal a 7,8 km de distância.

Não há qualquer escola de nível médio nas cercanias. Adolescentes que optam por não interromper os estudos necessitam de caminhar - muitas vezes por trajetos inseguros - até distantes pontos dos ônibus, além de esperar por tempo prolongado pelo transporte. Em termos de atendimento de saúde, há um posto a 1,20 km de distância ou 15 minutos de caminhada, e o hospital mais próximo está a 6,5 km de

⁷ Os moradores recebem a documentação definitiva de propriedade do imóvel em 10 anos, prazo dado pela Caixa Econômica Federal para sua venda, obrigando à produção de um “documento de gaveta” em caso do morador antecipadamente “passar a casa”.

distância. A delegacia mais próxima também se encontra a 6,5 km de distância. Nestes dois últimos casos, é necessário atravessar a Avenida Brasil, que a despeito das passarelas existentes, torna-se penoso nos trajetos a pé e de bicicleta.

A par de todas as dificuldades mencionadas à escala do bairro, para os moradores o problema mais grave refere-se à esparsa ocupação da região, como mostra a Figura 2. Nas palavras do síndico de um dos condomínios: “... é uma área rural – como sobreviver?”⁸ Esta questão é essencial para a maior parte dos residentes, sobretudo, dos condomínios ocupados pela população removida.



Figura 2 - Ocupação nas cercanias dos condomínios.

Fonte: Acervo CiHabE/ PROURB/ FAU/ UFRJ, 2013. Foto: Rogério Cruz

Há ainda que se observar a dificuldade de ligação dos condomínios às redes de serviços básicos, além da falta de qualidade dos espaços livres públicos - ruas, praças e outros - no seu entorno imediato. Como a região onde se encontram é muito desocupada, ressen-te-se especialmente da ausência da rede de esgotamento sanitário, substituída por estações de tratamento de esgoto compactas ainda não operando, implantadas em cada condomínio, e da falta d'água. Os moradores sentem falta de uma praça com equipamentos como é desejável existir em qualquer área urbana.

Ao analisar os problemas na escala do bairro, verifica-se que a questão da localização é crucial. No entanto, ao identificar as respostas dadas pelos moradores, percebemos o quanto há para se refletir acerca do projeto arquitetônico-urbanístico envolvido. Se um dos principais enfrentamentos nessa escala de análise diz respeito à formação de redes de sociabilidade, incluindo a

⁸ Em depoimento em Colóquio do grupo de estudos Cidade, Habitação e Educação – CiHabE/ PROURB/ FAU/ UFRJ, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ em 17/03/2014.

organização de movimentos para pressionar autoridades responsáveis por melhorias urbanas – sendo a associação de síndicos exemplar neste sentido -, as modificações espaciais informais, internas e externas aos empreendimentos mostram-se também fundamentais.

Opções de renda e trabalho são buscadas por meio da instalação de pequenos comércios ou algum tipo de serviço a ser prestado aos moradores, na própria residência. Essa é uma das transgressões às regras da Caixa Econômica Federal, aceita sem restrições pelos síndicos, principalmente nos condomínios dos removidos. Estabelecimentos comerciais em pequenas lojas em edificações térreas contínuas e em tendas temporárias surgiram ao longo dos lotes e no lado oposto da via onde se encontram implantados, além de barracas para vendas de gêneros alimentícios e serviços nas amplas calçadas ou nos recuos adjacentes.

A importância de constituir espaços polifuncionais já foi constatada em ocasiões anteriores, quando da implantação de conjuntos de moradia popular em programas distintos. No caso dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro, é inaceitável que esta dimensão não tenha sido trabalhada adequadamente pelo poder público federal e municipal.

4. ANÁLISE NA ESCALA DO CONJUNTO

Como na maioria dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, no projeto do complexo de condomínios analisados optou-se por um modelo de habitação que se remete a princípios amplamente criticados: a separação das funções, resultando no monofuncionalismo; a negação da rua como espaço de interação; edificações verticais soltas em áreas livres do terreno sem destinação específica; amplos espaços livres verdes não sustentáveis; a produção massificada. Agrava-se o fato de acrescentar a essa seleção, a escolha da tipologia de condomínio fechado, na qual prevalecem uma desintegração ao tecido adjacente e uma rejeição do espaço público, produzindo no geral uma inadmissível baixa qualidade espacial.

A adaptação de espaços internos e externos à função comercial foi uma das alternativas encontradas, como já citado, para enfrentar a exigência pela Caixa Econômica Federal, segundo moradores, do monofuncionalismo residencial. A legislação municipal para habitação de interesse social obriga “para grupamentos com mais de 300 unidades” localizados em área distanciada de subcentros comerciais de serem “dotados de lojas, desde que não haja comércio a distância menor de 500m do grupamento”⁹. Há de considerar que pelas dimensões mínimas

⁹ Decreto municipal nº 31.084 de 10/09/2009.

exigidas para as lojas, de 250m², e pela ausência de subvenção ou uma linha de crédito para imóveis comerciais, essas condições dificilmente correspondem ao perfil e possibilidades dos seus moradores.

Apesar da abundância de espaços livres, suas condições físicas são insuficientes para atender satisfatoriamente as necessidades do convívio das diferentes faixas etárias. Os espaços verdes, vistos na Figura 3, configurados a partir de gramados, não se sustentam. Durante o período seco, transformam-se em poeira fina; durante o período de chuvas, tornam-se um lamaçal. Em contraposição, faltam áreas arborizadas, que seriam extremamente bem-vindas, cuja ausência é compensada pela apropriação para lazer dos interstícios sombreados entre as edificações por parte das crianças, na tentativa de utilização dos espaços livres existentes.



Figura 3 - Espaços livres sem destinação.

Fonte: Acervo CiHabE/ PROURB/ FAU/ UFRJ, 2013. Foto: Rogério Cruz

A quadra esportiva é o ponto alto dos empreendimentos, pois corresponde efetivamente às demandas dos moradores. É local dos jogos de futebol durante o dia, e palco de eventos em datas especiais. No entanto, uma única quadra mostra-se insuficiente. O “salão de festas” – um telheiro aberto nos fundos do condomínio – é também um espaço disputado, inclusive para apropriação privada em eventos particulares ou realização de diferentes cultos religiosos. Por esse motivo, o seu fechamento faz parte das intenções de todos os gestores, evitando a presença dos “não convidados”.

Há total falta de diálogo entre a estrutura morfológica dos condomínios e das edificações no seu entorno, que se estende à relação dos complexos residenciais e

dos espaços públicos que os margeiam. A presença de um único acesso em cada um dos condomínios reduz os pontos de agregação de pessoas nos logradouros públicos, enfraquecendo a conformação de um espaço de interação social em toda a extensão da rua, e agravando as condições de segurança em região de esparsa ocupação. Nas residências mais próximas à via de acesso – as casas térreas destinadas às pessoas com dificuldades na mobilidade –, os fundos das edificações são voltados para a rua, obrigando-as a colocarem bancos e cadeiras nos ambientes de serviço, junto às roupas nos varais, para apreciar o pouco movimento.

Sem uma clara definição da fachada principal e posterior nas demais edificações, e ausência de espaço livre privado, a apropriação do espaço comum torna-se um campo propício para situações de conflitos, “todos acham que a área na frente da casa é dele”¹⁰. Na área livre externa há um número de vagas para veículos, equivalente a $\frac{1}{4}$ das unidades habitacionais, subutilizadas em grande parte¹¹. Entretanto, não há lugar para colocação de bicicletas, um meio de locomoção bem mais popular entre os residentes.

5. ANÁLISE NA ESCALA DA UNIDADE HABITACIONAL

Nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida um dos aspectos mais problemáticos na escala da unidade habitacional, é a escolha de uma tecnologia inflexível: a alvenaria estrutural, agravada nos condomínios na Estrada dos Palmares pela falta de diversidade tipológica: todas as unidades são de dois quartos. Essas condições pioram ao se considerar as reduzidas dimensões dos compartimentos nas moradias. As consequências vão da impossibilidade de qualquer adequação nos arranjos dos ambientes a demandas distintas, à redução na ventilação/iluminação dos ambientes em decorrência de inevitáveis embarreiramentos de vãos por móveis ou equipamentos.

As unidades nos edifícios de quatro andares têm apenas 37m² de área construída. Apartamentos de dois quartos construídos também no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Santa Cruz, para outras faixas de renda, têm 45m². Nos compartimentos que possuem os seguintes dimensionamentos: sala, 12,66m²; um quarto, 8,14m²; um quarto, 7,63m²; cozinha e área de serviço, 6,03m²; banheiro, 2,54m², é difícil dispor sofá, TV e mesa de jantar com cadeiras na sala; circular entre camas e armários, nos quartos; ter uma mesa, na cozinha, considerando o mobiliário proveniente de lojas populares.

¹⁰ Depoimentos no Colóquio do grupo de estudos Cidade, Habitação e Educação – CiHabE/ PROURB/FAU/ UFRJ, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ em 17/03/2014.

¹¹ As vagas para veículos são dispensadas nos empreendimentos para faixa mais baixa de renda (Lei Complementar municipal n° 97, de 10/07/2009).

A inadequação dos espaços privados leva ao uso de espaço aéreo, elementos externos à unidade, ou de espaços comuns, com repercussões nas já citadas situações conflituosas. É comum utilizar cercados dos condomínios como varal, colocar roupas em secadores pendurados nas janelas – ambos proibidos pelo regulamento da Caixa - ou em varais nas áreas sob as escadas ou em frente às unidades. Para guardar pertences a preferência são as áreas em frente às residências pelo risco do “sumiço”.

Pressupor um padrão familiar semelhante nas soluções, em número de integrantes ou composição familiar, é inaceitável. Há também que considerar a diversidade das atividades cotidianas dos moradores e a possibilidade da moradia se constituir espaço não apenas para uso meramente doméstico, e ainda a imprevisibilidade das variações na estrutura e composição familiar ao longo do tempo.

Para além da situação perversa, decorrente de uma localização totalmente inadequada do complexo de condomínios analisados, os problemas relativos ao desenho dos empreendimentos ficam evidentes na pesquisa feita, especialmente quando observadas as modificações feitas por seus moradores que tentam reverter lógicas urbanísticas e arquitetônicas previstas. Destaca-se o enorme esforço dos residentes para ajustar o espaço habitacional ofertado às suas necessidades do dia-a-dia. Neste sentido, a dinâmica e a capacidade de transformação para se adequar à realidade cotidiana dos moradores se mostra como um ensinamento da “arquitetura informal”, mais coerente com a vida, já verificadas em outras iniciativas (Jacques, 2001). Esta constatação aponta para um imprescindível retorno à tentativa de desenvolver metodologias de projeto participativo na produção de habitação popular, vindo de encontro à prática recorrente de uma arquitetura e urbanismo, voltados à moradia da população de baixa renda, enquanto apenas um produto do mercado. Para tal, é fundamental investir não apenas no aspecto quantitativo, mas refletir igualmente sobre o projeto arquitetônico-urbanístico, avançando na realização de técnicas e processos projetuais que absorvam ensinamentos advindos da cultura da informalidade.

Há ainda a acrescentar a importância de realizar uma produção massiva com qualidade arquitetônica e urbanística, a partir das condições mais propícias com o fortalecimento da economia brasileira nas últimas décadas e atuais subsídios para a habitação. Produzir a construção habitacional dessa forma corresponde a buscar um caráter igualitário à cidade, aliando melhorias nas moradias à formação de uma cultura cidadã. Em resumo, há que se pensar em uma arquitetura que utiliza ferramentas mais rudimentares para abrir uma nova linha estética, e afirmar que as urgências sociais necessitam de um aparato de investigação a seu serviço.

REFERÊNCIAS

Andrade, L. da S. (2008). **Uma cidade vista através da outra: espaços públicos em conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro e em Siedlungen de Berlim.** In: Vaz, L. F.; Andrade, L. da S. & Guerra, M. W. (org.). Os espaços públicos nas políticas urbanas: estudos sobre Rio de Janeiro e Berlim. Rio de Janeiro: 7Letras. pp. 67-81.

Andrade, L. da S. (coord.) (2012) **Para além da Unidade Habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da [minha] casa e da [minha] vida.** Projeto de pesquisa apresentado ao Midades e CNPq, PROURB/ FAU/ UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Andrade, L. da S., & Leitão, G. E. de A. (2006). **Transformação na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais.** In: Silva, R. C. M. da (org.). A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB-UFRJ. pp. 113-132.

Ferreira, J. S. W. (coord.) (2012). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** São Paulo: Editora FUPAM.

Jacques, P. B. (2001). **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Medvedovski, N. S. (1994). **Conjuntos residenciais: o imaginário da produção versus o imaginário do consumo.** Documento apresentado no Seminário Cidade e Imaginação. PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ornstein, S. W. (1992) **Avaliação pós-ocupação Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco.** São Paulo: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP/ Fundação para a Pesquisa Ambiental - FUPAM/ Caixa Econômica Federal - CAIXA.

Santos, C. N. F. dos (1981). **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar.

Artigo Recebido em: 15/08/2015

Aceito para publicação em: 29/10/2015

RESPOSTAS DA CONCEPÇÃO ATUAL DE REGULAÇÃO URBANÍSTICA AOS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DE BELÉM (PA)

Ana Claudia Duarte Cardoso^{*}
Taynara do Vale Gomes^{**}
Ana Carolina Campos de Melo^{***}

Resumo:

Este artigo discute a gestão urbanística da cidade brasileira, com o propósito de avaliar a suficiência dos instrumentos urbanísticos tradicionais no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais observados em dois bairros de Belém. Medições térmicas e acústicas associadas à pesquisa junto aos habitantes qualificam a experiência humana nos dois bairros e revelam que um conjunto maior de variáveis do que o zoneamento e os modelos urbanísticos manipulam deveria ser considerado para o controle eficaz do microclima e redução da dependência de energia e de renda para uma melhor experiência da cidade.

Palavras-chave: Regulação Urbanística; aspectos ambientais da cidade; morfologia; microclima urbano

Abstract: Response of present urban regulation conceptions to social environmental challenges in Belém (PA).

This article discusses built form management of Brazilian cities, with the aim of evaluating the effectiveness of ordinary urban regulations applied to tackle social and environmental challenges experienced in two neighborhoods of Belém, Pará. Studied areas had thermal and acoustic measurements, which were associated to a survey with dwellers in order to qualify the human experience in these neighborhoods. Results show that a wider number of variables, than those already found in zoning and urban regulation, should be considered to obtain a more efficient microclimate control and to reduce dependency on energy and income for a better city experience.

^{*} Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. Contato: aclaudiacardoso@gmail.com

^{**} Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará.

^{***} Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará.

Key words: Built form regulation; city environmental aspects; morphology; urban microclimate.

Resumen: Respostas de la concepción actual de la regulación urbanística a los desafíos socioambientales de Belém (PA).

Este artículo discute la gestión urbanística de la ciudad brasileña, con el propósito de evaluar la suficiencia de los instrumentos urbanísticos tradicionales en el enfrentamiento de los desafíos sociales y ambientales observados en dos barrios de la ciudad de Belém, Pará. Mediciones térmicas y acústicas asociadas a la investigación junto a los habitantes cualifican la experiencia humana en los dos barrios y revelan que un conjunto más grande de variables que el manipulado en la zonificación y en los modelos urbanísticos tradicionales debería ser considerado para el control eficaz del microclima y para la reducción de la dependencia de energía y rinda para una mejor experiencia de la ciudad.

Palabras-clave: Regulación urbanística; aspectos ambientales de la ciudad; morfología; microclima urbano.

1. INTRODUÇÃO: O CONTEXTO REGIONAL

A ocupação ao longo das margens dos rios foi característica essencial das cidades tradicionais da Amazônia até a integração da região ao país através das grandes rodovias nos anos 1960. Até então, as cidades dependiam dos rios para viabilizar trocas sociais e econômicas. Desde o século XVII Belém foi porto de convergência da exploração extrativista que se organizou segundo essa acessibilidade fluvial (CORRÊA, 1987).

De 1850 a 1910, período que correspondeu ao ciclo da borracha, Belém passou por uma fase de grande dinamismo econômico quando se tornou capital econômica da região Amazônica, e recebeu intervenções urbanas, pioneiras no Brasil: provisão de infraestrutura, expansão da malha viária, criação de grandes avenidas e regulação do espaço público e de edificações por meio de códigos de posturas (VENTURA NETO, 2012). Após décadas de estagnação econômica, a partir dos anos 1960 a implantação de novas rodovias federais desencadeou processos de expansão e periferação intensos, assim como de ocupação de planícies alagáveis existentes na cidade (baixadas), que intensificaram processos de estratificação socioespacial, que resultam atualmente na distinção clara de áreas formais bem servidas por infraestrutura física e social e áreas informais (ver figura 1).

Na última década intensos investimentos imobiliários em torres de apartamentos tornaram mais clara a leitura dessas diferenças na paisagem e neste artigo

procura-se discutir a presente (e histórica) prática de gestão urbanística, iluminada por dados empíricos que comparam as condições ambientais e sociais de dois bairros da cidade, um verticalizado e outro horizontal (histórico e considerado obsoleto), para indicar a insuficiência e inadequação dos atuais instrumentos de gestão urbanística face à complexidade socioeconômica e ambiental das cidades. A comparação de medições térmicas e acústicas, respostas de moradores e dados secundários revela que mais fatores, além dos instrumentos clássicos, devem ser considerados se o objetivo for reduzir a determinação da renda no nível de desigualdade na experiência da cidade.

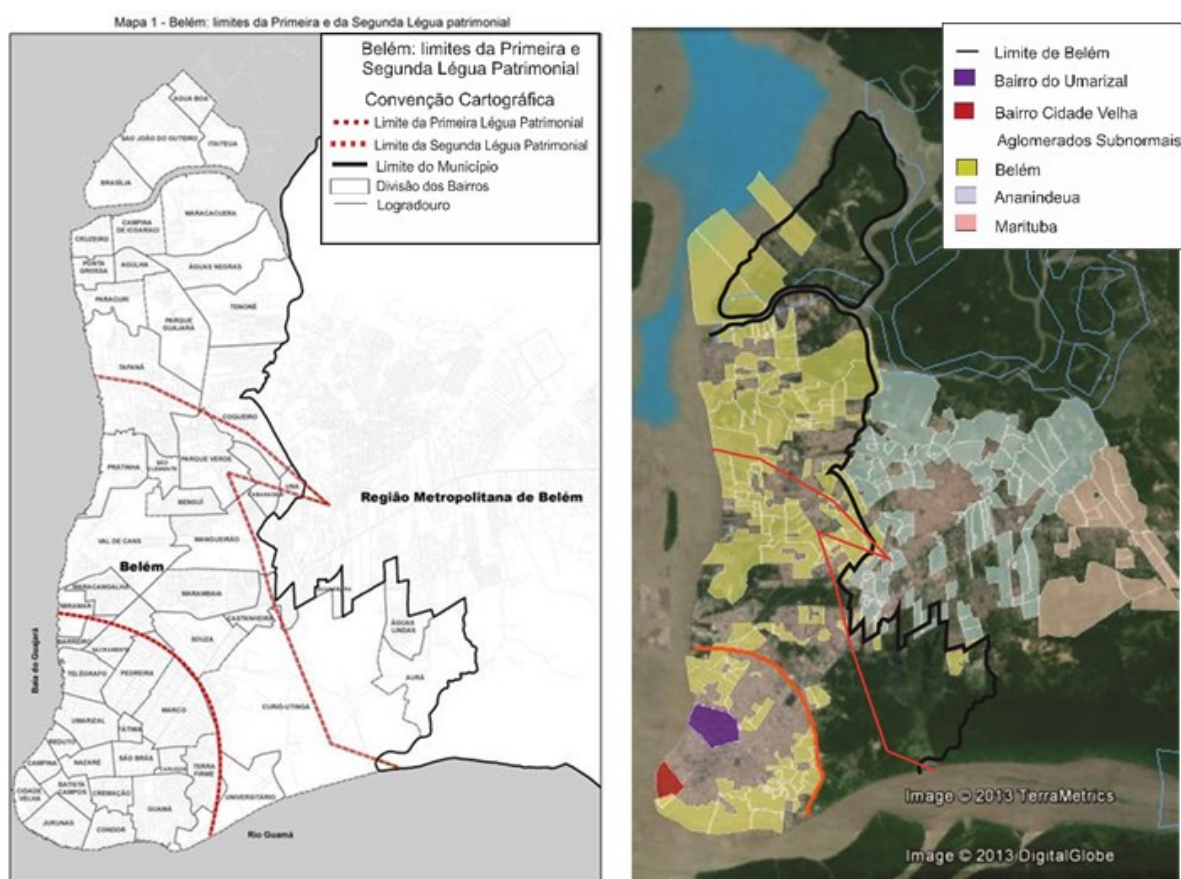


Figura 1 - Município de Belém; Marcação dos Bairros estudados; Marcação dos aglomerados subnormais. Fonte: Cohab, 2000; Codem, 2000; IBGE, 2010; Google Earth, 2013. Elaboração da autora.

2. A GESTÃO URBANÍSTICA BRASILEIRA E O CASO DE BELÉM

A intensa urbanização do país nas últimas décadas, não acompanhada de investimentos e provisão de habitação e infraestrutura ou do aperfeiçoamento de estratégias de gestão urbanística, difundiu grandes contradições em uma área

com forte apelo ambiental como a Amazônia. No Brasil a condição periférica, sob a perspectiva do capital industrial, intensificou a degradação ambiental e a prática predatória no uso e ocupação do solo, o improvisado nas soluções de saneamento, impermeabilização de superfícies, priorização de soluções de transporte individual, entre outros problemas (MARICATO, 2011), essas manifestações nas cidades amazônicas negligenciaram clima e potenciais ambientais e paisagísticos dessa região de natureza exuberante (grandes rios, fortes chuvas, metabolismo acelerado da vegetação), e o papel da forma construída como elementos geradores de qualidade de vida. A pesquisa pioneira de Nascimento (1995) para Belém apresentou a influência direta da forma construída sobre o microclima da cidade, e levantou implicações sobre o comportamento social e as condições de saúde das pessoas.

É importante destacar que os problemas associados à urbanização no Brasil começaram a ser tratados do final do século XIX, e até os anos 1960 foram enfrentados com propostas sanitaristas e planos de melhoramento com foco no embelezamento, e na implantação e regularização do sistema viário. Observe-se que as comissões para implantação de redes de água e esgoto, criação de parques e alargamento e adequação das ruas aos novos meios de transporte são lideradas por engenheiros (LEME, 1999, VILLAÇA, 2001).

Na medida em que se intensificou no país a compreensão da cidade como espaço de produção, tornaram-se necessários marcos legais para a gestão de toda a mancha urbana. Esse foco motivou a difusão de propostas de zoneamento e controle do uso e ocupação do solo para cidades brasileiras por volta dos anos 1930, exemplificados pelo Plano de Avenidas para São Paulo e o Plano Agache para o Rio de Janeiro (VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 1997, LEME, 1999), e a partir dos anos 1960, a difusão dos Planos Diretores de desenvolvimento integrado.

A prioridade dada à mobilidade e ao veículo resultou na desconcentração de atividades e pessoas, e estabelecimento de um novo paradigma de cidade planejada, com ruas largas, casas alinhadas, praças e parques, objeto do projeto de um ou poucos profissionais. As áreas formais das cidades brasileiras rapidamente assumiram as novas tipologias e premissas difundidas pelo movimento moderno ou por parâmetros de gestão urbanística ideais (VILLAÇA, 2001). No caso de Belém, foram estabelecidos tamanho de lote e cota de ocupação acima do nível do mar difíceis de atender no contexto local, e que elevaram o preço da terra urbanizada e de imóveis produzidos dentro do sistema capitalista, enquanto áreas informais foram formadas para absorver a população excluída (VAN DICK; FIGUEIREDO, 1998).

Em Belém, após a formalização da região metropolitana em 1973, uma sequência de várias gerações de planos de desenvolvimento urbano metropolitano foi proposta, com diagnósticos compreensivos e estratégias de expansão urbana operacionalizadas por instrumentos clássicos como o zoneamento de uso e

ocupação do solo, códigos de edificações e códigos de posturas. Propostas de alinhamento e de zoneamento desconsideravam as condições fisiográficas e resultavam na clara divisão entre cidade formal e informal, a primeira consolidada nas áreas altas, e a segunda em formação nas áreas alagáveis da cidade. As áreas alagáveis após aterros graduais receberam obras de saneamento (macrodrenagem), que mantiveram o foco sanitário e de adequação viária até o presente (CARDOSO, 2007).

A partir dos anos 1990, o marco teórico da Reforma Urbana foi difundido nos Planos Diretores Participativos para municípios brasileiros, planos municipais multissetoriais foram elaborados, sem perspectiva metropolitana. Em 1993 foi aprovado o Plano Diretor Urbano (PDU) de Belém, comprometido com o planejamento e gestão urbanística da cidade e com o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, reproduzindo as determinações da Constituição Federal que, mesmo após a revisão de 2008, não avança efetivamente com relação ao controle da forma construída sob a perspectiva socioambiental. Comprovou-se na sua operação, a manutenção dos arranjos conservadores e a desarticulação exposta por Costa (2000) entre políticas urbanas e ambientais. Segundo a revisão do Plano Diretor, o município de Belém foi dividido em sete Zonas de Ambiente Urbano e três Zonas de Ambiente Natural (ver figura 2). Essa divisão deve-se a especificidades paisagísticas e urbanísticas de ocupação das zonas, a problemas e potencialidades e a objetivos específicos (PDU, 2008). Além dos parâmetros estabelecidos pelo zoneamento, a operação do controle de ocupação do solo reeditou os clássicos modelos urbanísticos (ver figura 3 e 4), que estabelecem coeficientes mínimos e máximos para o uso e ocupação do solo.

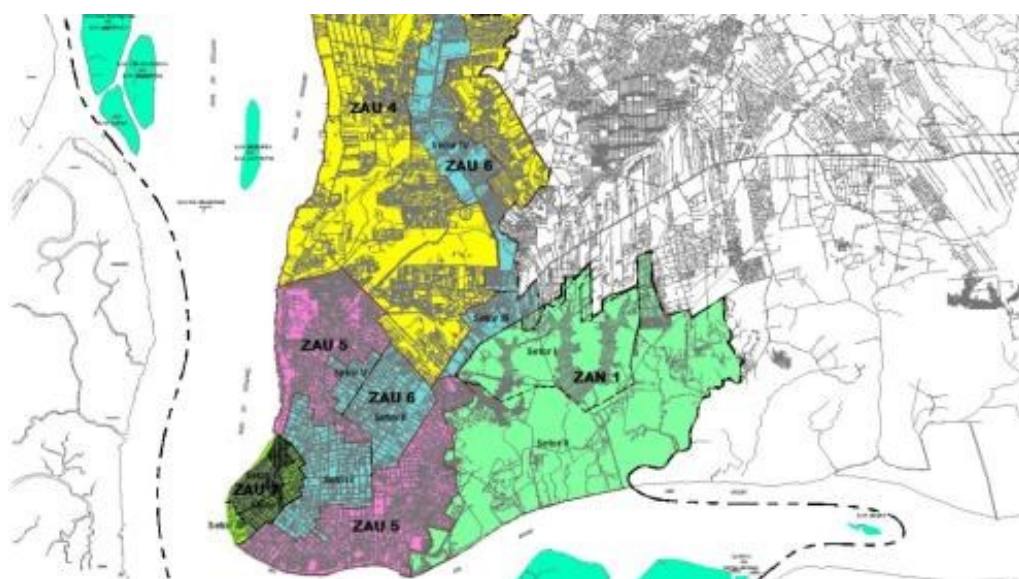


Figura 2 - Zoneamento de Belém de acordo com o Plano Diretor.
Fonte: Plano Diretor Urbano de Belém, 2008.

ANEXO 03 - QUADRO DE APLICAÇÃO DE MODELOS URBANÍSTICOS

USOS	ZAU1	ZAU2	ZAU3		ZAU4	ZAU5	ZAU6					ZAU 7 Centro Histórico
			SETOR I	SETOR II			SETOR I	SETOR II	SETOR III	SETOR IV	SETOR V	
HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾ M1 ⁽⁷⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M1 ⁽³⁾	M0 ⁽³⁾ M1 ⁽³⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M1 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	M0 M1	*	
HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR	M2 ⁽¹²⁾	M2 ⁽¹²⁾	M2 ⁽³⁾ M3 ⁽³⁾ M4 ⁽³⁾	M2 ⁽³⁾ M3 ⁽³⁾ M4 ⁽³⁾	M2 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M3 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M4 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M2 ⁽¹³⁾ M3 ⁽¹³⁾ M4 ⁽¹³⁾	M4 M5	M2 M3 M4 M5 M6	M4	M4	M4	*
COMÉRCIO VAREJISTA COMÉRCIO ATACADISTA E DEPOSITO	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M7 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M9 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M11 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾ M17 ⁽⁸⁾⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M8 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽³⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽³⁾ M8 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M9 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M13 ⁽³⁾⁽⁸⁾ M15 ⁽³⁾⁽⁸⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M8 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M13 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 ⁽¹⁾ M8 ⁽¹⁾ M9 ⁽¹⁾⁽²⁾ M13 ⁽¹⁾⁽²⁾ M16 ⁽¹⁾⁽⁴⁾	M0 ⁽⁸⁾ M8 ⁽⁸⁾ M9 ⁽⁸⁾ M14 ⁽⁸⁾ M16 ⁽⁸⁾	M0 M8 M9 M14 M16	M0 ⁽⁸⁾ M8 ⁽⁸⁾ M13 ⁽⁸⁾	M0 M8 M13 M15 M16	M0 ⁽⁸⁾ M8 ⁽⁸⁾ M9 ⁽⁸⁾ M14 ⁽⁸⁾ M16 ⁽⁸⁾	*
SERVIÇOS "A", "B" E "C"	M7 ⁽¹²⁾ M9 ⁽¹²⁾ M11 ⁽¹²⁾	M7 ⁽¹²⁾ M9 ⁽¹²⁾ M11 ⁽¹²⁾ M17 ⁽¹²⁾	M0 ⁽³⁾ M7 ⁽³⁾ M10 ⁽³⁾ M11 ⁽³⁾ M15 ⁽³⁾ M16 ⁽³⁾	M0 ⁽³⁾ M7 ⁽³⁾ M9 ⁽³⁾ M11 ⁽³⁾ M15 ⁽³⁾ M16 ⁽³⁾	M0 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M7 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M9 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M11 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ M15 ⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾	M0 M7 M8 M9 M11 M16 M17	M0 M7 M10 M12 M16	M0 M7 M10 M11 M12 ⁽⁵⁾ M16 ⁽⁵⁾ M18 ⁽⁵⁾	M0 M7 M10 ⁽⁶⁾ M11 ⁽⁶⁾	M0 M7 M9 M11 M15	M0 M7 M10 M12 M16	
INDÚSTRIA	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽³⁾	M19 ⁽¹⁰⁾ M20 ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾ M20A ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾ M21 ⁽¹⁰⁾⁽¹¹⁾	M19 ⁽³⁾	M19	M19	M19	M19	M19	*

Figura 3 - Quadro de Modelos Urbanísticos. Fonte: Plano Diretor Urbano de Belém, 2008.

ANEXO 04 – QUADRO DE MODELOS URBANÍSTICOS

CA TEGORIA DE USO	MO DELO	ÁREA DO LOTE m ² min/máx.	TESTADA DO LOTE M Mínima	AFASTAMENTOS			COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO máximo	TAXAS			OBSERVAÇÕES		
				FRONTAL m mínimo	LATERAL m mínimo	FUNDOS m mínimo		OCUPAÇÃO PLANO máxima	OCUPAÇÃO TRANSVERSAL máxima	PERMEABILIZAÇÃO mínima			
#	M0	- / < 125	-	-	-	-	1.8	-	0.9	-	Permitido compor os usos habitacionais, de comércio varejista e de serviço.		
Habitação	M1	125 / -	-	-	-	-	1.4	-	0.70	-	Permitir compor com comércio varejista e serviço.		
	M2	360 / -	12	5	2.5 para H≤13.00m; 3.0 para H≤22.00m;	3	1.4	0.70	0.50	0.20	Obrigatório o pavimento térreo em pilotis, admitindo-se a vedação de no máximo 50% da área de projeção. Permitido compor com comércio varejista e serviço até a altura de 5.00m para M2, M3 e M4 e até a altura de 7.00m para M5 e M6.		
	M3 (*)	400 / -					2.0						
	M4	450 / -					2.5						
	M5	600 / -	5	3.5 para H>22.00m	3.3								
	M6	750 / -			3.5								
Comércio e Serviço	M7	125 / 375	-	-	-	3	1.4					0.70	0.70
	M8	125 / 500	5	-	-	-	1.4	-	0.70				
	M9	250 / 1000	10	5	2.5 para H≤13.00m; 3.0 para H≤22.00m; 3.5 para H>22.00m, observado que até a altura de 7.00m não será exigido afastamento	5	2.0	livre até H=7.00m, depois 0.70	0.70 até H=7.0m, depois 0.50	0.10			
	M10	250 / 1000					1.4						
	M11	250 / 2000					2.0						
	M12	250 / 2000					1.4						
	M13	500 / 1500	2.0	5	3.0	1.4							
	M14	500 / 1500	2.0										
	M15	1000 / -	20	5	3.0	5	1.4				0.70 até H=7.0m, depois 0.50	0.20	
	M16	1000 / -					3.0						
M17	2000 / -	1.4											
M18	2000 / -	3.0											
Indústria	M19	250 / 500	8	-	1.5	3	1.0	0.70	0.70 até H=7.0m, depois 0.50	0.20	Permitido compor com: • Comércio/Serviço; • Habitação, quando Indústria Artesanal.		
	M20	500 / 2000	12	5	2	5	0.7	0.70	0.50	0.25			
	M20A	2000/20000	20	10	3	10	0.7						
	M21	2000 / -	20	10	3	10	0.5				0.30		

Figura 1 - Índices Urbanísticos aplicáveis de acordo com o zoneamento. Fonte: Plano Diretor Urbano de Belém, 2008.

Os índices estabelecidos no Plano Diretor Urbano de Belém só regulam o que acontece dentro do lote, não há diretrizes para a constituição de espaços públicos, resultantes da articulação de tipologias adotadas no lote privado, do mesmo modo que a rua é vista apenas como via de circulação. Para dar conta desses atributos seria necessário manipular novas variáveis, abrangendo gradientes privado-público, que estão fora do escopo de um macrozoneamento. Dessa forma, evidencia-se a maior atenção da legislação para o aproveitamento e apropriação privados da terra. Esse é um problema que afeta qualquer cidade brasileira, mas aproveita-se nesse artigo o caso de uma cidade de clima quente e úmido, localizada em área de fronteira econômica, para iluminar potenciais que dependem da articulação entre diferentes disciplinas do campo da arquitetura e urbanismo, como o urbanismo e o conforto ambiental.

A inspiração para essa discussão vem da experiência anglo-saxã de gestão do espaço urbano por meio de códigos de desenho com foco na modelagem da forma urbana. Estes instrumentos consideram nas suas análises a formação, evolução e transformação dos elementos urbanos (ruas, lotes, edificações, espaços públicos) de modo a controlar a geração de microclima urbano, a estruturar visualmente a cidade e otimizar a experiência nas ruas (BARNETT, 1982; DEL RIO, 1990; SHIRVANI, 1985).

Na discussão brasileira sobre sustentabilidade urbana, Costa (2000) utiliza a expressão “meio ambiente urbano” para expor o conflito inerente à busca de uma melhor qualidade de vida urbana, enquanto refere-se à justiça socioambiental para falar do acesso à terra urbanizada e à exclusão socioespacial. A já reconhecida exclusão social é também ambiental, resultado do saneamento deficiente, da drenagem inexistente, de pouco ou nenhum acesso à infraestrutura, da ilegalidade no uso e ocupação do solo. Segundo Acserald (1999), o discurso da sustentabilidade urbana abrangeria dois grandes campos, um dedicado à gestão de fluxos de energia associados ao crescimento urbano, e outro voltado para a incapacidade desses investimentos urbanos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais.

A crescente pressão do mercado sobre a expansão urbana e a consolidação de áreas já ocupadas nos grandes centros urbanos, objeto da ação do setor privado, se tornou o verdadeiro agente “regulador” da cidade. Isto é possível graças ao despreparo do setor público, que tem a atribuição do controle urbanístico, para enfrentar tecnicamente tais pressões, e é evidência das grandes assimetrias existentes entre setores público e privado, até mesmo no domínio de informações a respeito dos impactos de processos especulativos sobre as condições de vida da população, ou de consequências do uso de recursos naturais a médio e longo prazo (COSTA, 2000).

No urbanismo, a modelagem do espaço está classicamente associada aos planos de alinhamento, produtos bidimensionais (traçado de ruas), normalmente complementados por códigos urbanísticos dedicados ao controle das tipologias construídas e do plano vertical das ruas, que se baseiam em índices (de ocupação, de aproveitamento, de permeabilização), recuos e afastamentos, que são mais focados no controle de densidade do que de atributos da forma, e leitura do desempenho ambiental por condições mínimas de iluminação e ventilação. Os códigos urbanísticos, por sua vez, não apresentam um produto acabado como o plano, que normalmente estabelece claramente um traçado para as ruas, mas permitem que um conjunto de regras possa ser aplicado às edificações e elementos construtivos, orientando o trabalho de diversos profissionais quanto a qualidade e expectativas de desempenho, de modo a formar a paisagem da cidade e o ambiente para a vida de uma dada população (MARSHALL, 2011; RAPOPORT, 1978).

Para análise da qualidade do ambiente urbano, a inserção climática da cidade torna a discussão do conforto térmico muito relevante na escala do edifício, dada a dependência do consumo de energia por ventilação mecânica ou refrigeração. Há muitas linhas de pesquisas dedicadas à certificação de edificações quanto ao consumo de energia, e utilização de soluções construtivas que auxiliem no controle de radiação solar e favoreçam a ventilação natural (BITTENCOURT; CÂNDIDO, 2010; RAPOPORT, 1978; ROMERO, 2000; RIBAS et al, 2005), contudo a observação do cotidiano em Belém suscita a investigação desses atributos na escala da cidade, tendo em vista o modo como a própria cidade é modelada e como tipologias e arranjos construtivos afetam de forma diferenciada as condições de conforto térmico (CABRAL, 1995).

Outro aspecto igualmente relevante em grandes cidades é a questão do ruído, particularmente daquele gerado pelo tráfego de veículos, e que para ser bloqueado requer barreiras ou o isolamento entre interior e exterior, eliminando assim a possibilidade da ventilação natural (MENDONÇA, 2013). O desempenho acústico também é normalmente equacionado com adaptações na edificação, mas investigações podem avaliar que tipologias estão mais sujeitas ao ruído do que outras, retornando à necessidade de discussão na escala da cidade (NARDI, 2008).

Com o crescimento das cidades, a vida urbana tornou-se um conjunto de experiências condicionadas artificialmente, com moradia, espaços de trabalho e veículos isolados do exterior. Viver e trabalhar em caixotes, e mover-se em veículos fechados, são formas de negar a natureza, e depender da disponibilidade de recursos e energia necessários para controlá-la. De acordo com esse paradigma, as cidades depreciaram e negaram o meio exterior. A preocupação exclusiva com o microclima interior colocou em segundo plano o papel climático do espaço exterior, e microclimas urbanos cada vez mais insalubres fizeram crescer o interesse por microclimas interiores controlados (HOUGH, 1998).

A modificação do meio urbano das cidades, por processos de verticalização e desaparecimento dos quintais, causaram grandes prejuízos à população e ao meio ambiente, entre eles está a impermeabilização excessiva do solo, adensamento construtivo e ausência de áreas verdes (BARBOSA et al, 2011), que associados às premissas de mudança de uso e adoção de tipologias verticais da tradição modernista (CORBUSIER, 1993), levaram à crença de que uma rígida regulamentação urbana com foco nos atributos do lote fosse a melhor resposta, sem conseguir compreender os efeitos da associação de tipologias em escala urbana, e de antever conflitos pelo acesso à luz e ao ar, resultante das condições de uso e ocupação do solo.

3. ESTUDO DE CASO

Para apresentar essa discussão no espaço da cidade, foram escolhidos como área de estudo dois bairros do município de Belém. Os bairros do Umarizal e Cidade Velha apresentam padrões de ocupação, características morfológicas, desempenho ambiental (térmico e acústico), dados socioeconômicos e perfil populacional diferentes. Objetiva-se comparar o quanto essa combinação de variáveis é relevante no desempenho socioambiental dessas parcelas urbanas e de que forma a gestão urbanística pode servir de subsídio para um controle mais efetivo desses arranjos.

3.1. Bairro do umarizal

Características:

- Bairro infraestruturado desde a década de 1970
- Forte especulação Imobiliária
- Concentração de verticalização
- Proximidade da orla
- Uso misto (residencial, comercial e serviços)
- Intensa atividade noturna
- População: 30.100 hab.
- Área: 2.616km²
- Ruas de intenso fluxo
- Infraestrutura consolidada
- Padrão de renda alto

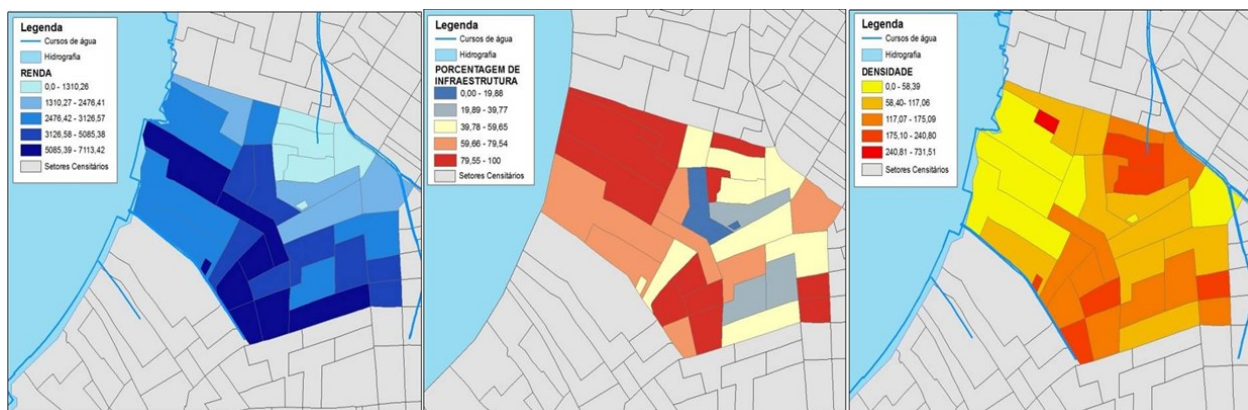


Figura 2 - Características socioeconômicas do Bairro do Umarizal: Renda, Infraestrutura e Densidade. Fonte: Base cartográfica CODEM (2000); Censo IBGE 2010. Elaboração da autora.



Figura 6 - Diagrama Cheio x Vazio, Uso do Solo e Foto do Bairro Umarizal. Fonte: Google Earth, 2013; Codem, 2000; CTM, 2000. Elaboração da autora.

3.2. Bairro da cidade velha

Características:

- Bairro mais antigo de Belém (Bairro Histórico)
- Parcelamento definido no período Colonial
- Infraestrutura obsoleta
- Proximidade da orla
- Uso predominantemente residencial
- População: 12.128 hab.
- Área: 1.258km²
- Ruas estreitas
- Edificações Geminadas
- Padrão de renda médio e popular

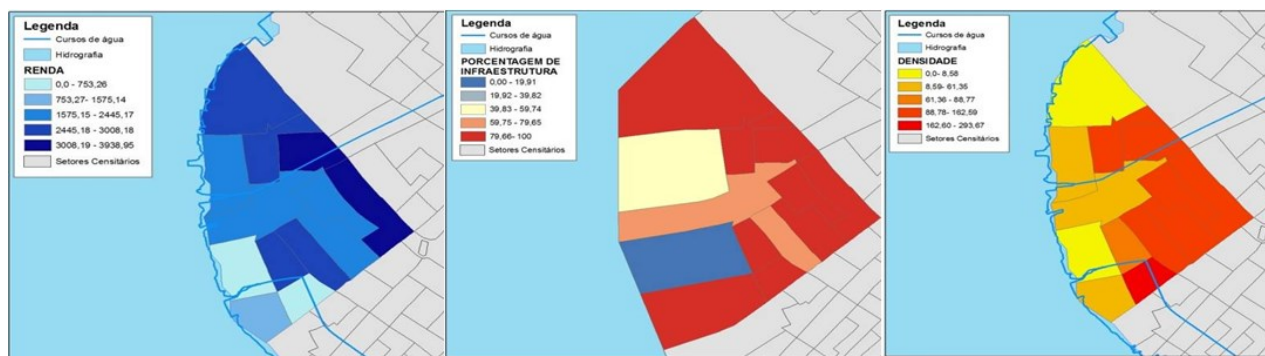


Figura 3 - Características socioeconômicas do Bairro da Cidade Velha: Renda, Infraestrutura e Densidade. Fonte: Base cartográfica CODEM (2000); Censo IBGE 2010. Elaboração da autora.



Figura 8 - Diagrama Cheio x Vazio, Uso do Solo e Foto do Bairro Cidade Velha. Fonte: Google Earth, 2013; Codem, 2000; CTM, 2000. Elaboração da autora.

3.3. A PESQUISA DE CAMPO

A avaliação da interferência da forma construída sobre o microclima urbano e sobre os níveis de ruído, foi realizada por meio de medições térmicas e acústica¹, nos dois bairros em foco. A contraposição das medições à padrões morfológicos, perfis socioeconômicos e respostas de moradores à pesquisa qualitativa sobre o tema, completam as evidências para um posicionamento sobre a adequação das atuais condições de gestão urbanística.

O quadro abaixo apresenta uma síntese dos procedimentos utilizados na coleta de dados empíricos, objeto de pesquisa de grupo de pesquisadores de diversas áreas, para permitir uma melhor compreensão das análises e dos resultados encontrados.

¹ As medições térmicas e acústicas foram realizadas por pesquisadores do Laded UFFA (Laboratório de desenvolvimento do espaço construído).

QUADRO 1: METODOLOGIA DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO			
Período de análise	Condições de medições	Instrumentos	
<p>Acústica (Fonte: Moraes, 2008)</p> <p>Segundo Harris (1991), é possível dividir as 24 horas do dia em dois grandes períodos: o período diurno (entre 7 e 22 horas) e o período noturno (entre 22 e 7 horas da manhã seguinte), intervalo adotado nessa pesquisa. O intervalo de medição estipulado foi 5 minutos, pois é o tempo necessário que os aparelhos necessitam para estabilizar os níveis de ruído da área.</p>	<p>A obtenção dos dados dependeu da divisão da zona de estudo em quadriculas que variam de tamanho, dependendo da dimensão total da área e da característica das vias e tráfego de veículos. Cada interseção desta quadricula gerou um ponto de medição, passíveis de ajuste caso necessário.</p>	<p>Como método de cálculo se utilizou a norma ISO 9613 – partes 1 e 2 (ISO 9613-1, Acoustics, Attenuation of sound during propagation outdoors -- Part 1: Calculation of the absorption of sound by the atmosphere, 1996 e ISO 9613-2, Acoustics, Attenuation of sound during propagation outdoors – Part 2: General method of calculation, 1996). Para as medições utilizou-se o sonômetro Mediator 2238 da marca Bruel & Kjaer (Fig.2) e o calibrador modelo 4231 da mesma marca.</p>	
<p>Térmica (Fonte: Pinheiro, 2013)</p> <p>As datas em que ocorreram os experimentos foram os momentos de transição da trajetória solar marcados pelos solstícios e equinócios, ou seja, 22 de Junho, 22 de Dezembro, 21 de Março e 24 de Setembro. As medições ocorreram no horário de 10h às 14h, com um intervalo de 15 minutos entre as medições em cada ponto.</p>	<p>O dia precisava estar limpo, sem nuvens, para que as medições de temperatura ar média, máxima e mínima, umidade relativa do ar e incidência de radiação solar fossem realizadas, por meio termômetros de bulbo úmido e bulbo seco, dados depois extrapolados conforme gráficos e tabelas consagrados da área</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Experimentos em campo (Hob Log) 2. Análise de massa construída 3. Fator de visão de céu 4. Recorte de carga 5. Análise de imagens Infravermelhas 	
<p>Morfologia (elaboração própria)</p> <p>As entrevistas foram realizadas no período de 17 a 21 de junho, nos intervalos entre 9h e 12h, no período da manhã e 14h e 17h no período da tarde.</p>	<p>Para realização das entrevistas foi selecionado uma amostra de 300 domicílios em cada bairro, localizados na área de entorno dos locais onde foram realizadas as medições térmicas e acústicas, para dessa forma avaliar o desempenho desse espaço urbano.</p>	<p>Como instrumento para realização do campo foi utilizado um modelo de questionário padrão aplicado nas entrevistas, também foram levantadas condições de ocupação da área para produção de mapas apoiados em imagens de satélites (cheios e vazios, volumetria, presença de vegetação).</p>	

Fonte: GOMES; CARDOSO, 2013.

Após analisados os dados térmicos, acústicos e os dados qualitativos referentes aos bairros, percebe-se que dentre as respostas obtidas² para o bairro do Umarizal, 64% das pessoas entrevistadas apresentaram reclamações referentes ao nível de ruído do bairro, principalmente os ruídos de tráfego, entretanto, a maioria, principalmente moradores de edifícios, optaram pelo isolamento das suas casas para evitar o incômodo sonoro.

Nesse bairro há facilidade de dispersão do ruído sonoro, pois as quadras são permeáveis devido à grande variação de tipologias, que favorece a propagação e dispersão do ruído (ver figura 11 e 12). Na avaliação térmica, 72% das pessoas não apresentaram reclamações, principalmente por possuírem condicionadores térmicos dentro de casa. Há dependência do indivíduo em relação aos aparelhos, pois, segundo os moradores, não há condições de se manter as janelas abertas, pois não há ventilação e o nível de ruído é muito alto. Por outro lado, analisando os resultados das entrevistas, percebe-se que o morador da tipologia tradicional de um ou dois pavimentos é o mais prejudicado se comparado ao morador do edifício, pois a edificação sofre interferências no momento em que o padrão original de tipologia (casa) é substituído por outro diferente (Edifício). Entretanto, as entrevistas realizadas com as pessoas nas ruas mostraram que a percepção delas em relação aos condicionantes térmicos é negativa, devido ao nível de radiação das vias e a escassez de sombras.

Na Cidade Velha, os resultados da pesquisa são bem distintos, pois dentre as pessoas entrevistadas cerca de 76% afirmaram que o bairro não apresenta problemas de

² As respostas dos questionários aplicados para pesquisa qualitativa dos Bairros Umarizal e Cidade Velha foram tabuladas no *software* NVivo.

ruído sonoro, com exceção de duas vias, a Rua Dr. Assis e a Rua Dr. Malcher, que concentram o eixo de comércio e o fluxo de veículos. Os moradores dessas ruas acabam sendo prejudicados, pois as vias e a tipologia de edificações (casas de dois pavimentos) desse bairro não foram projetadas para suportar esse tipo de uso e esse fluxo de automóveis. O incômodo sonoro nessas ruas é potencializado pela alta compacidade do bairro. As edificações semelhantes e contíguas, com um ou dois pavimentos e vias estreitas, formam corredores por onde o som se propaga de maneira uniforme, impedindo a dispersão do som e levando à reverberação entre as fachadas, que amplia o efeito sonoro (ver figuras 9 e 10).

A avaliação dos parâmetros térmicos do bairro da Cidade Velha revela que 82% das pessoas estão satisfeitas quanto ao desempenho térmico das edificações, pois segundo os entrevistados, as casas são ventiladas e não há necessidade de manter os aparelhos condicionadores de ar ligados em período integral. A percepção térmica deste bairro é melhor avaliada do que no bairro do Umarizal, pois as vias são mais estreitas, permanecem sombreadas mais tempo pelas edificações, e assim, irradiam menos calor. A forma construída também retém menos calor, dissipa menos, também por conta de sua compacidade (edificações geminadas). Dessa forma, a variação de temperatura em todo o bairro é menor.

Comparando a espacialização dos resultados obtidos nos levantamentos realizados, percebe-se a comprovação que o ruído de tráfego é o mais relevante e sua distribuição é intensa em ambos os bairros, criando zonas de maior e menor poluição sonora.

Instrumentos como os mapas acústicos (ver figuras 9, 10, 11 e 12) podem auxiliar na identificação de áreas onde se encontram situações críticas e dessa forma prever ações pontuais para o controle do ruído e servir como um instrumento de regulação urbanística e avaliação do desempenho acústico e qualidade sonora do espaço urbano.



Figura 4 - Mapa acústico de ruído de tráfego da Cidade Velha.
Fonte: MORAES, Elcione; SIMÓN, Francisco, 2008

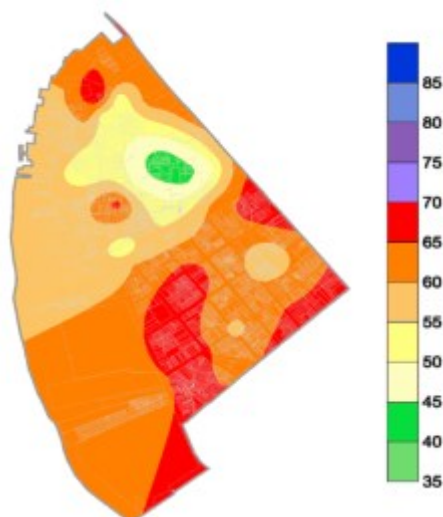


Figura 5 - Mapa acústico noturno do Bairro da Cidade Velha.
Elaboração: Denilson Ramos, 2013



Figura 6 - Mapa acústico de ruído de tráfego do Umarizal.
Fonte: MORAES, Elcione; SIMÓN, Francisco, 2008



Figura 7 - Mapa acústico noturno do Bairro do Umarizal.
Elaboração: Denilson Ramos, 2013

Do ponto de vista térmico os resultados dos levantamentos mostraram que a percepção das pessoas está correta quanto ao desempenho do espaço urbano no contexto dos bairros analisados, pois o Bairro do Umarizal apresenta um nível de temperatura superior ao Bairro da Cidade Velha no nível da rua. Pinheiro (2013) mensurou categorias como massa construída, fator de visão do céu, carga térmica, temperatura do ar e umidade relativa. Todos esses fatores (ver figura 13), com exceção da umidade, apresentaram índices melhores no Bairro da Cidade Velha. É perceptível também a relação entre a forma urbana do bairro (ver figura 5, 6, 7 e 8) e a qualidade térmica desse espaço, pois percebe-se que a forma urbana mais homogênea e compacta apresenta um melhor desempenho do que a forma irregular e dispersa.

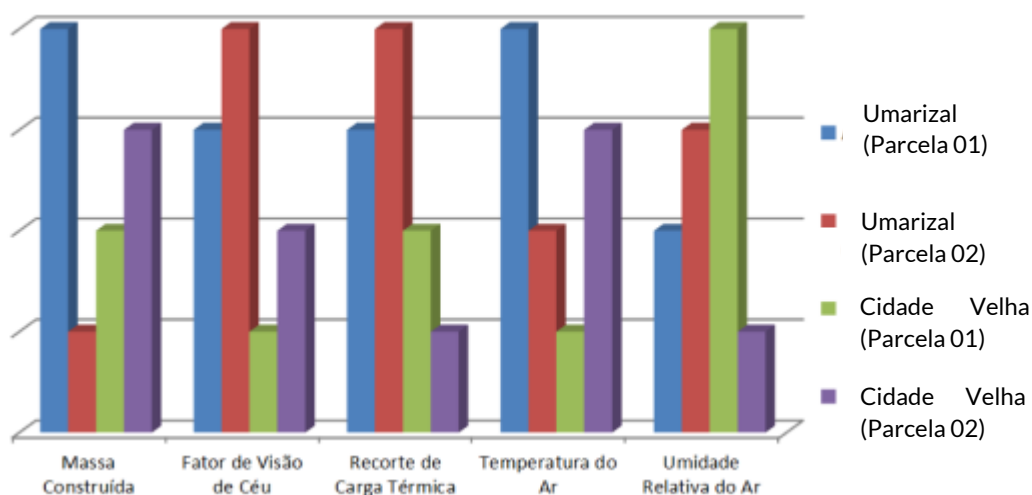


Figura 8 - Gráfico de relação dos parâmetros climáticos e urbanísticos.
Fonte: Dorival Pinheiro, 2013

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar uma boa qualidade e desempenho do ambiente urbano é necessário bem mais do que é regulado pelos instrumentos de planejamento e gestão urbanística em vigor na cidade, para que a experiência das pessoas seja ambientalmente mais agradável e menos desigual. A escala local (bairro, parcela urbana) permite melhor articulação das diferentes abordagens e melhor compreensão dos problemas urbanos e socioambientais.

Nas avaliações térmica e acústica ficou clara a insuficiência de controle de usos, manifesta na ocorrência de vizinhanças incompatíveis, no volume de tráfego e nível de ruído gerado, que ocorre em ambos os bairros. Também não há diretriz urbanística para a distribuição de tipologias com diferentes alturas, para além dos

interesses imobiliários no Bairro do Umarizal, desconsiderando o impacto das torres sobre condições de ventilação e insolação de casas térreas. Não há proporcionalidade entre o adensamento construtivo decorrente de verticalização em curso no bairro e adensamento populacional, inclusive é mais comum que as áreas de maior densidade populacional de Belém sejam horizontais, com ruas estreitas, carência de infraestrutura e de vegetação.

Com base nos resultados obtidos, percebe-se a importância dos arranjos morfológicos para o bom desempenho ambiental urbano, pois a geometria urbana gera um conjunto de interações entre variáveis físicas e morfológicas (calha de via, altura das edificações, vegetação, massas d'água e revestimento do solo), que criam padrões térmicos e acústicos diferenciados, em que as tipologias mais abertas se adaptam mais rapidamente, aquecendo ou resfriando e propagando o som, o que pode ser dirigido positivamente com a introdução de vegetação de grande porte de calçada. As áreas mais compactas também podem oferecer sombra em pelo menos um dos lados das ruas, mas demoram mais a dissipar o calor no microclima urbano e retêm mais o ruído sonoro no canal da rua, potencializando o fenômeno da reverberação.

A partir do exposto, deduz-se que há potencial de aplicação dos estudos de microclima e índices acústicos no planejamento urbano e na regulação urbanística tendo em vista o combate à desigualdade na gestão da cidade e na produção dos espaços urbanos, pois a falta de regulação pode levar a situações que potencializam o calor e a dependência de refrigeração nas habitações, e dificultam a presença humana em espaços públicos sob forte insolação, assim como, o ruído sonoro é um fator relevante na qualidade de vida do indivíduo, e a regulação desse fator garante o melhor desempenho energético e menores custos nas edificações.

A necessidade de buscar o melhor arranjo entre elementos morfológicos evidencia a importância dos mecanismos de controle do uso e ocupação do solo, dentro da perspectiva da busca de uma relação equilibrada entre economia, sociedade e meio ambiente, em que os interesses imobiliários não se sobrepujem às necessidades humanas.

No debate sobre equilíbrio ecológico, é válida para Belém a recomendação de Acserald (1999) sobre a necessidade de gestão do território e da formulação de políticas públicas específicas, comprometidas com novos modos de produção, integrando áreas de trabalho, moradia e lazer, reduzindo distâncias e pedestrizando os espaços, de modo a diminuir a mobilidade de energia das pessoas e bens, para que haja desenvolvimento sustentável e justa distribuição dos recursos naturais, inclusive garantindo o acesso ao vento e à luz solar. Se a escala do pedestre assumir importância, as estratégias de regulação baseadas na aplicação de índices por zonas mostrar-se-ão insuficientes, reforçando a necessidade de guias de desenho que sejam capazes de criar lugares mais

responsivos às condições ambientais e edificações mais sustentáveis do ponto de vista econômico e energético, social e ambiental.

5. AGRADECIMENTOS

Este artigo é resultado de atividades apoiadas pela pesquisa Universal/ CNPq “Condicionantes ambientais urbanas em clima tropical quente-úmido na Amazônia expressos em indicadores microclimáticos e acústicos na cidade de Belém, Pará”. Também contamos com apoio do CNPq, através das bolsas PQ e PIBIC, e da Capes, através da bolsa de mestrado concedida ao PPGAU/UFPA.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Discursos sobre a sustentabilidade urbana**. Campinas, R.B. Estudos Urbanos e Regionais, n.1: 79-90, maio 1999.

BARBOSA, Andrezza de et al. **Influência da verticalização na temperatura do ar e tetos verdes para mitigar o efeito térmico na grande Belém**. In: Seminário de Iniciação Científica da EMBRAPA, 15, 2011: Belém, 2011.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor do Município de Belém**. Lei N° 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências.

CABRAL, Cicerino. **Clima e morfologia urbana em Belém**. Belém: UFPA, 1995.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. **O espaço alternativo: Vida e forma nas baixadas de Belém**. Belém: EDUFPA, 2007.

CORRÊA, R. L. (1987). **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68.

COSTA, Heloisa S.M. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 2, março 2000, p.55-71.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

LE CORBUSIER. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEMME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1985 – 1965**. 2ed. Salvador: EDUFBA, 2005.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARSHALL, Stephen. **Urban Coding and Planning**. New York: Routledge, 2011. 272 p. (Planning, History and Environment).

MORAES E.; SIMÓN, F. **Mapa acústico de Belém: predicción del ruido ambiente através de programa de simulación computacional**, Instituto de Acústica, Madrid, 2008.

NARDI, A. S. L. V. **Mapeamento Sonoro em Ambiente Urbano**. Estudo de Caso: Área Central de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 108 p. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2008.

PENTEADO, A. R. **Estudo de geografia urbana de Belém**. Belém: UFPA, 1968

PINHEIRO, Dorival. **Impacto da Morfologia no Desempenho Térmico das Parcelas Urbanas em Clima Equatorial na Cidade de Belém**. Belém, Pará, 2013. 179p. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU/UFPA, Belém, 2013.

RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona. Gustavo Gili, 1978.

RIBAS et al. **Evolution of the solar activity over time and effects on planetary atmospheres: I. High-Energy Irradiances (1-1700 Å)**. Columbia: The Astrophysical Journal, v. 622, n. 1, 01 mar. 2005. Trimestral.

ROMERO, **Marta Adriana Bustos**. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo, ProEditores, 2000.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SHIRVANI, Hamid. *The Urban Design Process*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1985.

VENTURA NETO, R. da S. **Circuito Imobiliário e a cidade**. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação de Mestrado. Belém, UFPA, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.

Artigo Recebido em: 29/09/2015

Aceito para publicação em: 30/11/2015

Ora bolas, era uma vez triângulos: reflexão sobre o espaço residencial na obra de Eduardo Longo – 1964/1980

Marcelo Augusto Felicetti*

Resumo:

Refletir sobre o espaço residencial de Eduardo Longo, paulista que emerge na cena arquitetônica brasileira da década de 1960, e cuja produção coincide, por um lado, com o início do período da ditadura militar no país, e por outro, com a crítica internacional ao modernismo instaurada a partir da dissolução dos CIAM (1959), é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: espaço; residencial; Eduardo Longo; modernismo.

Abstract: Cicles, bah! Once upon a time triangles: reflection on the residential space in work of Eduardo Longo – 1964/1980

Reflecting on the residential space of Eduardo Longo, an architect from São Paulo, who emerges in the architectural scene from the Brazilian 1960s and whose production coincides, on the one hand, with the beginning of the period of the military dictatorship in the country and, on the other hand, with the international criticism to modernism established from the dissolution of CIAM (1959), is the purpose of this article.

Key words: space; residential; Eduardo Longo; modernism.

Resumen: Dios, érase una vez triângulos: reflexión sobre el espacio residencial en la obra de Eduardo Longo – 1964/1980

Reflexionar sobre el espacio residencial de Eduardo Longo, paulista que emerge en la escena arquitectónica brasileña de la década del 1960, y cuya producción coincide, por un lado con el inicio del periodo de la dictadura militar del país, y por otro lado con la crítica internacional al modernismo instaurada a partir de la disolución de los CIAM (1959), es el objetivo de este artículo.

Palabras-clave: espacio; residencia; Eduardo Longo; modernismo.

* Mestrando em Arquitetura, departamento de Arquitetura PUC - RIO, linha de pesquisa Teoria e História do Projeto, área de concentração Projeto de Arquitetura. Contato: arqcetti@gmail.com

1. ARQUITETURA E EXPERIMENTAÇÃO

Eduardo Longo inicia seu empreendimento arquitetônico aparentemente desinteressado de quaisquer princípios reguladores ou norteadores de uma escola. Sua produção apresenta uma espacialidade muito particular a qual materializa-se ambigualmente empírica e intelectual, autorreferente, centrada, num primeiro momento, na experimentação tridimensional da forma triangular. Seus planos quaisquer rebatidos e adjacentes cosidos com liberdade traduzem, na plasticidade do concreto armado, um resultado senão único, bastante singular. Uma espécie de leitura síntese do espaço-forma cubista, quem sabe, com certa aproximação a Le Corbusier na capela *Notre-Dame-du-Haut* em Ronchamp e ao conceito de Aalto, segundo o qual, “todo espaço é interno” (Argan, 1999).

Nos vinte anos que coincidem com o período da ditadura militar, momento em que boa parte dos artistas e arquitetos brasileiros se vê entre a possibilidade do exílio ou a adoção de uma postura, na medida do possível, politicamente engajada, Eduardo Longo constrói sua arquitetura um tanto quanto alienado ou totalmente distanciado do embate histórico social. Favorecido por uma clientela endinheirada, pode-se identificar dois momentos bastante distintos em seu trabalho. Um, de 1964 (data do primeiro projeto construído) a 1970, cuja individualidade do criador, alheio a quaisquer princípios reguladores e disposto a experimentar, é revelada pela concepção formal do espaço voltado para dentro de si; outro, de 1971 a 1983, cujo fetiche futurista pela forma esférica e a aposta na possibilidade de industrialização da moradia, redirecionam totalmente a pesquisa anterior; antes centrada na ação projetual da prancheta; depois, tomada por um “vanguardismo retórico” (Frampton, 2000, p. 344), viabilizado entre a experiência empírica do canteiro e o referencial imagético de Buckminster Fuller, do neofuturismo do grupo Archigram e das megaestruturas de encaixe do metabolismo japonês.

2. PONTO, LINHA E SUPERFÍCIE: A “IRRACIONALIDADE” COMO GERATRIZ (1964/1970)

A residência Casa Mar Casado - CMC (Guarujá 1964) é a primeira das curiosas casas projetadas por Longo. A interpretação particular do programa de veraneio revela-se já na ausência das tradicionais varandas de telhado avançado e de grandes aberturas voltadas para o mar. Em seu lugar, um volume fechado, complexo e voltado para dentro. Planos diversos que se interceptam em inclinações distintas configuram as elevações de difícil apreensão, pois cada parte

é, em sua essência, formadora do todo. Uma totalidade rebatida, uma apreensão cubista da forma onde o olho procura a todo tempo um lugar de pouso. A casa, toda em concreto armado pintado de branco, ao invés de janelas contínuas e/ou venezianas, tem nos *domus* – localizados nos pontos mais altos da cobertura – uma resposta que ignora a fachada livre e a clássica relação moderna interior/exterior. Longo ignora esse preceito e o interior sobrepõe-se pleno ao exterior. Aliás, esse projeto não compartilha de nenhum dos preceitos corbusianos, a começar de sua estrutura, que desconhece o *grid* racional e sistemático. No lugar da modulação de pilares, paramentos verticais e oblíquos autossustentados se fundem à cobertura. Segundo Bruand,

a planta dessa casa (...) ilustra de imediato o individualismo não conformista e a liberdade absoluta de criação que inspiraram semelhante composição; a divisão funcional em três zonas distintas é a única concessão nítida feita à razão num conjunto dominado inteiramente pela fantasia do desenho e por uma concepção escultórica do espaço que recusa a simetria e a regularidade (...) [expressando-se] com maior vigor pela rejeição sistemática da curva e pelo triunfo da linha quebrada. (...) A plasticidade do concreto, único material capaz de se prestar a formas tão flexíveis e complexas quanto as imaginadas pelo arquiteto, foi explorada sob todos os ângulos com um virtuosismo comparável ao de Niemeyer, mas com finalidades exatamente opostas. O aspecto confuso assumido pela parte de fora lembra uma tenda (...), mas o invólucro externo não pode ser encarado como um produto independente de seu conteúdo; ele não passa do resultado do vazio interno, que é traduzido fielmente, de uma ponta à outra. (...) Casa-abrigo voltada para dentro de si mesma, ao mesmo tempo modesta na aparência e audaciosa na complicação de suas formas livres, tão individual quanto possível em sua inspiração poética inteiramente pessoal, essa é uma criação excepcional no Brasil por seu espírito tipicamente orgânico, que se inscreve mais na linha de Aalto do que na de Wright. (Bruand, 1981, p. 292-294)

Segundo Carlos Lemos,

a obra de Eduardo Longo aparece totalmente desvinculada da produção arquitetônica brasileira e até mesmo de grupos que pudessem caracterizar uma arquitetura paulista. Liberto de qualquer imposição teórica – talvez, antes de tudo um intuitivo –, soube, com maestria, criar espaços inesperados usando somente planos de cobertura que se interceptam em arestas inclinadas, decorrentes da frequente falta de paralelismo entre os paramentos verticais, estando posta de lado qualquer hipótese de regularidade e simetria. (Lemos, 1983, p.131)

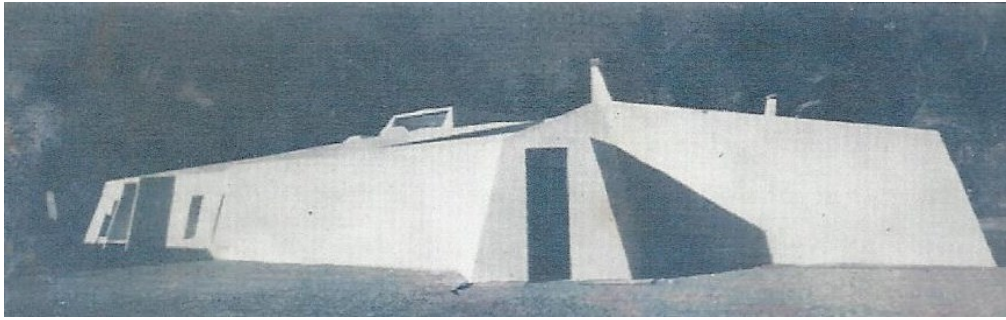


Figura 1 – Volumetria/Fachada Casa Mar Casado - (Guarujá – SP, 1964). Fonte: Imagem/publicação acervo do arquiteto – cópia cedida em entrevista ao autor em 2002.

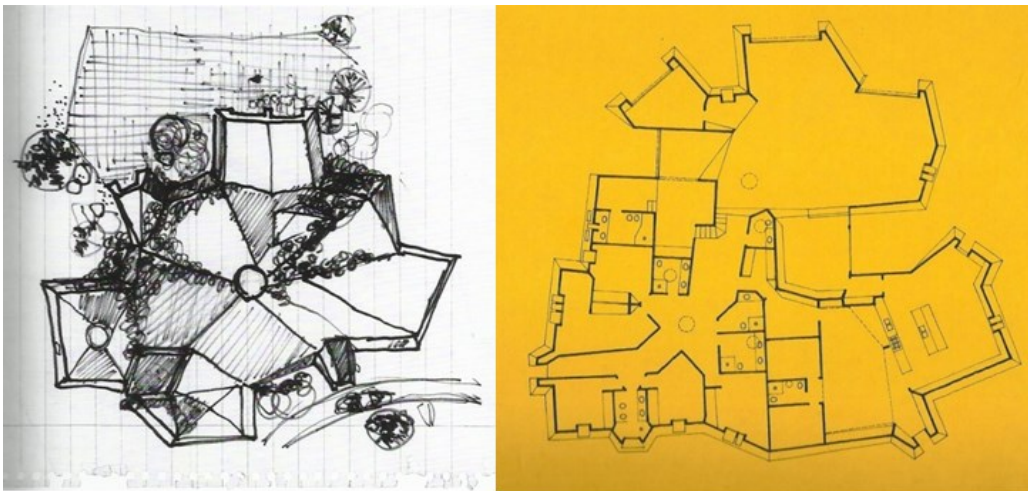


Figura 2 – Croquis Cobertura - Implantação / Planta Casa Mar Casado (Guarujá – SP, 1964). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.26 e contracapa.



Figura 3 – Imagens interior Casa Mar Casado (Guarujá – SP, 1964). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.36-37.

Em 1965, Longo projeta a Casa Margarida (CM, Guarujá), uma tentativa ou resposta “racionalista” às críticas do projeto anterior recebidas no meio arquitetônico. Menos uma atitude de enquadramento que a disposição e liberdade para experimentar, neste projeto, parte de uma concepção estrutural mínima e a ela funde elementos tradicionais numa proposta formalmente mais simples. A casa surge da apropriação de um elemento da construção vizinha, projeto de Sérgio Bernardes. Fôrmas de madeira utilizadas para a concretagem da caixa d’água foram reaproveitadas na confecção do tubo/núcleo de concreto que abriga a caixa de escada e os reservatórios de água, a partir do qual o espaço se desenvolve. Se comparada à casa CMC, mostra-se aparentemente convencional com sua cobertura de duas águas em telhas francesas sobre estrutura de madeira. Mas há similaridade no tratamento dado ao espaço interno: fluidez e intimidade parecem ser as qualidades buscadas pelo arquiteto na maioria das obras realizadas até 1970.

Com pouquíssimas aberturas, a residência volta-se novamente para dentro de si. Duas fendas verticais nas empenas laterais dos quartos - eixo transversal do pavimento superior - e uma grande esquadria de vidro no térreo, recuada no plano frontal da fachada, configuram o limite entre o público e o privado. O setor social integra, em um único espaço, estar, jantar, cozinha e biblioteca. Reunidos em torno do cilindro de circulação vertical/caixa d’água topo, os ambientes são definidos apenas pelo plano horizontal que compõe a mesa/piso e pelo meio pé-direito duplo resultante do recuo do pavimento superior, onde estão dois quartos e o único banheiro. O núcleo, apropriado como circulação, indica uma concepção de dentro para fora, o que pode sugerir, sem o artifício dos semi níveis, um possível diálogo projetual com a “Casinha” (1942) de Artigas. Na Casa Margarida, economia e simplicidade conformam uma arquitetura coesa, desenvolvida por e para um homem comum. A redução estrutural e evidente ortogonalidade dos paramentos verticais associadas ao tradicional telhado de barro criam um todo único ao redor do artefato apropriado. Aparentemente convencional, revela-se nova no processo conceitual, mesmo desligada do receituário modernista. No topo do prisma, a margarida metálica parece reafirmar uma desobediência alegórica à abstração formal do modernismo. “Soube que Sérgio Ferro, em suas aulas na FAU, indagava neste projeto se a margarida seria um símbolo antimaquinista, para mim um mero detalhe de humor”. (Longo, 2002).

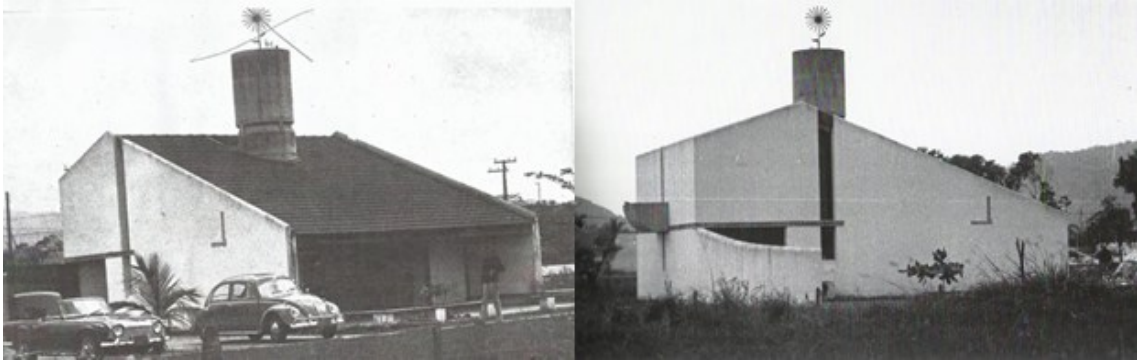


Figura 4 – Foto Casa Margarida (Guarujá – SP, 1965). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.60-61.

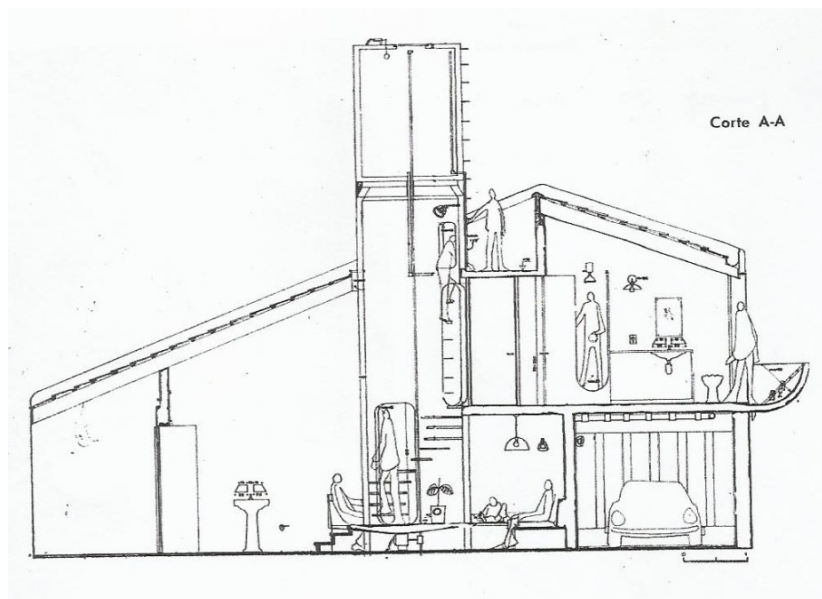


Figura 5 – Corte Casa Margarida (Guarujá – SP, 1965). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.60-61.

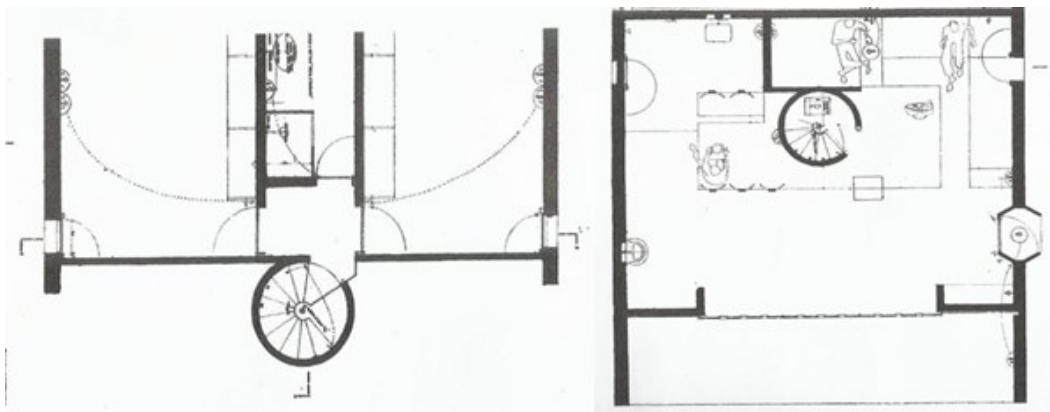


Figura 6 – Plantas Casa Margarida (Guarujá – SP, 1965). Fonte: imagem cedida pelo arquiteto em entrevista ao autor em 2002.

A experiência CM, no entanto, não significou o abandono do imaginário plástico-espacial manifestado no projeto CMC, que tão particularmente interpretou a definição corbusiana de “a arquitetura sendo o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz (...)” (Corbusier, 1994, p. 21). A casa MG (Guarujá, 1966) acaba por fundir conceitos utilizados nos dois projetos precedentes. A planta desta residência organiza-se em torno de um tronco cônico de concreto armado para onde, em seu topo, as arestas inclinadas da cobertura convergem. O tubo abriga banheiro e caixa d’água e, externamente, sustenta a escada circular de acesso ao mezanino. Em nenhum dos pisos há compartimentos definidos. Espaço livre para a realização de funções domésticas conforma “o programa pedido de uma escultura habitável, a mais reclusa possível, junto da praia”¹. A fachada voltada para a rua reafirma o anonimato do espaço interno. As maiores transparências - dois panos de vidro sem caixilharia - encontram-se voltados no térreo, para a piscina, e no mezanino, protegidas por paramentos que se prolongam em diagonal até o piso do terraço, rumo à praia. Aos curiosos, o único acesso possível é uma pequena porta do tipo cofre envolvida na vegetação tropical, certamente outra ironia do arquiteto, guardando em segredo a ambiência dos jardins sombreados com as pérgolas estruturais. Aliás, a partir de 66, a adoção do pergolado como recurso de iluminação reafirma a atmosfera “mágica” (efeito luz e sombra) e intimista perseguida por Longo desde a residência CMC com os *domus* e as abruptas variações de pé-direito e aberturas inesperadas. É possível que o efeito ambiência “pérgula murada”² das áreas jardins de Rino Levi (casa Milton Guper, SP, 1951) tenha povoado o imaginário introspectivo do arquiteto.

1 In: Revista Acrópole, 338/ano 33 – setembro 1971, p. 25.

2 In: Arquitetura Moderna Paulistana, São Paulo: Pini, 1983, p. 29.

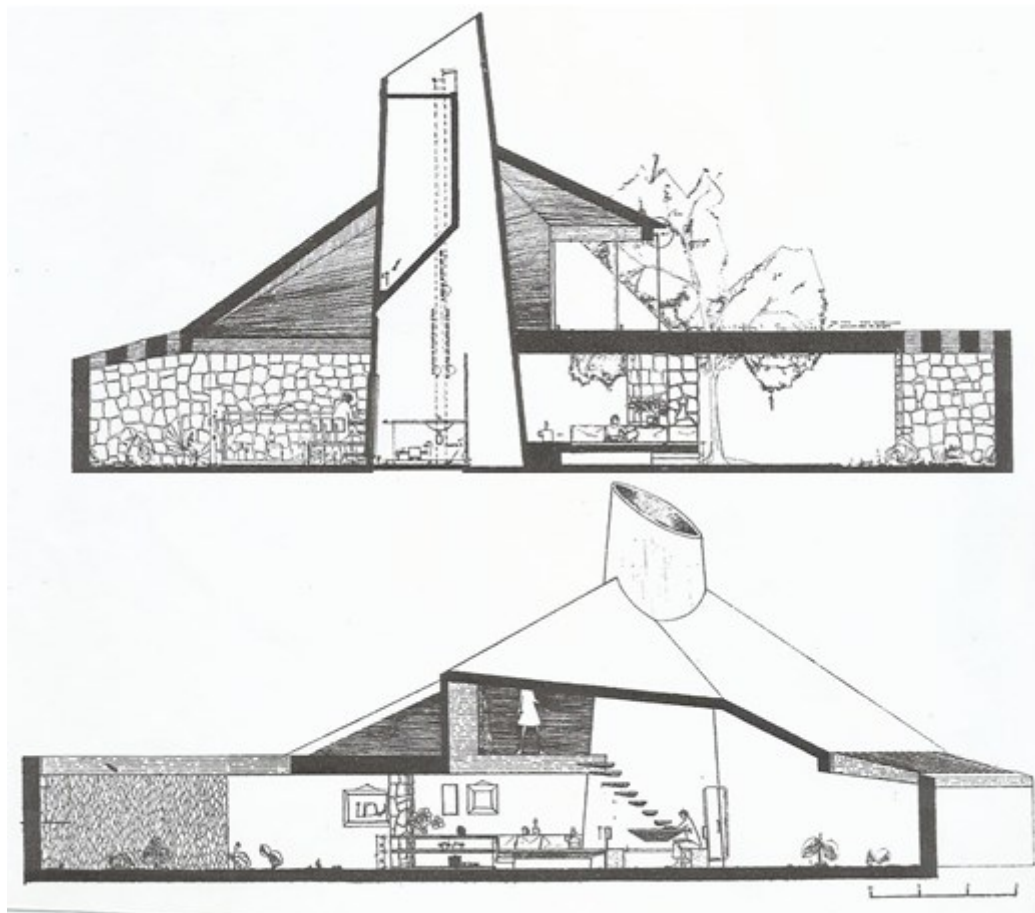


Figura 7 – Cortes Casa MG (Guarujá – SP, 1966).
Fonte: imagem cedida pelo arquiteto em entrevista ao autor em 2002.

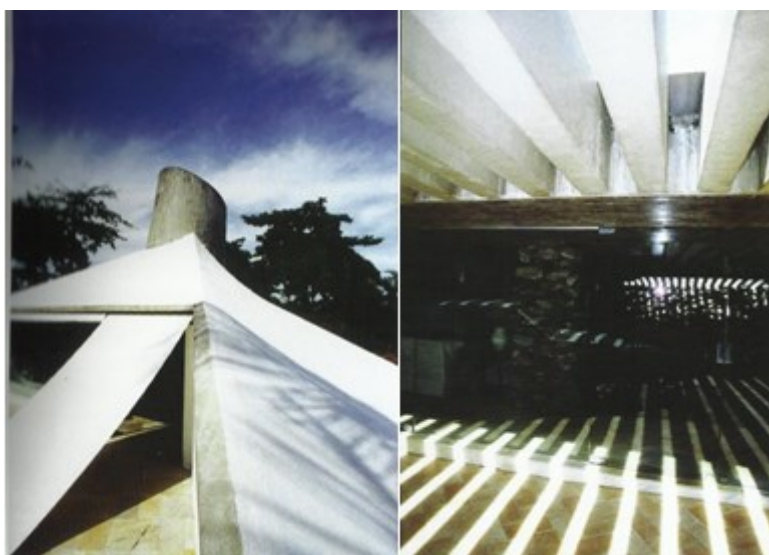


Figura 8 – Volumetria e Interior Casa MG (Guarujá – SP, 1966). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.52-53.

Em 1969, Longo trabalhou num projeto próprio: sua residência/escritório. O terreno de 10x20m, com duas frentes para as ruas Peruíbe e Amauri (Itaim Bibi, SP) logo receberia mais um de seus complexos jogos prismáticos. A implantação de dois volumes coesos é bastante original. Não há propriamente simetria de fachada, mas semelhança. Dois blocos irregulares e independentes representando, cada um, funções residencial e comercial ligam-se somente por uma porta, inserida no grande plano inclinado, o qual mantém, concomitantemente, coesas e autônomas as partes. O volume de cada prisma foi inversamente rebatido ao longo de um eixo diagonal e acaba gerador de uma só forma. Ainda assim, a apropriação de cada bloco reflete a liberdade absoluta empregada na concepção das plantas, ambas responsáveis por programas distintos.

A casa na rua Amauri organiza-se em três níveis. No térreo, a garagem, a sala e os serviços, no segundo piso, o mezanino com saleta, lareira e saída para a piscina. Grande parte da sala é ocupada por uma mesa que funciona como piso elevado [recurso já utilizado nas residências Margarida e MG], estendendo-se até o jardim interno sob a pérgula envidraçada. O escritório na rua Peruíbe organiza-se em dois níveis com a piscina na cobertura. No térreo, o estacionamento e a recepção conjugados são seguidos pelo lavabo e a sala de desenhos. Uma escada dá acesso à sala do arquiteto, aberta nas duas extremidades sobre a entrada e a sala de desenho. (Acayaba, 2011, p. 413)

Nesta casa, Longo acabou sintetizando de forma bastante racionalizada o “espírito orgânico” (Bruand, 1981, p. 292) que o movia em suas criações. Não abriu mão dos planos inclinados ordenando-os rigorosamente. Criou duas plantas, dois volumes, uma casa, um escritório. Criou uma planta, um volume, uma casa/escritório. Mais uma vez, trouxe para dentro o jardim de fora reafirmando sua poética intimista com o artifício do pergolado. Com maestria, num programa misto, racionalizou funções conferindo privacidade à moradia e, ao mesmo tempo, total autonomia ao ateliê escritório. Quatro anos depois, a edificação se desfragmentaria com a dissolução das alvenarias do térreo e o surgimento de uma passagem pública entre as ruas Peruíbe e Amauri. Era o presságio do segundo momento experimentalista de Longo. Sua própria casa serviria literalmente como base para a construção da casa-bola, o divisor de águas na produção do arquiteto.

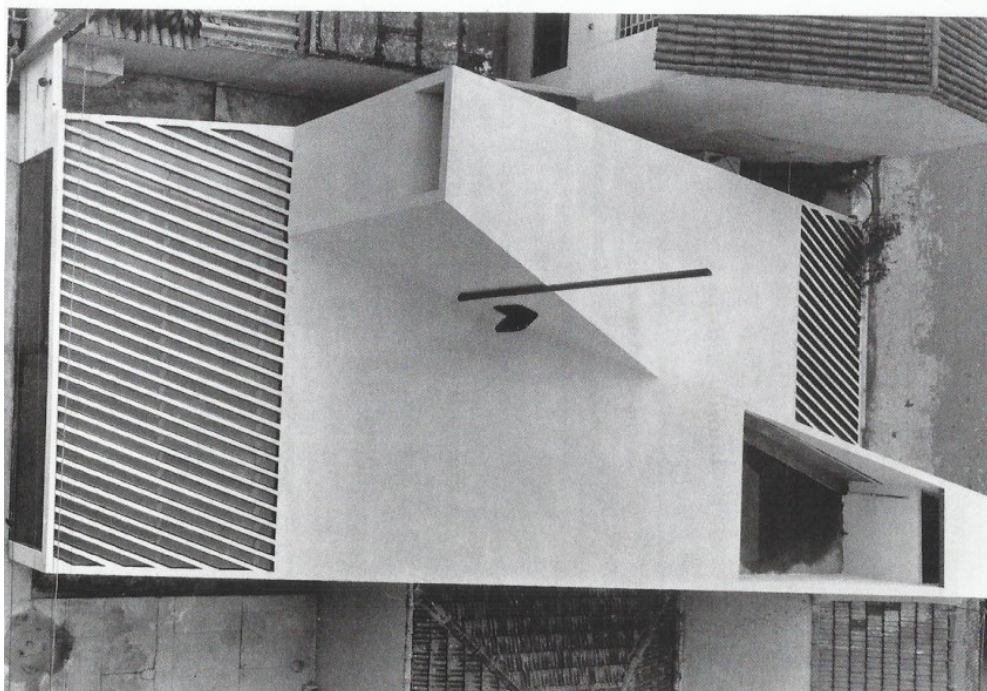


Figura 9 – Foto Aérea Residência/Escritório do Arquiteto (Itaim Bibi – SP, 1969-71). Fonte: Acayaba, M. Residências em São Paulo 1947 – 1975. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2011, p.416.

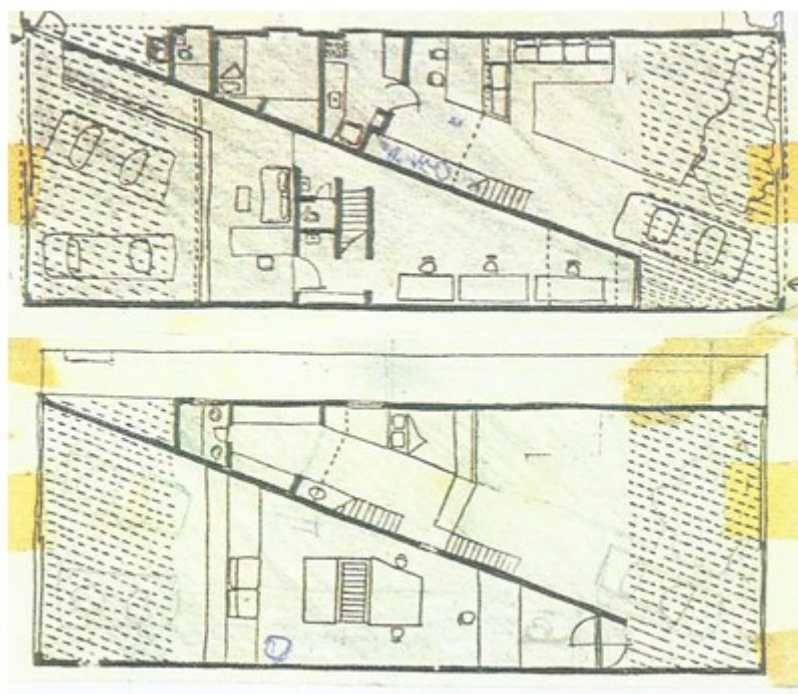


Figura 10 – Plantas Pav. Térreo e Superior Residência/Escritório do Arquiteto (Itaim Bibi – SP, 1969). Fonte: adaptado de imagem cedida pelo arquiteto em entrevista ao autor em 2002.

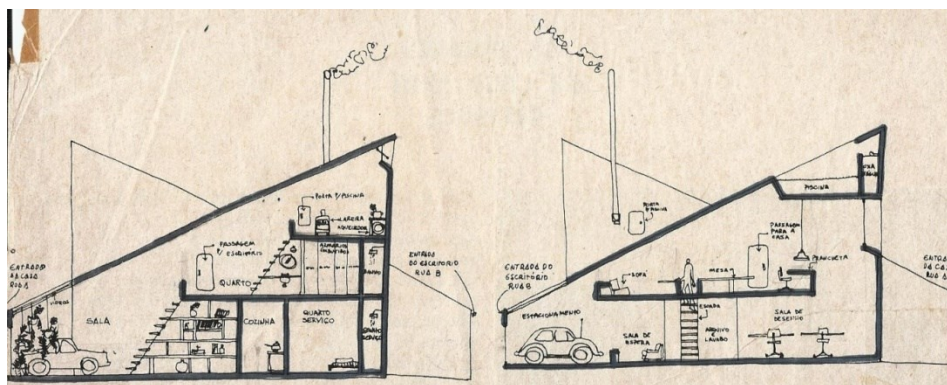


Figura 11 – Cortes Residência/Escritório do Arquiteto - Itaim Bibi (SP, 1969).
Fonte: Imagem cedida pelo arquiteto em entrevista ao autor em 2002.



Figura 12 – Interiores Residência/Escritório do Arquiteto - Itaim Bibi (SP, 1969).
Fonte: Acayaba, M. Residências em São Paulo 1947 - 1975. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2011, p.416-417.

A insubmissão de Eduardo Longo ao paradigma formalista corbusiano o aproxima de Alvar Aalto de um modo muito próprio. Elegendo o plano obtuso, quer em planta quer em seção, promove sua espacialidade pela junção de partes inicialmente distintas, programaticamente resolvidas e articuladas livremente, colocando de uma só vez em questão o axioma forma/função, a ortodoxia do ângulo reto e, conseqüentemente, a abstração formal da arquitetura construtivista. Afinal, para Aalto, a arquitetura compreende esse conjunto articulado, e nem sempre por meio da ortogonalidade, entre partes que podem ser resolvidas separadamente.

“A formação de Aalto é incontestavelmente racionalista, mas seu racionalismo não é um esquema a priori, e sim um princípio de comportamento segundo o qual o arquiteto resolve progressivamente os problemas concretos que se apresentam durante o projeto”. (Argan, 1992, p. 414)

A modernidade de Longo parece estar exatamente na liberdade e irracionalidade das partes organicamente articuladas, cujo resultado plástico formal nada mais é que a materialização orgânica do vazio experimental interior. Para quem acredita

numa arquitetura destituída de “complexidade e contradição” (Venturi, 1966), como teria postulado a estética reducionista do movimento moderno, a produção de Eduardo Longo não serve de exemplo. Dialogando de maneira particular e formalmente complexa entre o racional e o orgânico, estes projetos seriam apenas um prenúncio da pesquisa futura do criador intuitivo. Na primeira fase do seu trabalho, aqui ilustrado por apenas três projetos, Longo orbita um sistema arquitetônico próprio, nem aqui nem acolá do moderno, uma espécie de limbo entre a forte intuição e o descompromisso teórico (histórico, político, social). Sem dúvida, um hiato verde amarelo no paradigma modernista universalizante. No início da década de 1970, no entanto, redirecionará sua pesquisa espacial aparentemente influenciado pela utopia futurista de Buckminster Fuller, justificando a reviravolta na aposta de uma síntese arquitetônica dinâmica, aeroespacial e industrializável.

3. TROCANDO EM BOLAS: O “FUTURISMO” COMO FETICHE (1971/1983)

Em 1973, Longo inaugura uma nova fase profissional. Adepto à moda hippie e interessado na redução espacial, transforma a casa/escritório em laboratório. Imerso numa espécie de existencialismo lisérgico experimenta cor e sintéticos em intervenções plásticas aplicadas à arquitetura. Esvazia o pavimento térreo, remove vedações numa experiência (su) real com a cidade, contato que tanto negou no primeiro momento. O terreno integra-se ao urbano, ou assim pretende, tornando-se uma passagem público-privada. Imobiliza-se na “busca da essência primitiva” (Longo, 1992) reavaliando as “necessidades reais” do homem e da sua moradia a partir de uma auto (ego) experiência. A ideia de uma bola síntese - uma casa esférica - povoa seu imaginário. O conceito introspectivo do espaço mudo, autorreferente, contido nos prismas triangulares é passado. No final de 73 nasce um embrião: a estrutura metálica da não tão utópica casa esférica migraria do conflituoso imaginário de Longo para o espaço aéreo da antiga residência. Na cobertura do Itaim Bibi, germina a esfera que será gestada por seis anos de trabalho, seu mais novo habitat.



Figura 13 – Construção Casa Bola Itaim Bibi (1973-79). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.88-89.

A construção nem foi comunicada à prefeitura. A intenção era executar uma maquete em escala real, fechada com lona ou tábuas que, depois de avaliados resultados e possibilidades técnico-espaciais, concluído seu design, seria descartada. No início de 74, no entanto, a estrutura com oito metros de diâmetro composta por tubos metálicos dispostos em paralelos e meridianos receberia uma pele em argamassa armada. O descarte estava abortado. A configuração do espaço doméstico também sofreu alterações. Se de início os pavimentos seriam livres, sem paredes ou divisões, durante o processo, Longo reproduziu o tipo convencional compartimentado. Surgiram sala, cozinha, lavabo, suítes e dependência de serviços, justificados na dificuldade em propor simultaneamente uma nova forma espacial e um novo estilo de morar. É curioso como este argumento frágil e temerário à opinião pública torna-se paradoxal na reviravolta arquitetônica pretendida, centrada na reversão de valores construtivos, tecnológicos e comportamentais. Talvez Longo quisesse provar a flexibilidade da sua criação, adequando-a perfeitamente às exigências convencionais burguesas. Ou, quem sabe, dificuldades executivas do canteiro tenham impedido maiores experimentações. Ao que parece, todavia, a intuição conceitual da primeira fase, qualitativamente mais densa e de fato original, agora, se limitara a um fetiche formalista. Contrapondo o significado espaço/forma de antes à gratuidade do espaço/formato de agora, talvez a casa bola não engendrasses inovação verdadeira, não passando de uma alegoria arquitetônica futurista.

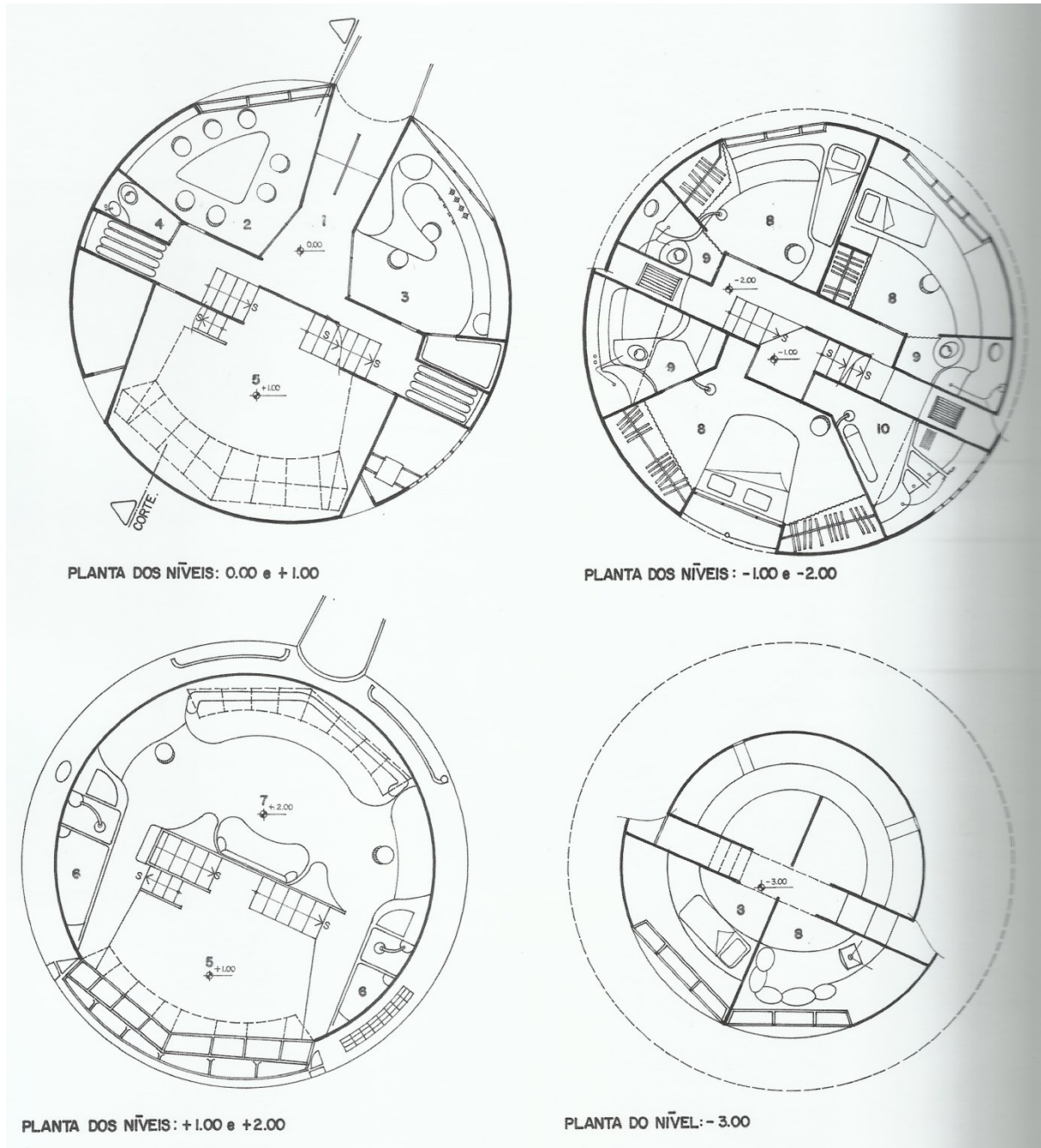


Figura 14 – Plantas Níveis Casa Bola Itaim Bibi (1973-79). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.92.

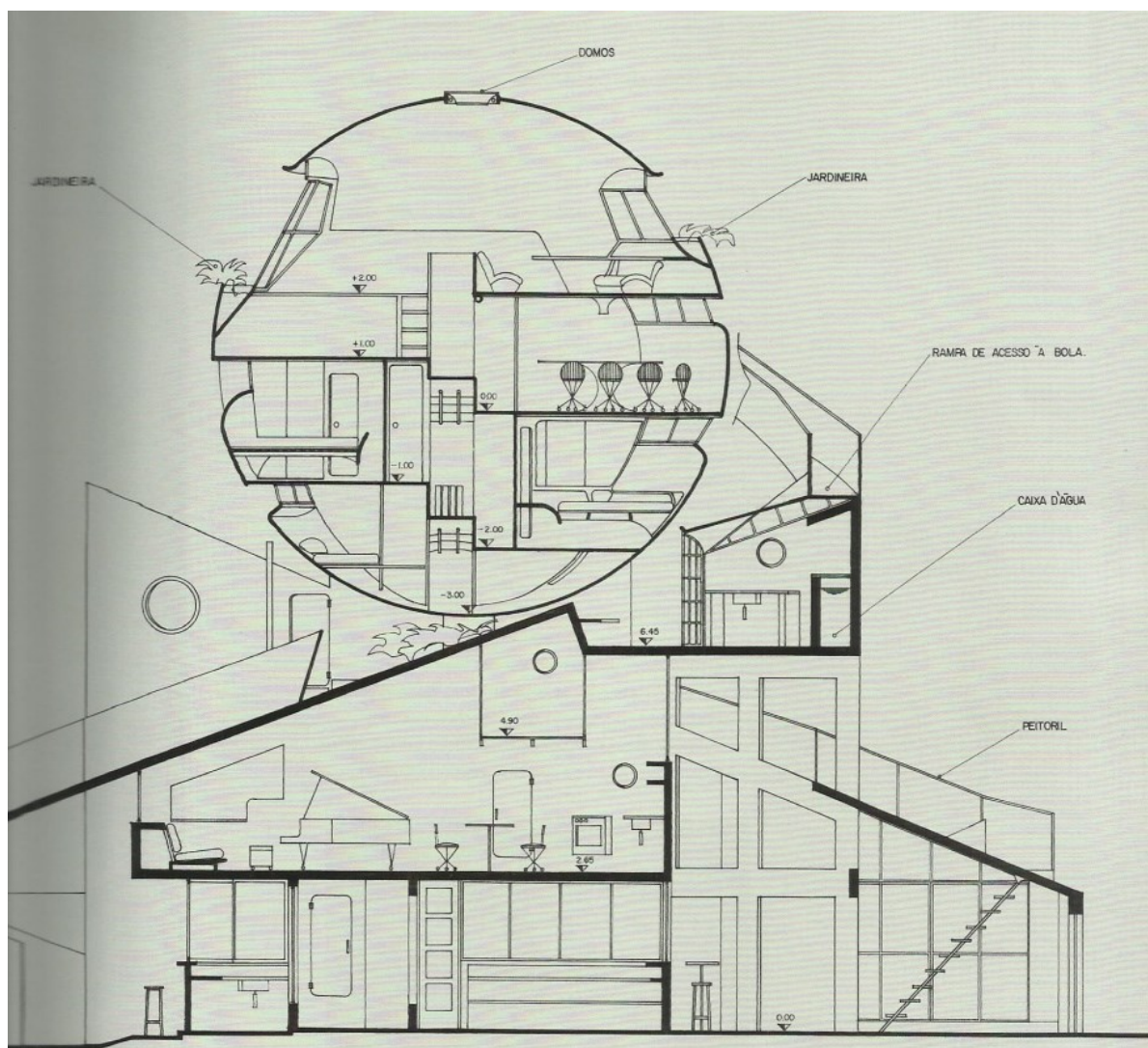


Figura 15 – Corte Casa Bola Itaim Bibi (1973-79). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Parallaxe, 2013, p.93.

A mudança de rumo tomada pelo arquiteto na concepção do espaço assume justificativas diversas que parecem confluir para um único discurso, ou desejo: industrialização da moradia. Em 1972, Longo se dedica particularmente a dois projetos: um edifício de apartamentos em estrutura metálica na qual as unidades de moradia seriam “plugadas” como gavetas, e o outro, casas numa ilha muito escarpada³. Em sua gênese, essas casas se relacionam a árvores cujos troncos seriam a coluna de sustentação e a copa, o volume habitável.

Numa entrevista com o arquiteto em meados de 2002, ele atribuiu a reavaliação crítica de sua arquitetura aos problemas surgidos com dimensões de um terreno para o qual projetava um edifício multifamiliar. Tais problemas lhe teriam despertado a necessidade/possibilidade conceitual da compactação. “Apartamentos como coisas

³ In: Revista D&I dezembro de 1989. p.93.

encaixadas”, definiu. Obviamente o “conceito” passava pelo contato com o ideário futurista do grupo Archigram e com criações dos metabolistas japoneses dos anos 1960. Embora, ao que parece, Longo se interessou muito mais pelo formalismo retórico, utópico e fantástico destes arquitetos do que pela profundidade crítica e questionadora que encerravam seus discursos.

Todavia, se buscarmos um referencial teórico para a investigação da arquitetura de Longo neste segundo momento, é indiscutível o contato com a pesquisa de Buckminster Fuller. Mesmo assim, até que ponto teríamos de fato, um diálogo teórico entre o cientificismo das invenções de Fuller, criadas a partir dos conceitos *dymaxion* e *ephemeralization*, e a esfera residencial de Longo? A casa bola brasileira engendraria alguma fundamentação científica ou problematização conceitual da forma arquitetônica? Ou apenas alegoriza um novo conceito de morar, puro fetiche do formato?

Buckminster Fuller, cientista, matemático e designer americano, conhecido pelo estudo da cúpula geodésica nos anos 1950, já empreendia uma revolução científica no design desde 1927 acreditando na ação pragmática, e não apenas teórica, na construção de um mundo melhor. Talvez, uma crítica antecipada à inconsistência material do humanitarismo moderno. Segundo ele, “filosofia para ser efetiva deve estar mecanicamente aplicada”. (Baldwin, 1996, p. 12). O fato de a tecnologia da máquina ter revolucionado o processo de produção artesanal em muitos setores da vida social, trazendo para dentro da casa burguesa o automóvel e, posteriormente, uma sorte de equipamentos eletroeletrônicos, teria intrigado bastante este inventor, não fosse ele um homem que antecedeu e contribuiu para tudo isso. No final da década de 1920, defendia que a tecnologia empregada na construção de uma casa era praticamente a mesma empreendida no século XVIII, estando, desta forma, totalmente obsoleta. Seu princípio fundamental era a *ephemeralization*. Numa tradução interpretativa entenderíamos extrair do material empregado suas máximas possibilidades. “*Ephemeralization* não é algo a ser acrescentando ao design, ela ocorre naturalmente, como resultado da aplicação dos princípios naturais. Mais que uma atitude, trata-se de uma estratégia”. (Baldwin, 1996, p. 15). Nesse sentido, estabeleceu três meios básicos para a redução material: “o primeiro diminuir o tamanho do objeto, o segundo usar os materiais em sua forma mais eficiente e o terceiro, utilizar superfícies geométricas mínimas”. (Baldwin, 1996, p. 15).

Duas outras especulações de Fuller, a *Cloud Nine* e o *Fly’s Eye*, parecem inspiradoras para a nova fase de Longo. A primeira, uma megaestrutura esférica de 1.6km ou mais de diâmetro, autoportante e autônoma, que flutuaria em condições específicas de temperatura e atmosfera, e conformaria uma verdadeira cidade. A segunda, uma esfera de calotas vazadas, composta por painéis de encaixe industrialmente produzidos contendo, em seu interior, um bloco *standard* de serviços domésticos, retomaria o antigo conceito *Dymaxion*. Segundo Baldwin,

fórmulas de cálculo de superfície e volume mostram que o peso estrutural de uma esfera de 0.8km de diâmetro seria a milionésima parte do peso do ar contido em seu interior. Quando a energia solar capturada e o calor produzido pela atividade humana aquecerem o ar interno em apenas um grau acima da temperatura circundante, mesmo uma esfera vazada poderia flutuar como um grande balão de ar quente. Uma esfera fechada de 1.6km de diâmetro poderia facilmente suportar seu peso e o de muitas milhões de pessoas e seus ótimos dias e noites. (Baldwin, 1996, p. 190)

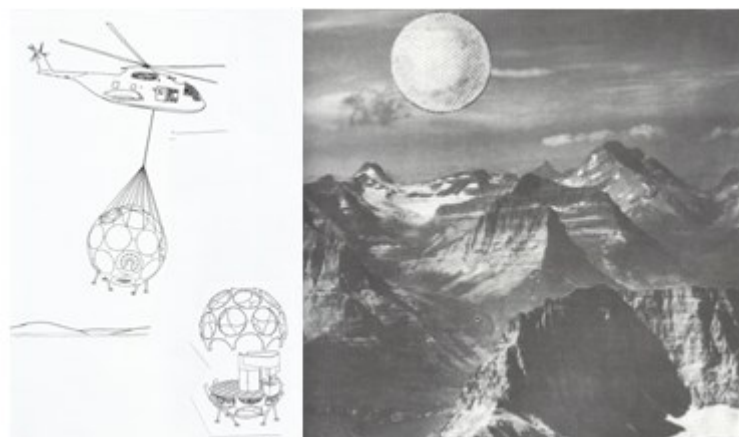


Figura 16 – *Fly's Eye / Cloud Nine* – B. Fuller. Fonte: Baldwin, J. *Bucky Works: Buckminster Fuller's Ideas for Today*. New York: J. Wiley & Sons, 1996, p. 215 e 191

A ideia utópica de uma cidade flutuante talvez beire o imaginário da arquitetura de Sant'Elia ou o humor do urbanismo futurista do Archigram, mas mais incrível que a própria *Cloud Nine*, seria sua implantação.

Estas megaestruturas esféricas ficariam ancoradas nos topos de montanhas com seus habitantes viajando para a terra ou para as bolas vizinhas por meio de aeronaves movidas à luz, baseadas no trabalho do Dr. Paul MacReady⁴. As cidades celestes poderiam também se localizar em altitudes preferidas, possibilitando às suas populações ver o mundo ou mesmo migrar como pássaros. (Baldwin, 1996, p.190)

A ideia do *Fly's Eye*, sem dúvida alguma, parece bem mais concreta e realizável que a projeção das cidades flutuantes. Estrutural, material e industrialmente viável, esta bola poderia abrigar inúmeras funções arquitetônicas e se apoiar em qualquer superfície mais rígida, estando o projeto praticamente fundido à construção: partes compradas, bastava ao usuário montar sua obra. No entanto, o choque provocado pela *Dymaxion House* e o estranhamento de um conceito tão

⁴ Paul MacCready, é físico graduado pela Yale University e doutor em engenharia aeronáutica em California Institute of Technology. Cf: <http://www.achievement.org/autodoc/page/mac0bio-1>.

radical de moradia ainda nas décadas de 1930/1940 possivelmente se repetiria em relação ao *Fly's Eye* mesmo hoje. Qual real significado teria a casa bola de Eduardo Longo para o contexto arquitetônico brasileiro dos anos 1970/1980? Entendendo seu diálogo com Fuller numa perspectiva cientificamente esvaziada e absolutamente formalista, cuja concretização se dá empírica e artesanal, esta residência seria ainda um marco para a arquitetura contemporânea brasileira?

Ao que parece, Fuller e Longo moviam-se no elã da experiência, mas com gêneses muito distintas. Fuller matemático, científico, metafísico. Longo, empírico e intuitivo. Enquanto as experiências de Fuller fundamentam-se conceitualmente a rigor do cálculo, da constituição material e têm o design como dispositivo viabilizador, Longo parte do canteiro, da ação artesanal empírica e do “jeitinho brasileiro”⁵, submetendo desenho e cálculo ao plano secundário, de apoio, como mecanismo documental (reflexivo?) da experimentação. O ponto máximo de contato talvez seja a busca da unidade mínima de habitação, focada no que de mais básico e comum tem a natureza humana, e a aposta no design industrializável, que se, para a realidade norte americana parecia possível, apresentava-se visionário no caso brasileiro, principalmente tendo em vista a metodologia artesanal empreendida por Longo.

Tendo isso em vista, seria possível dizer que Longo, numa ação menos sistemática e mais pragmática, oficiosa e, na medida do possível, nem lá nem cá, considerando a realidade industrial brasileira, aspirava a objeto similar, numa tentativa inversa? Primeiro a construção da maquete esfera prototípica, depois o projetual a partir da problematização empírica?

O discurso tecnológico da casa bola proposto por Longo nos anos 1970/1980 parece, assim, pertinente e questionável. Pertinente porque nem o conceito *Dymaxion* em suas diversas versões, nem o projeto corbusiano da “máquina de morar”, ao que se sabe, deram conta de um modelo residencial industrializável e eficaz como pretendia o racionalismo metafísico⁶ de um ou o formalismo racionalista do outro. Questionável porque o “futurismo” de Eduardo Longo colide diametralmente com a artesanaria técnica ou a pseudo-tecnologia empreendida na execução de seu protótipo. Talvez, como na residência de Warchavchik dos anos 1920, as inovações trazidas pela casa bola (73/79) tenham se limitado “ao plano estético, entendidas por ele como um primeiro passo”⁷. O próximo, segundo o próprio arquiteto, seria desenvolver o projeto com bases na tecnologia automobilística. No entanto, nenhuma peça de montagem parece ter

5 Alusão ao texto “O jeitinho moderno Brasileiro” (BRITO, 1993) no qual o autor coloca em xeque o entendimento e a expressão da modernidade brasileira, em sua essência heterogênea e muitas vezes equivocada, enaltecida de ícones frágeis, símbolos incompatíveis e arbitrários de uma dinâmica do cotidiano urbano industrial a partir da famosa Semana de Arte Moderna de 22.

6 Referindo-se a atribuição dada por Argan à pesquisa arquitetônica desenvolvida por Buckminster Fuller.

7 Parfraseando Bruand ao referir-se à primeira casa “moderna” brasileira.

sido realmente industrializada e a segunda experiência neste sentido (Casa bola Morumbi, 1983), não passou de um exemplar plasticamente mais “refinado”.



Figura 17 – Casa Bola Morumbi (1980-83). Fonte: Serapião, F. Sobre Bolas e Outros Projetos: Eduardo Longo Arquiteto. São Paulo: Paralaxe, 2013, p.93.

Nem por isso, podemos perder de vista a contribuição de Eduardo Longo e seu experimentalismo referenciado, quase conceitual. É no exercício empírico, em favor da arquitetura experimentação, que encontramos a contribuição do arquiteto. Longo colocou literalmente a mão na massa em busca da essência construtiva das coisas executando de modo não tão convencional todos os elementos necessários ao funcionamento de uma casa. “Meu sonho era ter um grande molde onde pudesse ser injetado um material único, para fazer a casa com uma injeção só de um material polivalente. Acho que esse material [seria] o plástico. Eu pesquisava uma coisa de máxima industrialização fazendo-a artesanalmente”⁸. (Longo, 1989, p: 95). Talvez o paradoxo maior da sua criação: a busca pela máquina de morar, a casa de montar, sem o estabelecimento de premissas científico-tecnológicas.

8 In: Revista D&I dezembro de 1989. p. 95.

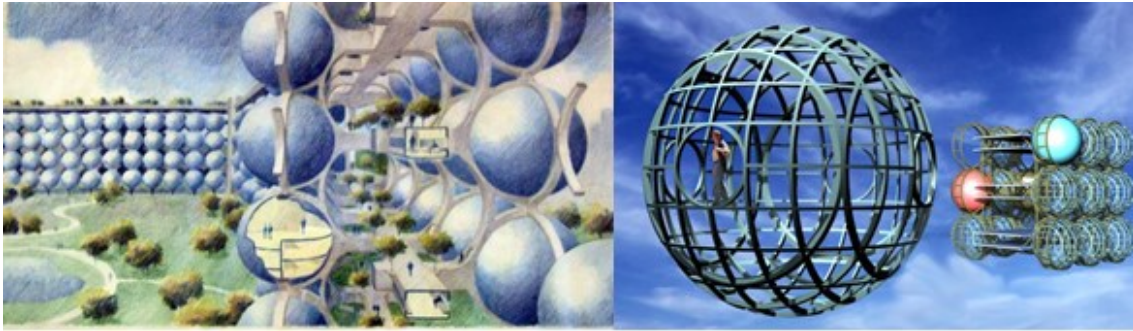


Figura 18 – Modelos desenvolvidos pelo Arquiteto para habitações coletivas bola. Fonte: acervo do arquiteto - enviadas ao autor por e-mail em setembro 2014.

A segunda esfera de Longo, que segundo o próprio “representa a utopia e o futuro, a arquitetura da era do plástico”⁹, reafirma a artesanía construtiva da primeira com doses de sofisticação decorativa e adequação convencional beirando ao *kitsch*, o que a distingue explicitamente do caráter experimental da anterior. Em sua ironia desengajada, este arquiteto talvez permaneça ainda mal compreendido, meio *freak*, marginal ou maldito. Mesmo assim, é inegável sua contribuição na produção da moradia urbana brasileira contemporânea. Seu experimentalismo empírico, quase rude, nada tecnológico e um tanto alegórico acaba por tocar nos limites da arquitetura, procurando uma essência ou um conceito, discutindo relações com o fazer do habitat e o fazer habitar. Ora bolas, industrializável ou não, fica aqui uma questão: na realidade da arquitetura brasileira contemporânea, passados trinta e cinco anos da construção da primeira casa-bola, estaria o homem comum preparado para habitá-la?

4. AGRADECIMENTOS

À orientadora Ana Luiza Nobre, que me incentivou na produção deste artigo.

9 In: Revista Projeto, 73, março 1985, p. 72.

REFERÊNCIAS

- ACAYABA, M. **Residências em São Paulo 1947 - 1975**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2011.
- ARGAN, G. C. **A Época do Funcionalismo**. In: _____. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 262-300.
- BALDWIN, J. **Bucky Works: Buckminster Fuller's Ideas for Today**. New York: J. Wiley & Sons, 1996.
- BANHAM, R.. **Teoria e Projeto na primeira Era da Máquina**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- BRITO, R. **O jeitinho moderno brasileiro**. *Gávea Revista de História e Arquitetura*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 7-11, 1984.
- BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CORBUSIER, L. **Por uma Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FICHER, S. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: *Projeto*, 1982.
- FIORI, P. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lèfreve, de Artigas aos Mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- FRAMPTON, K. **História crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KAMITA, J. **Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- SERAPIÃO, F. **Sobre bolas e outros projetos: Eduardo Longo arquiteto**. São Paulo: Paralaxe, 2013.
- SILVA, M. F. **Ora, Bolas! Futuro e Utopia, a Arquitetura da era do Plástico: uma especulação sobre espaço residencial brasileiro na obra de Eduardo Longo - 1964-1983**. 2003. Monografia de conclusão de curso (Especialização *Latu Sensu*) - Departamento de História, PUC RIO, Rio de Janeiro, 2003, 38 p.

XAVIER, A.; LEMOS C.; CORONA E. **Arquitetura Moderna Paulistana**. São Paulo: Pini, 1983.

Revista Projeto 73, março, 1985.

Artigo Recebido em: 22/10/2015

Aceito para publicação em: 17/11/2015

O uso de métodos criativos visando a inovação no ensino de projeto arquitetônico

Angelica Paiva Ponzio*
Andrea Soler Machado**

Resumo:

Este artigo pretende discutir o uso de métodos criativos para a solução de problemas complexos visando a inovação no ensino de Projeto Arquitetônico. Se, por um lado, a palavra projeto designa tanto uma produção documental que permite construir um objeto representado quanto um processo de coordenação de ações, o ensino desse processo implica um posicionamento claro a respeito do produto e dos métodos compatíveis com a natureza do problema didático que se quer propor. Partindo do princípio de que os métodos são as técnicas de trabalho empregadas e o processo de projeto é a maneira como essas são encadeadas por meio de ações, as experiências de ensino do ateliê de Projeto Arquitetônico aqui apresentadas buscam soluções projetuais por meio do estímulo da criatividade e de técnicas comuns ao Design Thinking em etapas e escalas variadas que conformam um trabalho teórico-prático fundamentado no “aprender fazendo”.

Palavras-chave: processo de projeto; métodos criativos; inovação; ensino.

Abstract: Use of Creative Methods Envisioning Innovation on Teaching Architectural Design.

This article discusses the use of creative methods for solving complex problems with a view to innovation in teaching architectural design. If, on the one hand, the word design means both a documentary production that allows to build an object represented as a coordination of actions, the teaching of this process involves a clear position regarding the product and methods compatible with the nature of the didactic problem that is being proposed. Assuming that the methods are the labor techniques employed and the design process is how these are linked through actions, the teaching experiences of the Architectural Design Studio here presented seeks design solutions through the stimulation of creativity and techniques common to Design Thinking in stages and varying scales that form a theoretical and practical study based on "learning by doing".

Key words: design process; methods; innovation; teaching.

* Doutora em Arquitetura, 2013, PROPAR/UFRGS com PDE CAPES/Politecnico di Milano; Mestre em Arquitetura, 1991, MScAAD, GSAPP, Columbia University, NYC/USA; Professora Adjunta, Depto Arquitetura/UFRGS desde 1994; Arquiteta UFRGS, 1989. Contato: angelica.ponzio@gmail.com

** Doutora em Historia, UFRGS, 2003; Mestre em Arquitetura, PROPAR/UFRGS, 1996; arquiteta UFRGS/1985; Professora Associada Depto Arquitetura UFRGS; Membro permanente PROPAR/UFRGS.

Resumen: El Uso de Metodos Creativos para Resolver Problemas Complejos con Vistas a la Innovación en la Enseñanza del Diseño Arquitectónico.

En este artículo se analiza el uso de métodos creativos para resolver problemas complejos con vistas a la innovación en la enseñanza del diseño arquitectónico. Si, por una parte, la palabra diseño significa tanto una producción documental que permite la construcción de un objeto representado como una coordinación de las acciones, la enseñanza de este proceso implica una posición clara con respecto al producto y métodos compatibles con la naturaleza del problema didáctico que se quiere proponer. Suponiendo que los métodos son las técnicas de trabajo empleadas y el proceso de diseño es cómo éstos se vinculan a través de acciones, las experiencias del taller de Proyectos Arquitectónicos aquí presentado, buscan soluciones de diseño a través de la estimulación de la creatividad y las técnicas comunes al Design Thinking en etapas y diversos rangos que forman un estudio teórico y práctico basado en el "aprender haciendo".

Palabras-clave: proceso de proyecto; métodos; innovación; enseñanza.

1. INTRODUÇÃO

Raramente o ensino superior de Arquitetura adota práticas que favorecem a criatividade. Em geral, os profissionais só aplicam o conhecimento comum, de forma convencional. A carta da União Internacional de Arquitetos (Unesco/UIA, 2005) prevê uma variedade de métodos para enriquecer o ateliê de projeto e recomenda que o ensino seja flexível para abrigar demandas e problemas variados. (Kowaltowski, Bianchi & Petreche, 2011, p.34).

Cada pessoa pode apresentar uma maneira própria e apreender o conhecimento, sendo importante treinarmos o cérebro de modo plástico, utilizando diversos estilos cognitivos. Na natureza do problema de projeto está implícito "um certo conhecimento e entendimento que é muito difícil ser obtido de outra maneira que não por meio do ato de projetar" (Lawson, 2004, p.7). As capacidades projetuais são, portanto, fruto de várias fontes que podem ser desenvolvidas por meio de diversos instrumentos e neste âmbito devemos trabalhar ambos os lados do cérebro: o direito, responsável pela visão sintética, capacidade intuitiva e criativa e o esquerdo, da linguagem, análise e capacidades lógico-matemáticas. A geração de novas ideias e a criatividade é, por sua vez, a representação perfeita do pensamento complexo, no qual devemos avançar em múltiplas frentes, constantemente acrescentando novas aquisições ao sistema existente e em muitos casos, refazendo etapas (Padova & Piardi, 2009). Para permitir este desenvolvimento, além do usual emprego de restrições, se fazem necessários um

entendimento profundo dos problemas apresentados¹. E aqui repousa um dos verdadeiros desafios dos ateliers de projeto arquitetônico: o de como ensinar os estudantes a exercitar a imaginação visual, deixando em repouso, por vezes, o lado esquerdo do cérebro, tradicionalmente estimulado nos colégios. Propomos aqui a experimentação por meio de um caminho de aprendizado que estimula a criatividade com o emprego de técnicas comuns ao *Design Thinking*², onde o desenvolvimento de projeto se dá a partir de um modelo indutivo, não linear, que direciona os estudantes a desenvolver seus conhecimentos em vários níveis simultâneos. Esta sistemática se afina com a ideia de “pensamento lateral” definido por De Bono³, onde a ênfase está em diferentes maneiras de fazer e olhar para as coisas, desafiar suposições, mudar a percepção e gerar novos conceitos. Este artigo pretende, portanto, discutir a solução criativa de problemas complexos⁴ por meio de técnicas comuns ao *Design Thinking* visando a inovação no ensino de projeto por meio da experiência didática desenvolvida no ateliê de Projeto Arquitetônico 2, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS⁵.

2. METODOLOGIA

Para uma maior compreensão da didática do ateliê, será descrito primeiramente o modelo cognitivo adotado e logo após a definição das técnicas criativas e sua aplicação no curso.

1 Além da aplicação de restrições, outros métodos de estímulo à criatividade devem ser investigados, seja para o ensino ou para o ambiente profissional. (Kowaltowski et al, 2011, p.35). Para um maior detalhamento das restrições em arquitetura ver: Lawson, 1991, p. 63-81.

2 Embora o termo “Design Thinking” tenha sido aplicado primeiramente em arquitetura em 1987 por Peter Rowe (Rowe, 1987), seu uso nas escolas ou escritórios de arquitetura não é tão largamente divulgado como no ambiente profissional e educacional de Design (de produto, gráfico, interiores, serviços e estratégico). Neste ambiente, de acordo com Lupton (2011), o termo comumente refere-se ao processo de geração de ideias, pesquisa, prototipagem e interação com o usuário. N.A.

3 “O pensamento vertical está preocupado em provar ou desenvolver padrões conceituais. O pensamento lateral está preocupado com a reestruturação (*insight*) e a provocação de novos padrões (criatividade). Pensamento lateral e vertical são complementares (...). Ainda que a ênfase na educação tenha sempre sido no pensamento vertical”. (De Bono, 1990, p.14).

4 A expressão solução criativa de problemas’ (Creative Problem Solving) foi criada pelo publicitário Osborn (1957) na década de 1950 ao organizar as ideias-base deste processo com métodos e técnicas utilizáveis pelas pessoas em geral, como o brainstorming. (Kowaltowski et al., 2011, p.33.)

5 As autoras têm experiência didática de mais de vinte anos no ensino de projeto arquitetônico na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Este conhecimento adquirido serviu de base comparativa para as propostas didáticas aqui apresentadas para o ateliê de Projeto 2. Nele, as Profas. Angelica Ponzio e Andrea Machado atuaram nas turmas B e C de 2012/01 a 2014/02 com média de 25 alunos/semestre e, a partir de 2015 a Profa. Angelica Ponzio segue atuando, com média de 13 alunos/semestre. A carga horária mínima da disciplina é de 150 horas/aula por semestre, equivalente a 10 créditos. Nesta disciplina a nova metodologia aqui apresentada é pioneira na sua instituição ao seguir o modelo de ensino (indutivo) que se aproxima ao aplicado no curso de Design do Politécnico de Milão, mais precisamente nas disciplinas de Design de Interiores ministradas pela Profa. Silvia Piardi. N.A.

2.1. O Processo projetual – a espiral de projeto

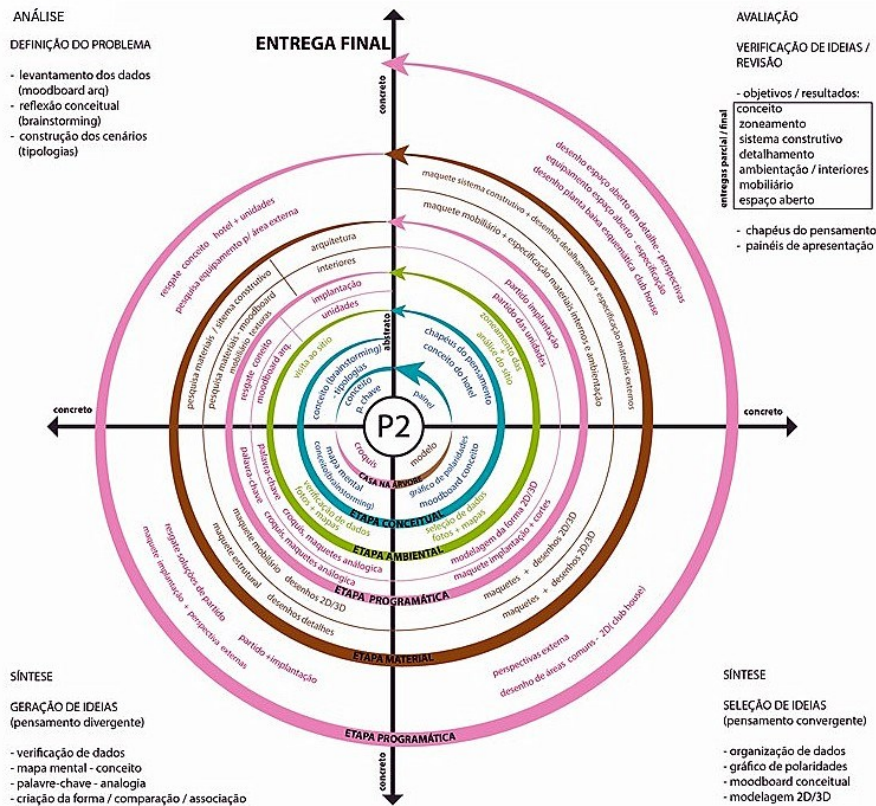


Figura 1 - Espiral de Projeto - Ateliê P2, 2014. Fonte: Ponzio, 2014

Na disciplina de Projeto 2, o objetivo geral de aprendizado visa desenvolver nos alunos a capacidade de dominar as ferramentas de projeto a partir da definição de um conceito até o detalhe executivo, demonstrando coerência entre as ideias básicas e o desenvolvimento do tema. O modelo teórico cognitivo adotado segue as bases daquele originalmente proposto por Broadbent (1973), o qual descreve um movimento em espiral onde a cada volta se logra um maior nível de complexidade e definição. Este, ao seguir uma sequência de análise, síntese e avaliação, incorpora *feedbacks*, *loops* e articulações que propiciam, a cada nova decisão, uma mudança das ideias iniciais. Neste modelo, as “informações obtidas em qualquer fase de projeto podem ser incluídas a qualquer momento nas sequências de decisões” (Andrade, Ruschel & Moreira, 2011, p. 87). Em Projeto 2, a primeira semana de aulas é dedicada a um exercício lúdico (Casa na Árvore) que introduz alguns dos métodos para solução criativa de problemas (como o *brainstorming* e a aplicação de *palavra-chave*). Logo após, parte-se para o desenvolvimento do projeto do semestre (Hotel Design) por meio de um desdobramento em **quatro temas genéricos que correspondem a diferentes escalas de trabalho: Conceitual (azul), Ambiental (verde), Programático (rosa) e Material (marrom)**, que constituem, por sua vez, uma reinterpretação da Tríade

Vitruviana: *firmitas, utilitas e venustas*. A *firmitas* se refere ao caráter construtivo e tectônico do objeto arquitetônico e corresponde ao nosso Tema Material; a *utilitas* originalmente se refere à comodidade, ao longo da história foi associada à função e corresponde ao Tema Programático; a *venustas*, associada à beleza corresponde ao tema conceitual. O Tema ambiental se refere ao estudo sítio de intervenção e agrega um vetor a mais na tríade clássica. Estes quatro temas são exercitados em um sistema composto por etapas de definição, geração, seleção e verificação de ideias (Kowaltowski et al., 2011, p.45), numa sequência correspondente à análise, síntese e avaliação da espiral de Broadbent. A cada tema que se inicia, é realizada a definição do problema (análise) por meio de uma investigação: no tema conceitual esta se dá com a construção de um *cenário* traduzido na pesquisa de tipologias; no tema ambiental é o momento de visita ao sítio, o que irá instrumentar um exercício de *brainstorming* focado na definição de um conceito central do hotel; nos temas programático e construtivo, o *cenário* se constrói por meio da pesquisa e elaboração de *moodboards* de materiais e tecnologias existentes. A geração de ideias (pensamento divergente) corresponde ao primeiro momento da síntese. No tema conceitual é elaborado um *mapa mental* por meio de *brainstorming*; no tema ambiental é feita a verificação dos dados coletados; no tema programático se dá a escolha de *palavra-chave* geradora da forma por analogia e são elaborados desenhos e maquetes conceituais; no tema material se desenvolve o sistema e a maquete estrutural. O segundo momento da síntese é o da seleção de ideias (pensamento convergente). No tema conceitual se elaboram o *gráfico de polaridades* e o *moodboard* conceitual; no tema ambiental os dados coletados são organizados e apresentados; no tema programático a forma e o programa são desenvolvidos por meio de maquetes, croquis e desenhos técnicos; no tema material são elaborados os detalhamentos técnicos. A verificação de ideias (avaliação) é feita por meio da apresentação em painéis sendo que, no tema Conceitual, é aplicada a técnica dos *Chapéus do Pensamento* de De Bono, o que propicia uma “quebra de gelo” e interação total da turma de estudantes.

2.2. Os métodos criativos

2.2.1. Cenários, economia da experiência e storytelling

Segundo Mannermaa (1991, p.33), *cenários* são estudos do futuro, no qual este não se pode predizer, nem é o seu objetivo; ao contrário, o desenvolvimento de *cenários* procura construir diferentes alternativas de futuros e suas interligações. O entendimento inicial do problema de projeto se dá por meio de uma noção de construção de *cenários* visando à inovação. Esta conduz à identificação de tendências atuais por meio de uma pesquisa de tipologias e materiais – modalidade dedutiva, o que origina a geração de novas propostas e uma consequente mudança de paradigmas – modalidade indutiva. Dentro deste

contexto, a importância do desenvolvimento de uma narrativa própria de cada projeto também é abordada. Como instrumentação são apresentadas noções de *Economia da Experiência* (Pine, Gilmore, 2011) para identificação dos 4 “Es” (educação, entretenimento, estética e evasão) nas tipologias analisadas⁶. Ainda como instrumento auxiliar na condução da geração de um “ambiente narrativo” original, a disciplina começou, a partir de 2015, no exercício lúdico da semana inicial, referir-se a técnicas de *storytelling*⁷. Nesta técnica, os estudantes são estimulados a desenvolver uma ‘estória’ relacionada à geração da forma e usuário do projeto.

2.2.2. Conceito e palavra-chave

Conceito (do latim *conseptus*, do verbo *concipere*, que significa "conter completamente", "formar dentro de si"), substantivo masculino, é aquilo que a mente concebe ou entende: uma ideia ou noção, representação geral e abstrata de uma realidade. Pode ser também definido como uma unidade semântica, um símbolo mental ou uma "unidade de conhecimento". Um conceito corresponde geralmente a uma representação numa linguagem ou simbologia⁸.

O **Conceito** em um processo de projeto tem um sentido amplo e pode ser traduzido por uma sensação ou ação que o projetista quer evocar. Atua como uma espécie de “linha guia” e pode gerar uma ou mais “palavras-símbolo” ou “**Palavras-Chave**” de referência. Estas funcionam como ícones ou símbolos (metáforas ou analogias) a partir dos quais surgem os primeiros croquis e modelos que irão auxiliar na geração de ideias iniciais (Lupton, 2011, p.88). Esta estratégia se baseia numa visão heurística de um problema que, em um mecanismo de direcionamento para soluções de desenho, pode utilizar de referências arquitetônicas ou não.⁹

6 Segundo Lonsway, a *Economia da Experiência* “promove um engajamento intenso com os aspectos cotidianos da vida que foram até agora tidos como certos nos empreendimentos comerciais. Arquiteticamente falando, os economistas da experiência podem ter compreendido a capacidade empírica do projeto espacial (...)” Ele ainda argumenta que “a narrativa da experiência centrada no consumidor pode servir como uma tática construtiva para a formulação teórica de uma grande parcela de práticas arquitetônicas”. (Lonsway, 2009, p.2,3). A introdução de noções sobre *Economia da Experiência* na cadeira de Projeto Arquitetônico 2 (turmas C e B) da UFRGS deve-se à contribuição do Prof. Dr. Marcelo Schenk Azambuja, da UFCSPA.

7 “A narração de histórias (*storytelling*) na fase de formulação do problema mescla síntese e análise, fazendo conceitos abstratos mais concretos. Este também é um método eficaz de desenvolver empatia para com as partes interessadas, oferecendo inspiração para pesquisas posteriores e o trabalho de design.” (IDEO, 2009).

8 <http://pt.wikipedia.org/wiki/Conceito>

9 Rowe aponta que “ideias iniciais de projeto apropriadas fora do contexto imediato de um problema específico são frequentemente muito influentes quando desenvolvemos propostas de projeto. Muitas vezes as referências partem do domínio da arquitetura. Em outras ocasiões, entretanto, uma analogia é feita com objetos e conceitos organizacionais fora do campo da arquitetura. Algumas vezes estas se aplicam para mais de um projeto e assim são incorporadas como uma parte central do pensamento projetual do indivíduo”. Na visão de Rowe, existem cinco tipos de heurísticas: analogias antropométricas, analogias literais, relações ambientais, tipologias e linguagem formal. (Rowe, 1987, p.31,75). Já Ponsi

2.2.3. Técnica de brainstorming

Brainstorming, literalmente “tempestade cerebral”, é uma técnica utilizada para estimular a produção de ideias (...). O princípio do brainstorming é aquele da “suspensão de juízo”; na prática se trata de gerar uma grande quantidade de ideias em uma situação de grupo, separando a fase da geração daquela do juízo. (Gianandrea, 2009, p. 91).

O **Brainstorming**, técnica enunciada por Osborn em 1953, é aplicado contemporaneamente em várias áreas do conhecimento. Este é utilizado por designers como instrumento auxiliar na definição de problemas e elaboração dos conceitos iniciais de um projeto (Lupton, 2011, p.88). Conforme Jones, este atua como “um incremento na velocidade com a qual cada dado pode ser gerado nas primeiras etapas (de projeto), quando a estrutura do problema ainda não foi percebida ou transformada” (Jones, 1970, p.43). No exercício lúdico inicial, os alunos projetam uma “Casa na Árvore” embasada em um *conceito* e *palavra-chave* identificados por meio de um *brainstorming* individual transpostos ao projeto por analogia. O *brainstorming* é ainda utilizado em aula em duplas ou grupos de maneira mais estruturada quando da realização do *mapa mental* e, posteriormente, quando já assimilado como técnica, é aplicado repetidamente de maneira individual ao longo do semestre, a critério dos estudantes.



identifica sete tipos de analogias: analogias artísticas/literárias e musicais; analogias biofísicas; analogias geográficas e paisagísticas; analogias psicossociológicas; analogias topológicas e analogias de construção. (Ponsi, 2013, p.177,178).

Figura 2 - Exercício da Casa na Árvore; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano¹⁰

2.2.4. Mapa mental e gráfico de polaridades

O método do Mapa Mental, da década de 1960, desenvolvido pelo britânico Tony Buzan, é conhecido como diagrama em árvore ou fluxograma, e baseia-se no potencial de geração de ideias estruturadas de acordo com os conceitos iniciais. É um diagrama que representa palavras, ideias, tarefas ou itens ligados a um conceito central, dispostos em volta do conceito, em ramificações sucessivas. A partir de uma palavra ou conceito inicial, exploram-se graficamente todas as evocações associadas direta ou indiretamente a esse estímulo. O método é associado à representação visual de ideias, para ajudar a associação livre em processos de brainstorming. (...). Em arquitetura, esse método é usado nos desenhos, especialmente nos primeiros esboços. Quando se encontra um conceito comum entre os problemas, a mente relaciona os aspectos e acha uma nova solução (Kowaltowski, et al., 2011, p.51).

O **Mapa Mental** auxilia na fixação do conceito projetual e na proposição de ideias programáticas para o desenvolvimento das etapas posteriores. É realizado em duplas ou grupos por meio de *brainstorming* na fase de geração de ideias do tema Conceitual. A partir de uma palavra central, definida após visita ao sítio, são geradas *palavras-chave* que irão identificar sensações, atividades e demais associações livres com a tipologia estudada. É estimulado o uso de cor e croquis que representem as palavras, para fixação mental das mesmas. O passo a seguir, durante a fase de seleção de ideias do tema Conceitual, é a elaboração de um **Gráfico de Polaridades** (ou Diagrama de Matrix). Este é a estruturação das ideias geradas anteriormente por meio de um diagrama com dois eixos cartesianos que conformam polos opostos. No exercício os polos correspondem aos aspectos organizacionais do projeto (dentro, fora, público, privado). No centro é inserida a mesma palavra central utilizada no *mapa mental* e, em cada quadrante, as todas as demais palavras do *mapa mental* são “encaixadas” na combinação dos polos (Ex: público-fora; privado-dentro, etc.). As palavras podem ser repetidas, mas as cores devem ser mantidas para facilitar a leitura do processo.

2.2.5. Moodboard

O moodboard é constituído pelo designer por meio de um processo de colagem que reúne fotografias, imagens de revistas ou Internet, amostras de tecidos, desenhos, objetos, texturas e cores que, conforme Garner & McDonagh-Philp (2008), conseguem exprimir emoções e sentimentos relacionados ao *briefing* em questão (...) a relevância da ferramenta está mais em seu processo de criação do que em sua aparência final, já que, enquanto o designer escolhe e fixa as imagens no quadro, o moodboard lhe coloca em sintonia com o projeto, oportunizando a

¹⁰ Os trabalhos acadêmicos apresentados neste artigo são de autoria dos acadêmicos Ulisses Cardoso Romano e Vitoria Fetter (Figs. 3, 6, 7, 8, 9, 10). Reprodução autorizada pelos autores. N.A.

visualização de cenários possíveis (...) as imagens facilitam a identificação e superação de problemas de projeto por incrementarem o conhecimento do designer. (...) O moodboard apoia o designer por meio da articulação do pensamento imaginativo e do raciocínio por analogia, algo que ajuda na resolução de problemas complexos pela identificação de determinados aspectos por meio da articulação de aprendizados novos e antigos (...) ele assume a forma de um “guia” que é acessado para a retomada ou exclusão de informações enquanto o processo de projeto se realiza¹¹.

Após o *gráfico de polaridades*, ainda na etapa de seleção de ideias (pensamento convergente) do tema Conceitual, elabora-se um **Moodboard Conceitual**. Nele os estudantes selecionam algumas palavras do *gráfico de polaridades* e buscam imagens em sites ou revistas que as represente. A ideia é que as referências visuais abstratas sejam capazes de transmitir o “estado de espírito” ou “atmosfera” do projeto. A maneira como as imagens são transpostas é livre e individual. Já durante os temas Programático e Construtivo, são elaborados **Moodboards Arquitetônicos** conformados por referências arquitetônicas – estes possuem um caráter mais concreto no que diz respeito aos elementos técnico-construtivos e espaciais empregados.



Figura 3 - Mapa Mental, Gráfico Polaridades e Moodboard conceitual; 2014/1.
Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

¹¹ <http://goo.gl/ZbYRLX>



Figura 4 - Moodboard Arquitetônico; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

2.2.6. Os Chapéus do Pensamento de Edward de Bono

O método dos Chapéus de De Bono é uma ferramenta de análise de ideias. (...) permite empregar um estilo de interação construtiva, que simplifica o pensamento, enfocando o tema (em discussão) sob perspectivas específicas, com clareza e sem confrontos. Seis chapéus são usados em sessões alternadas e por todos os presentes ao mesmo tempo – para definir o tipo de pensamento que será exercitado em dado momento. Há a sessão de identificação de riscos (chapéu preto), a de gerar ideias (chapéu verde), a de apurar informações (chapéu branco), a de expor emoções (chapéu vermelho), a de buscar uma visão positiva (chapéu amarelo) e a de ordenar a própria reunião (chapéu azul). (De Bono, 2008).

Criada por De Bono da década de 1980, a técnica dos Chapéus (De Bono, 2008) é utilizada em vários campos de trabalho e ensino, desde empresas até escolas. Tem como finalidade a ordenação do pensamento ao neutralizar a “confusão mental” que pode ocorrer durante um debate ou sessão de avaliação. Trabalha com o “pensamento paralelo” (generativo, provocativo, exploratório, probabilístico, não sequencial) - em contraste com o pensamento vertical (seletivo, analítico, convencional, finito, sequencial) na busca de uma mudança de padrões (De Bono, 1990). No ateliê, esta técnica é utilizada na etapa de avaliação do tema Conceitual. Os estudantes são convidados a elaborar um chapéu de determinada cor para a sessão de avaliação dos *Moodboards Conceituais* (acompanhados dos respectivos Mapas Mentais e Gráfico de Polaridades). À medida em que a apresentação dos trabalhos ocorre, os estudantes trocam de chapéus para

poderem, desta maneira, participar de todos os enfoques da crítica. Em um momento ainda inicial do semestre, a técnica rompe barreiras de comunicação e isenta o interlocutor de uma carga pessoal comumente atribuída à crítica.



Figura 5 - Exercício dos Chapéus; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

2.2.7. Desenhos e Maquetes Analógicas

O ensino de projetos por meio de croquis e maquetes de estudo estimulam a contradição e a ambivalência, fundamental para o pensamento. São imagens nebulosas, imprecisas e ambíguas, porém altamente sugestivas e propulsoras do processo projetual: método mais que artefatos. O desenho é uma forma e um lugar de pensar. A maquete de estudo constitui figura provisória que atua simultaneamente como resolução e formulação de problemas, promovendo a reflexão a respeito da materialidade do que se está projetando. No ateliê de Projetos, esses recursos acompanham o processo nas mais variadas escalas, durante as fases de definição de conceito, partido de implantação, estudo formal, lançamento estrutural e apresentação de produto final.



Figura 6 - Estudos de Implantação, volumetria e estrutura Unidade; 2014/1.
Fonte: Ulisses Cardoso Romano

3. ANÁLISE – O ATELIER DE P2

3.1. O Problema Proposto – O Hotel Design

O tema do semestre é um “Hotel-Design” nas margens do rio Guaíba. O anteprojeto pressupõe a concepção e resolução construtiva de um pequeno conjunto de edificações: 16 “unidades de repouso” de 60m² conectadas por um sistema de movimentos. O semestre se inicia com um exercício lúdico de uma semana: a Casa na Árvore, a ser inserida posteriormente no projeto. O processo projetual é construído pelos alunos por meio de uma série de exercícios organizados durante as quatro fases temáticas. As escalas trabalhadas compreendem o desenho paisagístico da implantação na 1:1000/ 1:500, o desenvolvimento e detalhamento das unidades de repouso na 1:100/1:50/1:25/1:10, a ambientação e especificação de equipamentos internos na 1:25. O modelo adotado parte do geral para o particular e, na finalização, retomam-se as relações entre as construções propostas e o entorno natural. As aulas são essencialmente práticas, complementadas por aulas expositivas semanais. A cada fase temática finalizada são realizados painéis de avaliação. A entrega final é uma compilação revisada das fases anteriores, apresentada em formato digital e acompanhada de maquetes analógicas da unidade na 1:50.

3.2. Tema conceitual – O Hotel Design

O tema Conceitual constitui a primeira aproximação ao problema de projeto. Implica uma compreensão genérica por meio de pesquisa tipológica de precedentes compatíveis e tem como objetivo a definição do conceito de Hotel Design e seu “público-alvo”. **O Hotel Design, análogo a uma pousada, é um tema apropriado pois, apesar de representar uma inovação no ramo da hotelaria, é familiar para os estudantes. Trata-se de projetar uma pequena unidade de repouso cuja repetição gera um conjunto conectado por um sistema de movimentos.** Aqui entram as noções básicas da “Economia da Experiência” (Pine, Gilmore, 2011) e a pesquisa de tipologias que propõe uma breve construção do cenário hoteleiro nacional e internacional. Dentro deste panorama, é estimulada a busca da inovação conceitual das propostas. Esta fase compreende as seguintes exercitações: 1. Introdução ao conceito de *Economia da Experiência* e construção de cenários; 2. Pesquisa, Análise e Apresentação de Tipologias de Hotéis; 3. Definição do Conceito do Hotel (após a visita ao terreno): Exercício de *brainstorming*; *mapa mental* e *gráfico de polaridades*; desenhos analógicos; 4. Elaboração de *moodboard conceitual* analógico ou digital; 6. Análise: método dos *Chapéus do Pensamento*.

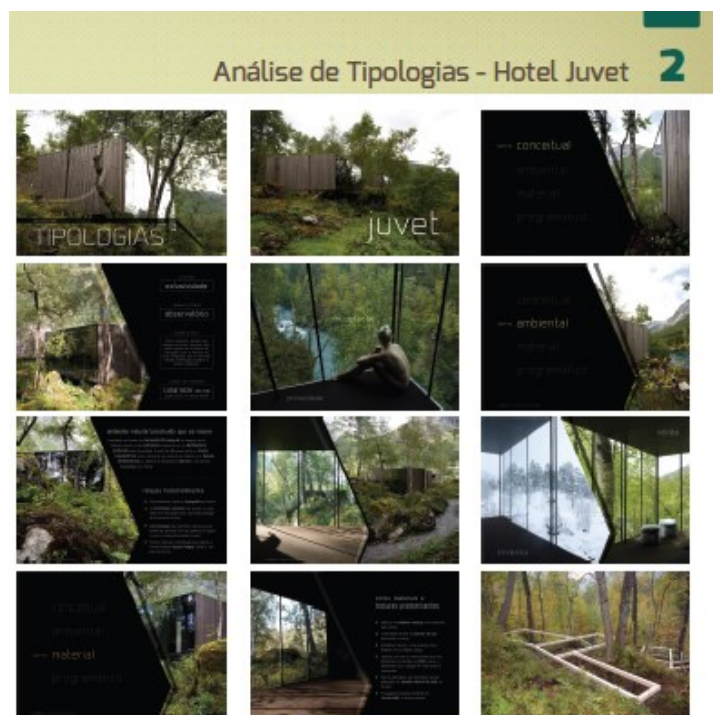


Figura 7 - Análise tipologia; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano

3.3. Tema ambiental

O tema Ambiental preconiza a proposição de relações consistentes entre a arquitetura e a paisagem. Considera-se estimulante para o trabalho no ateliê de Projetos 2, a escolha de um lugar significativo e carente de soluções para os gaúchos: a orla do rio Guaíba. A escolha de um sítio em Itapuã, Viamão, local com grande potencial paisagístico e turístico, próximo à cidade de Porto Alegre leva em consideração o grande potencial paisagístico e turístico do local. O programa do ateliê demanda a resolução de acessos, passeios e jardins, além de lugares de contemplação e enquadramento da paisagem. Esta fase compreende as seguintes exercitações: 1. Visita ao local para levantamento; croquis, fotografias; 2. Apresentação de análise do terreno com estudo de zoneamento de atividades e unidades; 3. Elaboração de maquete analógica.

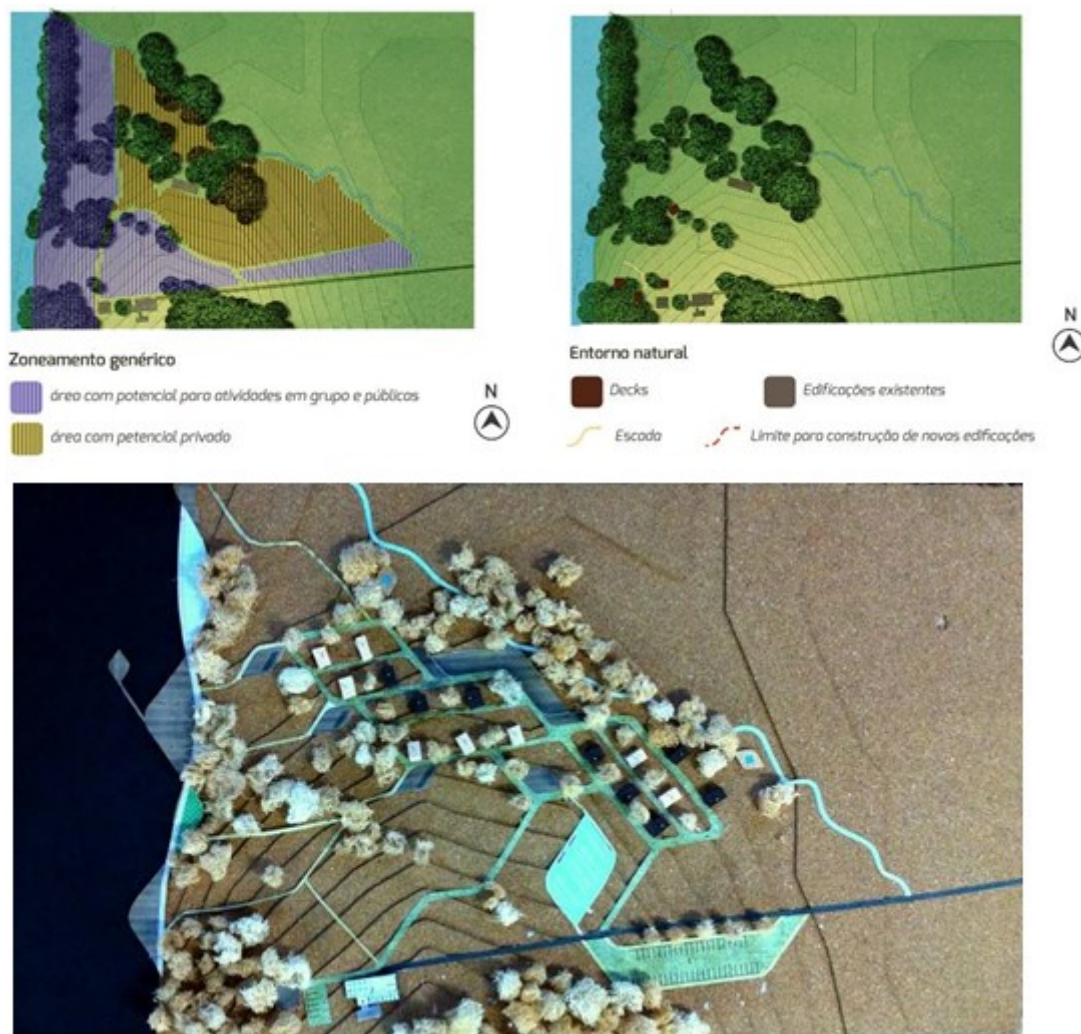


Figura 8 - Análise Terreno: zoneamento, situação existente, maquete partido; 2014/1.
Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

3.4. Tema Programático

O tema Programático preconiza a proposição de novos usos de lazer que visem um impacto revitalizador local e metropolitano. Este atua em dois níveis de escala: a da paisagem e a do objeto, objetivando o lançamento do partido geral da implantação, das unidades de repouso e a amarração entre ambos na fase final do semestre. O Hotel Design proposto deve permitir a permanência temporária de visitantes na orla de maneira confortável e adequada à condição natural e não urbana do lugar, desdobrando-se em dois tipos de edificações: o das unidades de repouso desenvolvidas a partir de ambientes únicos ou compartimentados, decorados e mobiliados; e um *club house*: pavilhão que contém os espaços de uso coletivo e de serviço do conjunto. São também elementos do programa a acessibilidade e as questões de infraestrutura básica para o funcionamento do hotel e das unidades, como soluções de conforto térmico,

abastecimento de energia, abastecimento de água e tratamento de esgoto, depósito de gás e lixo, etc. Esta fase compreende as seguintes exercitações:

- Partido geral de implantação: 1. Retomada do conceito do hotel, da análise do terreno e do estudo de zoneamento prévio de atividades; 2. Lançamento de partido geral de implantação a partir de *palavra-chave* (analogia) com maquete, croquis e desenhos digitais; *moodboard* de materiais e equipamentos; definição de público-alvo (hospedes), nome e slogan do hotel;
- Partido das unidades de repouso: 1. Retomada do Conceito do Hotel 2. Elaboração de *moodboard arquitetônico* das unidades de repouso; croquis e maquete conceitual com definição de palavra-chave das unidades (analogia); 4. Pré-dimensionamento e desenvolvimento do projeto das Unidades – maquete, croquis e desenhos digitais;
- Desenvolvimento e “amarração” áreas comuns e unidades: complementação de proposição de equipamentos para o espaço aberto; croquis e desenhos digitais.



Figura 9 - Conceito, palavra-chave, estudos e moodboard da implantação; 2014/1.
Fonte: Ulisses Cardoso Romano.



Figura 10 - Desenho de implantação; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

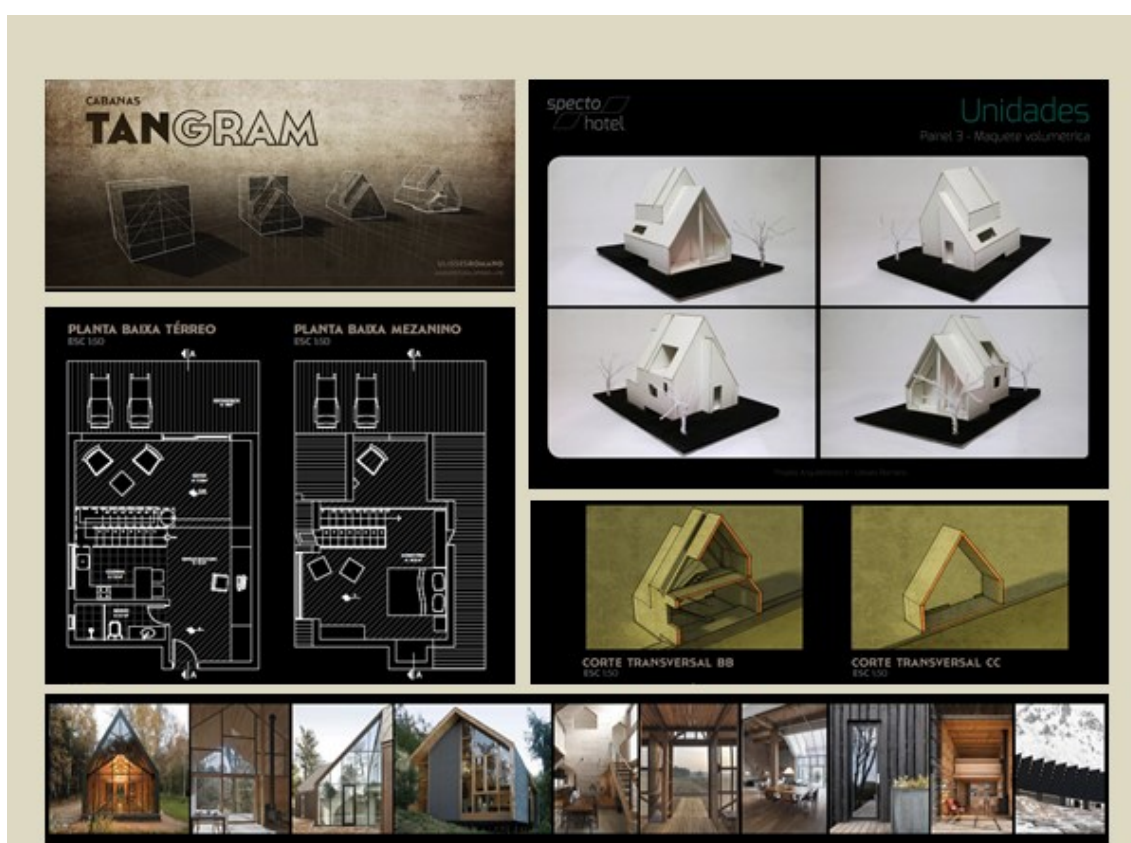


Figura 11 - Estudos de volumetria, plantas e referências das unidades; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano



Figura 12 - Áreas Comuns e Unidades; 2014/1. Fonte: Ulisses Cardoso Romano.

3.5. Tema Material

O tema material preconiza os aspectos tectônicos na caracterização da forma e da identidade conceitual. Tem por objetivo promover uma arquitetura centrada nas suas qualidades materiais e construtivas e produz uma série de documentos que detalham e especificam esta materialidade. Incentiva-se o emprego de materiais da região e a pesquisa de novos sistemas construtivos para as edificações¹². O tema Material inclui a arquitetura de interiores das unidades e, em algumas ocasiões, a proposição de um elemento mobiliário original relacionado ao seu conceito. São abordadas ainda noções de sustentabilidade. Esta fase compreende as seguintes exercitações: 1. Pesquisa do sistema construtivo das unidades; *moodboard* de referências arquitetônicas (revestimentos externos e internos); 2. Lançamento de sistema estrutural das unidades; de maquete e axonométrica explodida; 3. Detalhamento técnico-construtivo das unidades; desenhos digitais e croquis; 4. Pesquisa e especificação de elementos de ambientação de interiores; planilha de especificações;

¹² Recentemente a disciplina tem incentivado o uso de estrutura a seco, tipo *woodframe* (madeira de reflorestamento) e *steelframe*. Neste sentido têm sido realizadas visitas em obras e fábricas que desenvolvem nacionalmente estas tecnologias. N.A.



Figura 15 - Ambientação de interiores das unidades; 2014/1.

Fonte: Ulisses Cardoso Romano

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ideias criativas resultam da aplicação de operações mentais em estruturas do conhecimento, e sua originalidade é determinada pelos processos empregados e pelo modo como o conhecimento é acessado. (...). Na área acadêmica, a educação formal orgulha-se de sua excelência em conceitos de ciências, e o ensino de projeto baseia-se na repetição de estudos de caso em um ateliê. Para atender à dinâmica complexa da sociedade, o ensino precisa passar por mudanças, e vários métodos são testados para preparar futuros arquitetos aos desafios. O estudo de métodos que estimulem a criatividade mostra o potencial de aplicação desse conhecimento às práticas de projeto que resultem em reconhecida qualidade em arquitetura (Kowaltowski et al., 2011, p.54).

Parte-se da ideia de que ensinar a projetar é exercitar o *processo* que conduz à produção documental arquitetônica, ou seja, implica a proposição de um método de trabalho teórico-prático fundamentado na ideia do aprender fazendo. Experiências didáticas que visem a estruturação do problema projetual são, portanto, de extrema importância para seu entendimento. Entretanto, conforme escreve Lawson (2005, p.123), “não existe uma solução ótima para um problema de projeto, mas sim uma grande variedade de soluções aceitáveis”. Este artigo

apresenta as experiências didáticas de uma metodologia que vem sendo empregada há quatro anos pela (s) autora (s), em uma disciplina de ensino de projeto do quarto semestre, contabilizando cerca de 150 estudantes. Até o momento, os resultados didáticos apresentados têm sido extremamente positivos ao acrescentarem ao saber acumulado até então, elementos instigadores do processo criativo. Na fase temática conceitual, a aplicação dos exercícios estruturados de *mapa mental* (por meio de *brainstorming*), *gráfico de polaridades* e *moodboard* ressaltam a importância, para os alunos, da definição e fixação de um conceito projetual no qual embasar suas propostas. Na sequência, a construção de um *cenário* da tipologia estudada, reforça a noção de arquitetura como experiência a ser vivenciada pelo usuário¹³; já na etapa de avaliação destes exercícios, a técnica dos chapéus de De Bono faz com que todos participem do processo de avaliação, além de promover o espírito crítico e a interação do grupo, eliminando o caráter pessoal da crítica. Na fase temática programática, o uso de *palavra-chave* de lançamento de partido por meio de analogias não literais, relacionadas ao conceito da tipologia, facilita o sempre difícil início em face da “folha em branco”. Já o uso de *moodboards arquitetônicos*, nas fases temáticas programática e material, faz com que se promova e fixe, de maneira estruturada, informações que irão servir na conformação do objeto arquitetônico. No entanto, até o momento, as técnicas criativas empregadas estão concentradas em todas etapas do tema conceitual, nas etapas iniciais de análise e síntese do tema programático e apenas na etapa de análise do tema material. Sendo estas consideradas experiências em evolução, a disciplina almeja dar continuidade as mesmas e investir em novas técnicas criativas, ampliando seu escopo¹⁴.

REFERÊNCIAS

Andrade, M.; Ruschel, R. & Carvalho Moreira D. (2011). **O Processo e os Métodos**. In: Kowaltowsky, D.; Moreira, D.; Petreche, J.; Fabricio, M. (Orgs.). *O Processo de projeto em Arquitetura - da teoria à tecnologia*. São Paulo: Oficina de Textos.

Benz, Peter, Ed. (2015). *Experience Design. Concepts and case studies*. London: Bloomsbury.

Broadbent, G. (1973). *Design in Architecture; architecture and the human sciences*. Londres: John Wiley and Sons.

¹³ As bases teóricas da arquitetura da experiência são tratadas em: Benz, 2015.

¹⁴ Em um primeiro momento está sendo previsto na fase de síntese (pensamento divergente) do tema material a prototipagem rápida e, no tema material, também na fase de síntese, a narrativa com incursões em filme e som. N.A.

Corona Martinez, A. (1991). *Ensayo sobre el proyecto*. Buenos Aires: CP 67 Editorial.

De Bono, E. (1990). *Lateral Thinking, Creativity step by step*. New York: Harper Perennial.

De Bono, E. (2008). *Os Seis chapéus do pensamento*. (W. Lagos, Trad.). RJ: Sextante. (Obra original publicada em 1985).

Gianandrea, F.R. (2009). *Creativita forever*. Milão: Franco Angeli.

IDEO. (2009). *Human Centered Design IDEO Tool Kit*. 2nd Ed. <<http://goo.gl/PXAAGU>>

IDEO method cards. (2015). São Francisco: **William Stout Architectural Books**.

Jones, C. (1970). *Metodos de diseño*. Barcelona: GG.

Kowaltowski, D., Bianchi, G. & Petreche, J. (2011). **A Criatividade no processo de projeto**. In: Kowaltowsky, D.; Moreira, D.; Petreche, J.; Fabricio, M. (Orgs.). *O Processo de projeto em Arquitetura - da teoria à tecnologia*. São Paulo: Oficina de Textos.

Lawson, B. (1991). *How Designers Think*. 2nd ed. London: Butterworth Architecture.

Lawson, B. (2004). *What designers know*. Oxford: Architectural Press/Elsevier.

Lawson, B. (2005). *How designers think: the design process desmystified*. 4th ed. Oxford: Architectural Press/Elsevier.

Lonsway, B. (2009). **Making Leisure Work**; architecture and the Experience Economy. Londres: Routledge.

Lupton, E. (2011). *Graphic design thinking: beyond brainstorming*. NY: Princeton Architectural Press.

Mannermaa, Mika. (1991). *In Search of an Evolutionary Paradigm for Futures Research*. In: Futures, Vol. 23, Issue 4, pp.349-372.

Padova, P., Piardi, S. (2009). *Castelli di Sabbia. Fare e disfare per progettare. Riflessioni sulla didattica del progetto di interni e sull'uso del Laboratorio di Allestimenti*. (Notas para artigo/2009), Milão, Politecnico di Milano.

Piardi, S., Padova, P. Ponzio, A. (2010, June). **How to teach innovative interior design with creative procedures**; *Proceedings of the 2nd International Conference on Design Education - Connected 2010*, University Of New South Wales, Sydney, Australia, 28.

Pine, J., Gilmore, J. (2011). **The experience economy**. Boston: Harvard Business School Press.

Ponsi, A. (2013). **L'Architettura dell'analogia**. Siracusa: Lettera Ventidue.

Rowe, P. (1992). **Design thinking**. Massachusetts: MIT.

Artigo Recebido em: 28/10/2015

Aceito para publicação em: 30/11/2015

Modalidades de gestão social no Brasil

Maria Tereza Gonçalves^{*}

Samira Kauchakje^{**}

Tomás Antonio Moreira^{***}

Resumo:

No Brasil a gestão social se configura num processo complexo, devido à sua assimetria diante das políticas econômicas, ambiental e política. A gestão social é um grande desafio que envolve a articulação de garantia de direitos, a ampliação da noção de desenvolvimento social, o papel do Estado e a busca de um paradigma de gestão. A análise foca-se nas modalidades de gestão social no Brasil. Dentre as conclusões destaca-se, por um lado, que a gestão social se encontra diante de diversos e complexos enfrentamentos, sendo que os modelos de gestão adotados ao longo do tempo têm se mostrado insuficientes diante de tais complexidades. Por outro lado, aponta-se que o ideário produzido em torno de uma gestão democrático-participativa tenciona a hegemonia da gestão gerencial no país, de modo que essa tensão pode representar uma potencialização entre eficiência e democracia.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Direitos Sociais; Gestão Social; Desenvolvimento Social; Estado.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Gestão Urbana pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atualmente é gestora de projetos da Fundação de Ação Social, órgão da Prefeitura Municipal de Curitiba. Possui experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Criança, atuando principalmente nos seguintes temas: Família, Políticas Públicas, Gestão Social, Modelos de Gestão, Intersetorialidade, Redes e Violência Doméstica. Contato: terezag@terra.com.br

** Possui duas graduações: é Cientista Social - formação na área de Política pela Universidade Federal do Paraná e Assistente Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação e Doutora pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora PQ (2) - CNPq. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana e Curso de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

*** Professor Adjunto no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), São Carlos - Brasil, pertencente à Área de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Ph.D. em Estudos Urbanos pela Université du Québec à Montréal - Canadá, com título revalidado pela USP. Consultor ad hoc da FAPESP. Foi professor visitante na Université de Rennes 2, no Laboratório Espaço e Sociedade - ESO - Rennes, França (2013). Foi Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana. Atua principalmente nos temas de políticas públicas habitacionais e fundiárias, instrumentos urbanísticos, urbanização, mobilidade urbana, governança e participação social.

Abstract: Brazilian social management modalities

In Brazil the social management is configured in a complex process. This is due to its asymmetry with respect to economic policy, environmental policy and. Social management is a major challenge that involves the articulation of warranty rights, expanding the notion of social development, the role of the state and the search for a management paradigm that respects the new status given to the social area. The analysis focuses on the methods of social management in Brazil. Among the findings it is noted that the management models adopted in Brazil has proved insufficient. It is also noted that the ideas produced around a democratic-participative management creates tensions in the hegemony of the managerial organization in the country, so that tension may represent a potentiation between efficiency and democracy.

Key Words: Public Policies; Social Rights; Social Management; Social Development; State.

Resumen: Arquetipos de gestión social en Brasil

En Brasil, la gestión social se configura en un proceso complejo debido a su asimetría delante de las políticas económicas, ambientales y políticas. La gestión social es un reto importante que implica la articulación de los derechos, la ampliación de la noción de desarrollo social, el papel del Estado y la búsqueda de un paradigma de gestión. El análisis se centra en los métodos de gestión social en Brasil. Entre las conclusiones se destaca, por un lado, la gestión social se enfrenta a diversas y complejas confrontaciones, y los modelos de gestión adoptados a través del tiempo han demostrado ser insuficientes frente a tales complejidades. Por otro lado, se observa que las ideas producidas alrededor de una gestión democrática participativa tiene la intención hegemonía de organización empresarial en el país, de modo que la tensión puede representar una potenciación entre la eficiencia y la democracia

Palabras claves: Políticas Públicas; Derechos Sociales; Gestión Social; Desarrollo Social; Estado.

1. APRESENTAÇÃO

O presente artigo tem como temática principal a gestão social. Tem-se por objetivo levantar elementos que considerem a necessidade de estruturar uma nova forma de gestão. Para tal, serão apresentados alguns conceitos de gestão social, em seguida, serão apresentadas as modalidades de gestão pública e quadro analítico na tentativa de pontuar, a partir das características de cada modelo, fatores que favorecem ou que podem constituir-se em obstáculos para a prática da gestão social. Para encerrar serão apresentadas considerações em torno da

possibilidade de estruturação processual de uma nova forma de gestão pública, já que os modelos adotados não obtiveram êxito, no que diz respeito ao atendimento das demandas da população.

2. GESTÃO SOCIAL: GARANTIA DE DIREITOS

A gestão social no âmbito do setor público (estatal e privado) está envolto em situações complexas que remetem à necessidade de envolvimento dos diversos setores sociais para que haja um atendimento satisfatório diante das necessidades da população. Estas, a partir da Constituição Federal de 1988, são reconhecidas como direitos. Os novos direitos sociais, garantidos a partir da Constituição, dizem respeito à assistência social e segurança alimentar, bem como, a partir de 2000, à habitação. Os demais já eram reconhecidos como direitos sociais, em especial saúde e educação. Estes diversos direitos sociais são necessidades integradas da população.

A gestão social tem sido definida por diferentes autores na compreensão da garantia de direitos dos cidadãos. Para Kauchakje, a gestão social refere-se à "gestão de ações sociais públicas para o atendimento de necessidades e demandas dos cidadãos, no sentido de garantir os seus direitos por meio de políticas, programas, projetos e serviços sociais" (KAUCHAKJE, 2007, p.27). A garantia de direitos se concretiza por meio de políticas públicas que "são instrumentos de ação do governo a serem desenvolvidas em programas, projetos e serviços de interesse da sociedade" (KAUCHAKJE, 2007, p.26).

Cohen e Franco, da mesma forma, entendem que as políticas sociais são a concretização dos direitos reconhecidos constitucionalmente, sendo que essa concretização é de responsabilidade do Estado como caráter primordial e que a gestão social "é a responsável pela administração dos meios colocados à disposição da política para alcançar os fins dos programas e projetos" (COHEN e FRANCO, 2007, p. 71).

Para Fischer a gestão social é caracterizada por:

um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e social. Sendo um processo social e envolvendo negociação de significados sobre o que deve ser feito, por que e para quem, a gestão não é uma função exercida apenas por um gestor, mas por um coletivo que pode atuar em grau maior ou menor de simetria/assimetria e delegação, o que traz uma carga potencial de conflito de interesse entre atores envolvidos e entre escalas de poder (FISCHER, 2002, p. 27).

Desta forma, a autora aborda a complexidade no interior da gestão social. No entanto, a gestão social está intimamente ligada a outras dimensões como a econômica, a ambiental e a política.

No Brasil a gestão social se configura num processo complexo devido à sua assimetria diante das políticas econômicas (COHN, 1998; KLIKSBERG, 1998; POCHMANN, 2003; KOGA, 2003). Kliksberg (1996, p. 81) afirma que dentro da macroestrutura do setor público, este “tende a ser um setor fraco”, pois, possui influência limitada diante de grandes decisões, sua situação hierárquica diante de outros setores é inferior, e não raro, é privado de decisões fundamentais do governo, em especial as relacionadas às políticas econômicas. Ele sustenta que essa marginalização da política e da gestão social é responsável, em certa medida, pela reprodução e intensificação dos problemas sociais. Ademais, de acordo com Koga “este tratamento subalterno dado ao âmbito das políticas sociais públicas brasileiras tem resultado na crescente mercantilização dos serviços tidos como básicos à população” (KOGA, 2003, p. 23).

Dowbor (1999) apresenta uma leitura que dilata a compreensão da área social. Esta é vista como uma área central, que envolve vários setores (educação saúde, assistência social, cultura, habitação e outras), mas que também é uma dimensão de todas as outras atividades, inclusive as produtivas. Ele afirma, para tal, que a área social não é um apenas um meio, mas se constitui na finalidade da sociedade onde o meio seria a área econômica. Ele afirma ainda que essa forma de compreender a área social é muito recente e parte, segundo Kliksberg (1998), da mudança de noção do que é desenvolvimento social, motivada pela queda do paradigma de que o crescimento econômico acelerado iria garantir a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Desta forma, o crescimento econômico não se sustenta mais como fundamento para o desenvolvimento social sendo que:

a percepção cada vez mais generalizada da ineficiência do modelo de derrame sugere que as relações entre o setor econômico e o social são muito mais complexas do que o modelo supunha, e que, como outros modelos na história, os fatos terminaram por desacreditá-lo, sendo, então, necessário buscar novos rumos (KLIKSBERG, 1998, 23).

Segundo Dowbor (1999) os paradigmas de gestão herdados não conseguem dar suporte instrumental à gestão social já que estes têm “sólidas raízes industriais” e se baseiam em experiências empresariais, da mesma forma os paradigmas da gestão pública, até hoje experimentados, não alcançam as necessidades reais para uma gestão social que alcance as necessidades da população.

A agilidade e flexibilidade que exigem as situações sociais muito diferenciadas não podem mais depender de intermináveis hierarquias estatais que paralisam as decisões e esgotam os recursos (DOWBOR, 1999, p. 36).

De acordo com Dowbor (1999, p.36), a gestão social é "uma área à procura do seu paradigma organizacional", uma área que está buscando formas, ou novos rumos para sua efetivação. Essa forma está por ser definida ou construída, já que os modelos vigentes não alcançam as necessidades de capilaridade que caracterizam a área social.

As ações sociais – sejam elas de saúde, educação ou assistência social – devem atingir a todos, pessoa (indivíduo), família, grupo, comunidade (DOWBOR, 1999). Estes se encontram em situações bastante diferenciadas e com necessidades igualmente diversas dependendo da região do país em que se localizam, em função de necessidades, estruturas, distribuição de riquezas, formas de gestão do setor público e diversas características diferenciadoras das regiões do país. Diante disso, tais ações, além da capilaridade, devem também respeitar as diferenças de cada local.

Seguindo a mesma linha, Kliksberg defende a ideia de que é desejável que a gestão social construa a sua própria “agenda de gerenciamento” e para tal afirma que esta área possui características singulares:

atores institucionais múltiplos, necessidade de articulá-los, redes, ‘turbulência’, imprescindibilidade de participação por seus amplos efeitos positivos, necessidade de respeito pelas culturas locais e incidência de fatores políticos, demográficos e de diversas índoles (KLIKSBORG, 1999, p. 79).

Neste sentido, Dowbor (1999) e Koga (2003) alertam que a complexidade aumenta já que esta se constitui numa área de interesse do mercado, que tem como fundamento o lucro, sendo caracterizada da seguinte forma por Dowbor "uma nova mina de ouro" e por Koga como um “processo de mercantilização” dos chamados serviços públicos. Um país onde imperam as desigualdades sociais põe em questão o debate em torno do papel do Estado na gestão social.

A gestão social, desta forma, é um grande desafio que envolve a articulação de: garantia de direitos por meio da ação das políticas públicas, a ampliação da noção de desenvolvimento social, o papel do Estado e a busca de uma forma organizacional ou de um paradigma de gestão que respeite a nova condição dada à área social ou sua tendência a se tornar central, e ainda às suas características específicas.

Para Carvalho (1999) e Kauchakje (2007), a gestão social se refere à gestão de ações sociais públicas. A gestão pública, em especial do Estado, tem adotado modelos para a gestão social. Tais modelos têm características distintivas entre si,

estão situadas em momentos históricos diferenciados, o que não anula uma convivência de determinadas características num mesmo período histórico.

3. GESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O processo de gestão social no Brasil envolve o enfrentamento de questões que se entrecruzam, tais como: vasta área territorial; desigualdades territoriais; desigualdade social, profundas diferenças culturais, aceleração do crescimento das grandes cidades, aglomerações, metrópoles e macro-metrópoles, concentração de renda, variadas e sucessivas crises num passado recente.

Para citar algumas, a chamada crise da dívida externa, ocorrida no final da década de 1970, início da década de 1980; a crise gerada pelo Plano Collor no início dos anos 1990 com o bloqueio de ativos financeiros impactando na produção; o desequilíbrio das contas públicas e crescimento do endividamento público, somado à perdas de reservas (mesmo num contexto de privatizações dos bancos estatais e serviço de telecomunicações, eletricidade e mineração) e dificuldades nas exportações; a chamada crise cambial 1997/98; sem deixar de mencionar os acordos com o FMI, característicos desse período. Alguns autores referenciam que esse período, em especial a década de 1990, foi de adoção de um modelo econômico de corte neoliberal, período este marcado pelas privatizações, pela liberalização do comércio e a desregulamentação que se caracterizou pelo aumento da competitividade com a anulação de decretos e leis que restringiam alguns setores, por meio de monopólios ou controle de preços. Um período oscilante nas atividades produtivas que geram desemprego e expansão de ocupações precárias ou não regulamentadas – de acordo com Pochmann (2003) uma resignificação dos agregados sociais, antes característicos das atividades rurais, mas que se reconfiguram na urbanidade. Estes, por sua vez estão excluídos do processo produtivo pelo que Pochmann (2003) denomina de ciclo de financeirização da riqueza a que o Brasil está submetido, contrário à democratização da riqueza, onde o primeiro está ligado à acumulação da riqueza e a segunda à distribuição e redistribuição de bens, serviços e recursos (POCHMANN, 2003).

A ação do Estado na década de 1990 é marcada pela crise fiscal, priorização de privatizações, crise política, entre outras, que contribuíram para a reprodução da desigualdade social, gerando assim, um acúmulo na demanda de atendimento que se adensa e se complexifica.

Nos dias de hoje há uma retomada da importância do Estado regulando e atendendo o mercado e um fortalecimento de programas sociais ligados à transferência de renda. Arbix (2007) e Neri (2007) apontam que o período de

2001 - 2005 pode ser reconhecido como um período de redução da desigualdade, onde houve a redução da pobreza. Enfatizam que tal redução se deu em grande medida pela redução da desigualdade e não só pelo crescimento econômico. Como causa, eles apontam uma combinação entre os fatores econômicos, políticos e sociais ligados ao papel do Estado, dentre elas as principais são, em primeiro, a estabilidade da moeda produzida pelo Plano Real, que tem como consequência direta o controle da inflação, o que possibilita planejamento e controle sobre orçamento; em segundo, uma distribuição de renda distinta nos anos de 2001 a 2005 onde houve “uma queda de 0,2% contra 4% de ganho dos mais pobres” (NERI, 2007, p. 59) que culminou “em 2006 com o nível mais baixo de desigualdade de renda nos últimos 30 anos” (ARBIX, 2007, p. 132); e, em terceiro, investimentos em políticas sociais de redistribuição de renda. É importante ressaltar que nesse período o governo federal implantou vários programas de transferência de renda como o bolsa-alimentação (Ministério da Saúde), o bolsa-escola (Educação), o auxílio gás (Minas e Energia), o cartão alimentação (segurança alimentar Ministério do Desenvolvimento Social), que foram unificados, em 2004, no Programa Bolsa Família, o qual integra tais ministérios, procurando atuar de forma integrada e sistêmica (FONSECA e VIANA, 2006, p. 461).

É importante ainda destacar a questão da subordinação das políticas sociais ao monopólio das políticas econômicas. Essa velha, mas atual, dicotomia tem urgência em ser superada e segundo Cohn (1998, p.144) é nesse contexto que surgem a necessidade e a emergência dos debates em torno do desenvolvimento sustentável, em especial para propostas de desenvolvimento em nível local. Conforme Cohn (1998), há um consenso em torno do debate atual que o Brasil não é um país pobre e sim um país injusto, o que mantém a reprodução de inúmeras desigualdades sociais; também se constitui num país de significativa dimensão geográfica e populacional, o que complexifica os processos de gestão e em especial da gestão social, dadas as diferenças regionais ou mesmo municipais existentes.

A gestão social se encontra, desta forma, diante de diversos e complexos enfrentamentos, sendo que os modelos de gestão adotados ao longo do tempo têm se mostrado insuficientes diante de tais complexidades.

4. MODALIDADES DE GESTÃO NO BRASIL

No Brasil a gestão social acompanhou as modalidades de gestão implementadas nos diferentes momentos históricos. Dowbor (1999), afirma que os serviços que compõe a área social têm necessidades específicas, no entanto, alterna “burocratismos estatais ultrapassados e privatizações desastrosas” em sua gestão,

por não dispor de paradigmas adequados diferente das áreas produtivas que possuem um acúmulo teórico em termos de gestão. Segundo Kauchakje (2007), estas devem ser compreendidas não como formas puras, mas como tendências que se articulam em determinados momentos. Não são lineares e, características de uma e de outra, permanecem com o decorrer das mudanças implementadas. Pode-se dizer, em termos gerais, que há uma superposição de modelos. Há traços bem delimitados de todos os modelos, convivendo no dia a dia do processo de gestão social, sendo que algumas práticas caem em desuso e se acrescentam outras que se julgam mais adequadas ou novas, ao mesmo tempo em que velhas práticas continuam em uso. Não há uma mudança por completo, há sim características de inovação, algumas ações inovadoras que se incorporam processualmente.

Para Bresser Pereira, na linha da administração tradicional, a administração pública no Brasil tem sua evolução em três modelos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada. Essa divisão em modelos permite a aproximação do contexto e das mudanças processadas num período. Nesta perspectiva de compreensão dos modelos, Kauchakje (2007), apresenta cinco modalidades de gestão social e que estas estão inseridas num contexto sociocultural, portanto ligadas a momentos históricos dentre os quais, um ou outro modelo, ganha predominância: gestão patrimonial; gestão técnico-burocrática; gestão gerencial; gestão democrática-participativa e gestão em redes.

5. GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial se caracteriza por abordagens de utilização do Estado para interesses privados e está voltada a interesses particularizados de grupos dominantes (KAUCHAKJE, 2007, p.88). Segundo Zanlorenzi (2007), esta gestão está situada nas primeiras formas que tomou a nação brasileira. Obviamente essa denominação "patrimonial" é dada pelos estudiosos contemporâneos, tendo em vista que a racionalização sobre a administração é do século XX. As características desse formato são apontadas pela autora como a:

- . Prevalência do Estado, caracterizando a centralização e representado pela intensidade de mecanismos burocráticos e legais;
- . A exploração própria dessa época expressava na idéia de clientelismo e troca de favores;
- . O poder político estava ligado ao poder econômico, possibilitando influências pessoais diretas no governo;
- . A ideia de patrimonialismo estava ligada ao poder econômico expresso na propriedade territorial;

. Sua estrutura está baseada na rigidez e hierarquia, gerando uma desigualdade de tratamento (ZANLORENZI, 2007, p.117).

No Brasil colonial não havia, na administração do Estado, normas gerais e mesmo a legislação não se encontrava sobre um plano comum. Da mesma forma os cargos públicos não eram profissionalizados. A organização governamental se constituía como um bem privado a ser explorado pelas elites, no caso o rei e a burguesia ascendente. Os interesses privados, pessoais se sobrepunham ao interesse da coletividade. De acordo com Paes de Paula (2007), traços do patrimonialismo persistiram até a era Vargas (1930-1945). No entanto, nesse período com a criação do Departamento de Administração do Serviço público – DASP procurava-se uma profissionalização na organização do Estado. Traços da organização burocrática se mesclam ao patrimonialismo tradicional. Paes de Paula classifica três tipos de patrimonialismo no Brasil, o tradicional, o burocrático e o político, aos quais denomina de uma sofisticação do patrimonialismo que mantém e assegura a centralização do Estado. Nesse período, a centralidade se concentrava na arrecadação de tributos.

Para Bresser Pereira, no patrimonialismo enquanto administração, não havia distinção entre o público e o privado. O Estado pertencia ao rei “o nepotismo e o empreguismo, senão corrupção, eram a norma” (BRESSER PEREIRA 2003b, p. 241). Na visão do autor, no Brasil, esse modelo de administração foi substituído pela administração burocrática clássica em 1936, com o que considera a primeira reforma da administração pública. Conforme Bresser Pereira:

a criação do DASP representou não só a primeira reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública burocrática, mas também a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica (BRESSER PEREIRA, 2003b, p. 243).

6. GESTÃO TÉCNICO-BUCROCRÁTICA

A gestão técnico-burocrática distingue-se pela adoção de critérios técnicos, que se, por um lado, despersonaliza as decisões do Estado, por outro, promove a despolitização da população, pois a ênfase está na racionalidade burocrática dos processos. As regras e formas de atuação estão subordinadas aos critérios técnicos. Esse modelo teve predominância no período ditatorial militar e se fundamenta na aparente neutralidade das decisões, porém, como a patrimonial, centra-se em grupos hegemônicos que detêm o poder e o mantêm por muito tempo, utilizando conscientemente estratégias que visam coibir a participação popular (KAUCHAKJE, 2007, p. 88-89).

Segundo Ferreira et al. (2006), as principais características deste modelo em administração (empresarial) situam-se na distinção entre a propriedade e administração; os proprietários nem sempre exercem sua autoridade na gestão da organização, esta é designada por eles a profissionais especializados na forma de normas que regulamentam os procedimentos administrativos e operacionais; cada empregado ou servidor deve apenas recorrer ao seu chefe imediato; as decisões são tomadas de forma impessoal; há padronização de rotinas e procedimentos; sobressai a meritocracia, em que a qualificação técnica e capacidade estejam como fundamento para o sistema de recompensas. Este modelo, na gestão pública, se, por um lado, reduziu os abusos de autoridade e trouxe uma maneira mais eficiente de gerenciamento de tarefas, num momento de crescimento das instituições, por outro, ocasiona uma série de disfunções relacionadas à inflexibilidade, fragmentação da visão do todo, concentração de decisões, descompromisso, formalismos, substituição dos objetivos por normas, valorização das rotinas sem que o resultado esteja ao alcance, aumento da corrupção, corporativismo e um fechamento para inovações (FERREIRA et al., 2006).

Esse modelo de gestão situa-se em uma abordagem estrutural ou mecânica, a qual marca os primeiros modelos de gestão intencionais, racionalizados, pensados para o alcance de um determinado fim. Caracteriza-se como uma abordagem mecânica da administração e está situada num período pós-Revolução Industrial e as mudanças processuais que ocorreram na sociedade nesse período marcado por uma industrialização intensa. Segundo Zanlorenzi, no Brasil, "esse processo marcaria a superação do campo pela cidade, com a indústria substituindo progressivamente o setor cafeeiro" (ZANLORENZI, 2007, p. 77).

Os principais teóricos da abordagem estrutural são Frederick Taylor e Henri Faiol, no entanto, Henry Ford também deixa sua marca pela aplicação prática dos princípios e pressupostos na empresa privada Ford Motors Company (FERREIRA et al., 2006, p.41).

A abordagem estrutural se caracteriza por altos níveis de padronização, produtividade por meio da especialização, disciplina e ordenamento, centralização de decisões, hierarquia, ordem no ambiente de trabalho, organização dividida em funções – técnica, comercial, financeira, segurança, contábil, administrativa utilizadas nos dias de hoje – baixo custo ligado à produção em massa e criação do mercado de consumo de massa. Fayol criou o famoso POCCC – planejamento, organização, comando, coordenação e controle, principais operações da tarefa administrativa, mais tarde, as ações de comando e coordenação foram substituídas por direção resultando a sigla PODC – planejamento, organização, direção e controle, utilizada no gerencialismo (FERREIRA et al., 2006, p.59-60).

As contribuições dessa abordagem, em sua época e até os dias de hoje, são inegáveis. Os princípios e pressupostos dela podem ser facilmente identificados

nas organizações contemporâneas. As principais críticas, segundo os mesmos autores, são:

visão mecanicista das pessoas, exigência de comportamento mecânico, com conseqüências para a saúde em especial do operário; superespecialização na realização das tarefas que eram sempre as mesmas as quais consistiam em apenas uma parte do processo, não possibilitando a visão do resultado final e do processo como um todo; separação entre quem pensa e quem executa (chefia e operariado); modelos generalizantes sem que se leve em conta as características singulares das organizações ou à influências do contexto sócio econômico e político externos à organização, mas que influenciam nos processos internos e na relação que essa organização mantém com a sociedade (FERREIRA et al., 2006, p.62-65).

O modelo burocrático, inserido numa abordagem mecanicista ou estrutural, foi criado, instituído e consolidado pela necessidade de adoção de um modelo mais complexo, em especial na esfera governamental. Tem como propósito modificar um padrão em que havia um predomínio de características patriarcais e patrimonialistas. Para tal, propõe a criação de um quadro de funcionários públicos profissionalizados que pudessem imprimir racionalidade e objetividade nas decisões, que deveriam ser impessoais, sem privilégios para grupos ou pessoas, com rotinas padronizadas e as funções do Estado geridas por especialistas (WEBER, 1999).

A questão da setorização com a complexificação das funções do Estado e o aprofundamento das especializações segue o padrão burocrático, em especial, nas características de divisão de funções, ordenamento, hierarquização, centralização, normatização e outras. Essas características foram predominantes num longo período de tempo. Foi a marca do século XX, tendo seu esgotamento no final do século, mais precisamente nas décadas de 1980 e 1990, quando se iniciam os processos de Reforma do Estado, que tem como ideário a gestão gerencial baseada nos novos modelos adotados pela iniciativa privada.

7. GESTÃO GERENCIAL

A gestão gerencial faz parte de um movimento internacional, mais precisamente desencadeado no Reino Unido e nos Estados Unidos a partir da década de 1980 e está calcado em conceitos da iniciativa privada.

Segundo Paes de Paula (2003), a gestão gerencial é influenciada por diversas técnicas, ferramentas e práticas administrativas que invadiram e circularam pelo mundo dos negócios, tornando-se populares nas décadas de 1980-1990. A autora

aponta para alguns do que se pode chamar de submodelos do gerencialismo aos quais denomina de “modismos gerenciais”. Ela aponta para tal duas categorias, a da qualidade total e a da reengenharia. Na primeira, cita a Total Quality Management – TMQ ligada ao toyotismo, caracterizado pela busca da flexibilidade, baixo custo e qualidade; o método Deming de administração, que divulga o ciclo PDCA – Planning, doing, cheking, acting com foco nos processos; aperfeiçoamento contínuo; os Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e ainda as certificações ISO 9000, caracterizado pela qualidade total. A segunda categoria é a da reengenharia, que se propõe a uma revolução das organizações baseada em custo, qualidade, atendimento e velocidade, para tal, propõe a redução de níveis hierárquicos, terceirização de algumas atividades e uso de tecnologias de informação. Para Paes de Paula esses movimentos são transferidos para o setor público e se inicia um movimento denominado reinventando o governo onde seus expoentes são David Osborne e Ted Gaebler, em especial para os EUA (PAES DE PAULA, 2003, p. 43-48).

Para Abrúcio (1997) o modelo gerencial, tanto no Reino Unido como também nos EUA, passou ao longo do processo por um desenvolvimento, incorporando novas teorias e valores. Ele propõe três tipos de gerencialismo, o modelo gerencial puro, o Consumerism e o Public Service Orientation.

O modelo gerencial puro: em princípio a gestão gerencial se caracteriza pela busca de eficiência modificando o modelo weberiano então vigente. Para tal houve a implementação de instrumentos para o controle orçamentário e avaliação de desempenho institucional. Implementa-se desta forma a chamada “administração por objetivos”, com avaliação dos resultados diante do que fora planejado. Outra estratégia, mas sob as mesmas bases de controle da eficiência instituiu-se uma desconcentração de poderes, onde as agências ou departamentos tinham seus objetivos definidos e havia o controle central. A busca pela eficiência e os mecanismos de controle, acabaram por reproduzir a lógica do modelo burocrático pela rigidez dos critérios de medição então adotados e a ineficácia da hierarquização, que não permitem a flexibilização nas decisões ou inovações na gestão.

O Consumerism: onde se inclui a noção de efetividade sob a ótica da qualidade na prestação dos serviços públicos. Outra questão incorporada é a de prestação de serviços públicos de acordo com os anseios dos clientes. Adota-se então a abordagem da qualidade total. Acrescenta-se valores como a competição entre as agências ou departamentos que ofertam serviços, premiação (que também advém da meritocracia uma das características da burocracia), implementação da contratualização – entre o setor público e privado, dentro do setor público e entre os provedores dos serviços e consumidores. Essa fase ou tipologia tem sua principal crítica no conceito dado ao beneficiário do serviço público. Coloca o cidadão como consumidor, onde a noção de direito e equidade não se situam.

O Public Service Orientation: uma vertente que tende a introduzir uma discussão de dimensão política como a democratização por meio da prestação de serviços, a participação política, equidade e o conceito de cidadania voltado para a noção de direitos e da coletividade. Desta forma introduz a noção de esfera pública como um local de debate social. Traz ainda a noção de cooperação entre os setores e do poder local como um lócus de participação cidadã.

Para Kauchakje (2007), o modelo gerencial está focado em práticas neoliberais que tentam reduzir a responsabilidade do Estado em seu papel prioritário perante as questões sociais – em especial de determinados grupos mais fragilizados e empobrecidos. Promove a concorrência entre os níveis de Estado e adota princípios da gestão empresarial. Por outro lado, adota práticas importantes para a democratização como a prestação de contas e a necessidade de transparência na gestão pública; propõe a participação de alguns atores sociais, porém, reduzida a processos protocolares, de cunho instrumental, sem desenvolver capacidades de negociação ou discussão em âmbito mais amplo e em decisões que deveriam envolver diferentes setores da sociedade civil.

No Brasil, se apresentou como fundamento para o Plano Diretor da Reforma do Estado, conhecido como Plano Bresser Pereira. Bresser Pereira (2003a, p 28/29 e 2003b 242/243) aponta para algumas características desse modelo de gestão:

- . Orientada para o cidadão (ao invés de autorreferida) e para obtenção de resultados;
- . Pressupõe que políticos e funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança (e não desconfiança total);
- . A descentralização é tida como estratégia, bem como o incentivo à criatividade e inovação;
- . O instrumento utilizado para o controle dos gestores é o contrato de gestão, tido como controle preventivo (negociado);
- . Controle à posterior (resultado), ao invés de controle rígido, passo a passo, dos procedimentos administrativos;
- . Descentralização do ponto de vista político transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais;
- . Descentralização administrativa por meio da delegação de autoridade aos administradores públicos, transformados em gerentes cada vez mais autônomos;
- . Organizações com poucos níveis hierárquicos, ao invés de piramidal.

De acordo com Zanlorenzi (2007, p. 117), as características principais da gestão gerencial são:

- . Vinculada ao gerenciamento, baseia-se em modelos da iniciativa privada que prima pela transparência, prestação de contas e estabelecimento de parcerias;
- . A ação do Estado passa a ser compreendida como prestação de serviços;
- . Torna-se mais articulada aos interesses da sociedade;
- . Orientada para obtenção de resultados por meio da descentralização e do

incentivo à inovação, trouxe uma idéia mais dinâmica e flexível à administração;
. Valoriza a participação da sociedade para eficácia dos programas.

A gestão gerencial no Brasil está intrinsecamente ligada à reforma da gestão pública de 1995. Segundo Bresser Pereira (2008) tal reforma pode ser considerada como uma reforma da organização do Estado e foi calcada em dois fundamentos: o primeiro refere-se aos gestores/administradores públicos com o foco na responsabilização por resultados contratados, utilizando a concorrência como estratégia para a busca da excelência; o segundo refere-se às definições das funções do próprio Estado, no sentido de que este deve reduzir suas tarefas ao que conceitua como atividades exclusivas do Estado. Segundo o autor as atividades exclusivas estão vinculadas diretamente ao poder do Estado, “são atividades que garantem diretamente que as leis e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas” (BRESSER-PEREIRA, 2003a, p.33). Fazem parte desse setor: forças armadas, polícia, a arrecadação fiscal e as agências de regulação, financiamento, fomento e controle para os serviços sociais e seguridade social. Já as atividades denominadas não exclusivas dizem respeito aos serviços fomentados ou financiados pelo Estado:

são todos aqueles que o Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício de poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal. Esse setor compreende os serviços de Educação, saúde, culturais e de pesquisa científica” (BRESSER-PEREIRA, 2003a, p. 34).

Desta forma, os serviços sociais não são considerados exclusivos do Estado e a reforma propõe que estes sejam contratados com terceiros. Bresser reconhece que o mercado não é o lugar mais adequado para essa tarefa “seja porque envolve direitos humanos básicos (educação, saúde), seja porque implica externalidades aferíveis (educação, saúde, cultura, pesquisa científica)” (BRESSER PEREIRA, 2003a, p.34). Para os serviços sociais, nem mercado, nem Estado, propõe um *mix*, denominado juridicamente de organizações sociais que se caracterizam como organizações públicas não estatais, mas de direito privado. Desta forma, tais organizações prestariam esses serviços considerados de interesse público, mas que juridicamente se constituem como organizações privadas. Tais organismos teriam financiamentos do Estado e seriam os executores das políticas públicas que envolvem serviços não exclusivos do Estado. Nesse contexto, o sentido de descentralização dos serviços sociais, difere do sentido constitucional, referente à municipalização ou à cooperação das esferas de governo para as políticas de corte social. Descentralização, nesse contexto, refere-se especificamente ao repasse ou transferência de tais responsabilidades às organizações sociais e agências prestadoras de serviços.

8. GESTÃO DEMOCRÁTICA-PARTICIPATIVA

A gestão democrático-participativa se caracteriza pela ação local, descentralização, intersetorialidade de políticas e programas e a articulação entre as esferas de poder governamental. Esta gestão adota como prioridade as demandas das classes populares, realizando uma inversão das gestões tradicionais que privilegiam os grupos de poder já estabelecidos. Ela prevê o acesso da população aos serviços essenciais e privilegia os interesses populares, tidos como garantia de direitos e não mero assistencialismo, bem como amplia o processo de democratização com a adoção de instrumentos e mecanismos de participação social.

As políticas públicas passam a ser percebidas como processo e conquista social e entra na lógica do direito social, portanto, no sistema de garantia de direitos. O pragmatismo nos serviços dá lugar ao processo construído que aproveita os saberes acumulados e as necessidades reais da população. A Constituição de 1988 é o instrumento legal no qual estão assentadas tais fundamentações e onde os princípios da participação e corresponsabilidade estão presentes (KAUCHAKJE, 2007, p.89-91). Para Frey, a gestão democrático-participativa implementa estratégias para que ocorra a participação popular como uma forma de que os setores desprivilegiados, além do aprendizado de cidadania, possam influenciar os processos políticos. Tem como finalidade a garantia da inclusão desses setores nas decisões políticas (FREY, 1996).

Segundo Zanlorenzi, a principal característica é a participação social no processo político, que tem em seu bojo a ideia de transparência e descentralização. Há a criação de espaços dialógicos onde ocorre o exercício da democracia, onde aparecem a aceitação da diversidade, a conciliação e negociação como instrumentos para busca de um equilíbrio (ZANLORENZI, 2007, p.118).

Paes de Paula (2005, p. 41) analisa o que denomina de “administração pública societal” com características similares à chamada gestão democrático-participativa. A administração pública societal no Brasil, segundo a autora, nasce dos movimentos sociais dos anos 1960, tem sua ênfase na dimensão sociopolítica, foco na participação social e propõe uma reestruturação do “projeto de desenvolvimento brasileiro, da estrutura do aparelho do Estado e do paradigma de gestão”. Este último recai na gestão social com centralidade nas demandas da população. De acordo com Paes de Paula (2005, p. 39), este modelo está ligado em sua origem às comunidades eclesiais de base, a grupos que se mobilizaram por direitos de cidadania, movimentos populares e sociais, os centros populares. Concretamente, tiveram suas experiências de gestão pública na década de 1980 com os mutirões de casas populares onde cita os Estados de Santa Catarina, São Paulo e o Paraná. Afirma a autora que os governos das Frentes Populares foram

protagonistas em experiências de gestão que continham propostas de participação social. No entanto Paes de Paula enfatiza que “a vertente societal não é um monopólio de um partido ou força política, nem apresenta o mesmo consenso da vertente gerencial em relação aos objetivos e características de seu projeto político” (PAES DE PAULA, 2005, p. 45).

Brugué (2004) propõe, na mesma direção de uma gestão democrática participativa, uma administração deliberativa, cujo principal instrumento é o diálogo com a sociedade para o enfrentamento de situações complexas e que exigem soluções negociadas e criativas, para que se possa propor e alcançar objetivos substantivos e não apenas instrumentais.

Para o autor, é importante romper com as abordagens onde a economia, eficiência e eficácia são os grandes eixos norteadores de uma gestão pública. Conceitos esses que fundamentaram as abordagens neoliberais, “popularizadas pelo thatcherismo” adotadas até hoje na gestão pública, bem como ter como eixo principal a “satisfação das necessidades, das demandas e das expectativas de uma comunidade que dialoga para fazer frente aos seus problemas coletivos” (BRUGUÉ, 2004, p. 3).

9. GESTÃO EM REDE

A gestão em rede é uma modalidade que tem um trânsito e apresenta características mais afeitas ao modelo gerencial e democrático-participativo. Está focada na articulação das políticas, hoje fortemente setorizadas, para potencializar recursos e assegurar serviços que atendam às necessidades da população. Suas características principais são: horizontalidade, negociação, articulação de atores sociais, participação da sociedade civil, aproveitamento de recursos, intersetorialidade, negociação e diversidade. Constitui-se numa tentativa de superação das políticas setorizadas e desarticuladas que prejudicam a garantia de direitos vistos em seu conjunto. Há vários tipos de redes: de pertencimento, que estão relacionadas às interconexões comunitárias; redes de equipamentos, relacionadas aos direitos sociais e operacionalização de políticas públicas, sem, no entanto, garantir a interconexão de direitos; rede movimentalista, relacionadas aos movimentos da sociedade civil pela garantia de direitos, também segmentadas voltadas para um ou outro direito; rede de políticas públicas relacionadas às interações de atores do Estado e da sociedade civil (KAUCHAKJE, 2007, p.91-92).

Os conceitos de rede na contemporaneidade são múltiplos e diversos, não há um consenso sobre a noção de redes. Segundo Scherer-Warren, esse é um conceito

em construção e existe um diálogo entre as várias ciências ou campos científicos como a biologia, antropologia, geografia, sociologia, estudos organizacionais e outros (SCHERER-WARREN, 2005). Não há consenso nem sobre a noção de redes sociais, um dos diversos tipos de rede, em ciências sociais, área do conhecimento que vem dialogando com as outras ciências para a construção de tal conceito.

Martins (2004) aponta que tal conceito não é novo, porém é atual em sua utilização para se "compreender a complexidade da vida social". Contemporaneamente, há um contexto de ampliação dos direitos de cidadania, que necessitam de respostas políticas adequadas, que sejam eficazes diante das necessidades da população e que possam acompanhar o fluxo cada vez mais rápido que tem se instituído na sociedade com as mudanças tecnológicas e as novas demandas, somadas às anteriores na questão de direitos sociais. Nesse sentido,

as redes sociais aparecem como recurso decisivo para permitir o avanço de programas territorializados, que exigem envolvimento e participação ativa das populações locais, objetivando a promoção da cidadania e a democratização da vida local (MARTINS, 2004, p.21).

Segundo o autor, há uma busca da elaboração de uma forma de pensar que conecte e permita um olhar sobre a complexidade da realidade social e em especial das relações sociais que são dinâmicas. Estas se apresentam em constante movimento, portanto, há uma exigência, cada dia mais premente de se aproximar o pensamento do modo constituinte da sociedade.

Para Loiola e Moura, redes sociais

correspondem à articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios, visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e políticas (LOIOLA; MOURA, 1997, p.56).

As autoras fazem um recorte entre os movimentos e as articulações da Sociedade Civil e o Estado, que se colocam em campos diferenciados. Para as autoras, no campo do Estado "as redes representam formas de articulação entre agências governamentais e ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permite enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas" (LOIOLA; MOURA, 1997, p. 58). As denominações empregadas nesse caso são: redes institucionais, secundárias, formais, sociogovernamentais ou ainda redes locais de inserção. Loilola e Moura enfatizam que

as redes contribuiriam, para engendrar as precondições de mobilização, uma vez que o movimento social constitui-se a partir da teia de interações informais

estabelecida por uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações (LOIOLA; MOURA, 1997, p. 56).

Delazari, Penna e Kauchakje (2005) propõem cinco modalidades de rede sociais de direitos, a saber: rede de pertencimento, rede de equipamentos e serviços coletivos, rede movimentalista, rede de políticas públicas e rede de atores e sujeitos sociais e políticos. A rede de pertencimento tem uma dinâmica relacional, constitui-se a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos individuais e coletivos e parte de situações cotidianas vividas por eles – familiares, vizinhos, grupos, clubes, organizações religiosas e outras. A rede de equipamentos e serviços coletivos mostra que o substrato está na questão dos direitos sociais como habitação, saneamento, transporte, educação, saúde, assistência social, lazer, entre outros. Esta rede tem o sentido de operacionalização das políticas públicas e forma uma malha institucional que é base da tessitura de relações sociais e, ao mesmo tempo, solo dos trajetos da população pela busca dos direitos. A rede movimentalista é formada pelos movimentos sociais, fóruns, conselhos, organizações não-governamentais, bem como outras formas da ação coletiva, configuradas como participação sociopolítica. A rede de políticas públicas é formada, especialmente, por atores sociais que atuam no interior do Estado e da sociedade civil (movimentos sociais, conselhos, ONGs, conferências, fóruns, instituições e entidades sociais, assim como secretarias e órgãos públicos estatais e para estatais) e pelos programas, projetos e ações implementados. Por último a rede de atores e sujeitos sociais e políticos mostra que estes estão presentes em interação nessas diversas modalidades e em suas interfaces.

Para Jacobi, os atores sociais que participam de redes se caracterizam pela diversidade e são multifacetados. A mobilização ocorre em torno de temas cotidianos, problemas ou enfrentamentos concretos que trazem consigo valores éticos, geralmente caros à sociedade. Os atores sociais se utilizam de estratégias de ação para articular interesses comuns e expandir suas relações de poder, buscando alianças, colaboração e solidariedade que se constituem em instrumentos na experimentação de uma forma compartilhada de resolução de problemas ou de enfrentamentos de questões ligadas aos diversos direitos (JACOBI, 2000, p.133-134).

Segundo a Kauchakje (2007), o modelo gerencial, o participativo democrático e em rede tem potencial democratizador, aliado à competência técnica dos gestores na planificação e implementação de políticas públicas.

Tais modelos ou formas de gestão fazem, na realidade, parte de um *continuum* que compreende tanto avanços como retrocessos, assim, algumas características se mantêm com mais ou menos intensidade, outras se sobrepõe, outras ainda têm a tendência ao desaparecimento.

Alguns autores como Brugué (2004), alertam que alguns modelos de gestão, como o modelo gerencial ou a nova gestão pública, como é conhecida, pode se travestir com algumas inovações e novos formatos, sem no entanto, sofrer mudanças significativas com relação, especialmente às demandas da sociedade. Afirma que estas são cada vez mais complexas e variadas. Vivemos numa sociedade além de complexa, instável e cada vez mais diversa que exige novos modelos que incluam processos dialógicos, que tenham objetivos substantivos, que alcancem as demandas sociais existentes. Afirma da mesma forma que não há neutralidade na escolha de um modelo de gestão, reconhecendo sua dimensão política e ideológica. Brugué (2004) propõe, desta forma, uma administração deliberativa, afeita com as características da gestão democrático participativa ou administração pública societal.

Numa sociedade onde as demandas são cada vez maiores, no sentido da ampliação dos direitos e mais complexas, no sentido dos diversos fatores conjuntos que impactam e interferem nas relações da sociedade contemporânea, e ainda com a clareza de que a finalidade da gestão pública é elevar o bem-estar da população como um todo, considerando todos os grupos e classes sociais, é imperativo considerar a dimensão política numa arena pública ampliando tal esfera. Para a gestão social é necessário considerar, para além da técnica, a capacidade de entrar no mundo dos conflitos, do debate, das mediações, das contradições, dos consensos, das diferentes opiniões, interesses, preferências e construir pactos dialogados, ou seja, uma ação política.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão social, enquanto garantia de direitos, que se concretiza por meio de políticas sociais, é, portanto, componente essencial da missão do Estado. A lógica de mercado não assegura, em especial, aos segmentos populacionais de baixa renda ou dela desprovidos, o acesso aos serviços de educação, saúde, moradia, cultura, lazer e outras, que, ademais, não se constituem em mercadorias. A ação do Estado é, assim, primordial para que de fato, a sociedade tenha assegurada políticas públicas, na perspectiva de direitos, estes compreendidos como conquista ou concessões de poder, na gestão social.

Nesse contexto, o papel do Estado, na gestão social se revela cada vez mais central, tendo em vista que, a partir dos anos 1980, o Governo Federal tem intensificado a descentralização das políticas e em especial as políticas sociais; descentralização esta que está relacionada à autonomia dos municípios, conforme a Constituição Federal de 1988. Na década de 1990, com uma reforma centrada na crise financeira, ocorre uma retração do Estado de alguns setores da vida

social, ou este reduz a sua ação a grupos distintos, mesmo em relação a setores de sua responsabilidade, não única, mas central, como saúde, educação, habitação, assistência social, emprego, dentre outros. Há recortes de classe social, grupos de risco, crianças e adolescentes, idosos, mulheres, etnia e outros, que são priorizados, pois se encontram na categoria chamada diferencialidade, que se caracteriza por se encontrar em condições pelas quais não permite igual tratamento e igual proteção, para que atinjam patamares de cidadania. Isto é, são grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, que necessitam de inclusão – pobreza, deficiência, ciclo de vida, gênero e etnia que requerem atenção protetiva para a universalização dos direitos.

No mesmo sentido, há o princípio de universalidade, onde todos devem exercer e ter acesso ao usufruto dos direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais constituídos. Estes últimos fazem referência à igualdade e os associados às diferencialidades. Da mesma forma, há o reconhecimento de novos direitos, que surgem em função do movimento da sociedade, se fazem presentes e pressionam, com mais ou menos força, o surgimento de novas políticas e a atuação do Estado. Essa luta pelos direitos se caracteriza tanto pela sua ampliação, fazendo referência a novos direitos, quanto à luta pela sua universalização, referindo-se à necessidade de capilaridade ou de inclusão nesse exercício.

Universalização e focalização podem ser complementares e não dicotômicas, diante dos conceitos descritos, a menos que a última seja utilizada como um recurso ou estratégia para a diminuição de gastos governamentais que são transferidos para as responsabilidades individuais ou familiares “quem pode pagar, paga”.

As políticas, em especial de saúde, educação, habitação, assistência social, segurança alimentar, esporte, lazer e cultura, quando não agregam o princípio da universalidade e do provimento público, podem levar, em médio prazo, a duas tendências entrelaçadas. A primeira, em que a população de baixa ou sem renda ficará sem o usufruto desses direitos. A segunda em que o mercado é priorizado ou privilegiado, ficando com a fatia ou com os setores da população que conseguem manter financeiramente planos de saúde privados, educação privada, mercado imobiliário para casa própria ou com os aluguéis, programas culturais privados e lazer por oferta de mercado. Desta forma apenas a importante garantia legal dos direitos pode não significar o asseguramento dos direitos, isto requer políticas e programas públicos no âmbito prioritário do Estado.

No Brasil, há um processo de municipalização para a execução das políticas sociais. Processo este que tem como marco a Constituição Federal de 1988, que prevê a chamada descentralização das políticas sociais. Em função desta estratégia, os municípios têm que fazer uma readequação nas suas estruturas organizacionais para receber essa incumbência e fazer parte desse processo.

Há uma tensão gerada e consolidada nas últimas três décadas, advindas de um lado do período de redemocratização caracterizada pela Assembleia Constituinte e na própria Constituição dela decorrente, que definem a democracia e a participação popular como componentes importantes para o fortalecimento da cidadania. Essa aponta para um modelo democrático participativo. Por outro lado, a Reforma do Estado com marco em 1995 vem dispor e implementar o modelo gerencial que tem como seu principal atributo a questão da eficiência do Estado, buscando promover o equilíbrio fiscal e os ajustes orçamentários necessários para o enfrentamento da chamada crise do Estado e cuja principal crítica é que esta não inclui a dimensão sociopolítica juntamente com a administrativa, para o gerenciamento do Estado.

Em termos de gestão social, enquanto a Constituição Federal de 1988 instaurava a universalização de acesso aos direitos mais fortemente ligados às áreas de saúde, educação e assistência social, o Banco Mundial voltava-se para a focalização de tais políticas. Se por um lado tal medida visa atender as consequências da pobreza e atingir populações em estado de vulnerabilidade – antes sem acesso – por outro, não se coaduna com os pressupostos da Carta Magna.

Desta forma, essa relação conflituosa entre o ideário construído em torno da Constituição Federal de 1988 e os pressupostos contidos na chamada Reforma do Estado estão inseridos nas discussões das modalidades de gestão social no Brasil. O primeiro fruto de amplos debates, prevê um processo de democratização da sociedade inserido na própria prestação de serviços sociais, onde o Estado tem um papel preponderante, diante do acesso da população às políticas públicas entendidas como direito universal. Um acesso que além da oferta de serviço prevê um processo de aprendizagem em cidadania e a democratização dos espaços coletivos. Prevê, portanto, um processo político, além do processo fiscal, administrativo ou burocrático inseridos pela reforma do Estado e as práticas da gestão gerencial, baseadas na lógica de mercado e em valores como a concorrência, a competitividade que fundamentam a eficiência.

Entre a proposição Constitucional que reconhece os direitos, os instrumentos de implantação e implementação como as Políticas e Planos Nacionais Setoriais, as leis orgânicas, que fundamentam as políticas sociais, preveem uma gestão democratizadora e a reforma do Estado, que se dá sob a égide da gestão gerencial no Brasil, cria-se um espaço de contradições entre o ideário dos gestores e atores envolvidos com a implementação das políticas públicas da área social e a prática cotidiana, impregnada pelos pressupostos e práticas da gestão gerencial, muitas vezes voltadas para os processos internos da organização.

Há uma hegemonia da gestão gerencial, porém, o ideário produzido em torno de uma gestão democrático-participativa, tenciona tal hegemonia. Esse convívio pode, por um lado, representar uma potencialização entre eficiência e

democracia, propondo evoluções na gestão gerencial, por outro lado, pode representar os limites de uma gestão gerencial na administração pública e que pede novamente por uma nova gestão pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, Glauco (2007). **A queda recente da desigualdade no Brasil**. Nueva Sociedad Especial em Português, p. 132-139.

AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fábio (2000). **A crise brasileira de 1998/1999 – origens e conseqüências**. Textos para Discussão (Vol. 77). Rio de Janeiro: BNDES.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2008). **Reforma gerencial e o Sistema Único de Saúde**. In: Fátima Bayama de Oliveira. (Org.). Política de Gestão Pública Integrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, p. 174-183.

____ (2003a). **Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado**. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV.

____ (2003b). **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e SPINK Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (1999). **Gestão social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (Orgs.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC: IEE.

CONH, Amélia (1998). **Os Governos municipais e as políticas sociais**. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Orgs.). Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando (2007). **Gestão Social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais**. Brasília: ENAP.

DOWBOR, Ladislau (1999). **A gestão social em busca de paradigmas**. IN: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (Orgs.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; CARDOSO, Antônio Semerato Rito; CORRÊA, Carlos José; FRANÇA, Célio Francisco (2006). **Modelos de gestão**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

FISCHER, Tania (2002). **Poderes locais, desenvolvimento e gestão**: introdução a uma agenda. In: FISCHER, Tania (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, BA: Casa da Qualidade.

FONSECA, Ana; VIANA, Ana Luíza d'Ávila (2006). **Tensões e avanços na descentralização das políticas sociais**: o caso do Bolsa-Família. In Org. FLEURY, Sonia Maria Org. *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Teixeira. FGV Editora.

FREY, Klaus (1996). **Crise do Estado e estilos de gestão municipal**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 37, p.107-138.

JACOBI, Pedro (2000). **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro, FGV.

KAUCHAKJE, Samira (2007). **Gestão pública de Serviços sociais**. Curitiba: Ibpex.

KLIKSBERG, Bernardo (1998). **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez.

____ (1996). **A modernização do Estado para o desenvolvimento social**: algumas questões chave. Revista de Administração Pública/ FGV. Vol.30 nº 1 p. 78-90 janeiro/ fevereiro.

KOGA, Dirce (2003). **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana (1997). **Análise de redes**: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro; FGV.

MARTINS, Paulo Henrique (2004). **As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico**. In MARTINS, Paulo Henrique; FONTES, Breno (Orgs.). *Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas*. Recife: Ed. UFPE, p. 21-48.

NERI, Marcelo Cortes (2007). **Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade**. Nueva Sociedad Especial em Português, p. 53-75.

PAES DE PAULA, Ana Paula (2007). **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV.

____ (2005). **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. RAE, vol 45, n 1.

____ (2003). **Entre a Administração e a Política**: os desafios da gestão pública democrática. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências humanas. Campinas SP.

POCHMANN, Márcio (2003). **Sobre a nova condição de agregado social no Brasil**: algumas considerações. Revista Paranaense de Desenvolvimento, n.105, p.05-23, Curitiba.

QUIM, Brugué. **Modernizar la administración desde la izquierda**: burocracia, nueva gestión pública y administración deliberativa. Publicado em la Revista del CLAD Reforma y Democracia, N° 29. Caracas.

SCHERER-WARREN, Ilse (1996). **Redes de movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loiola.

WEBER, Max (1999). **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília.

ZANLORENZI, Ivanise (2007). **Modalidades de gestão pública**: uma análise da política de uso e ocupação do solo em Campo Largo. 2007. Dissertação (Mestrado) - PPGTU/ PUCPR, Curitiba.

Artigo Recebido em: 30/09/2015

Aceito para publicação em: 04/12/2015